

Ataliba T. de Castilho

NOVA

Gramática do Português Brasileiro



editoracontexto

Ataliba T. de Castilho

NOVA

Gramática do
Português
Brasileiro



editora **contexto**

Copyright © 2010 do Autor

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Capa

Alba Mancini

Projeto gráfico e diagramação

Gustavo S. Vilas Boas

Preparação de textos

Daniela Marini Iwamoto

Revisão de prova

Evandro Lisboa Freire

Revisão técnica

Renato Basso

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Castilho, Ataliba T. de

Nova gramática do português brasileiro / Ataliba T.
de Castilho. – São Paulo : Contexto, 2010.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7244-462-0

1. Português – Gramática I. Título.

09-12915

CDD-469.5

Índice para catálogo sistemático:

1. Gramática : Português brasileiro : Linguística 469.5

2010

EDITORA CONTEXTO

Diretor editorial: *Jaime Pinsky*

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa

05083-030 – São Paulo – SP

PABX: (11) 3832 5838

contexto@editoracontexto.com.br

www.editoracontexto.com.br

*Para Edith e Luiz Antônio de Castilho, meus pais,
Para Célia Maria Moraes de Castilho, minha esposa e colega de pesquisas,
Para Cláudia, Célia e Rogério, meus filhos,
Para Renan, Vinicius, Matthew e Leonard, meus netos,
pelo tempo de seu convívio que sacrifiquei, lidando com estas coisas.*

SUMÁRIO

Nova Gramática do português brasileiro: tradição e ruptura	25
<i>Prefácio de Rodolfo Ilari</i>	
Introdução	31
Como consultar esta gramática	35
1. O que se entende por língua e por gramática.....	41
Teorias sobre a língua e a gramática.....	41
1.1. A língua é um conjunto de produtos estruturados: Gramática Descritiva	42
1.1.1. Postulados da Gramática Descritiva.....	45
1.1.2. Procedimentos metodológicos da Gramática Descritiva	46
1.1.3. Unidades da Gramática Descritiva	48
1.1.3.1. O fonema	48
1.1.3.2. A sílaba	50
1.1.3.3. O morfema.....	51
1.1.3.4. A palavra	54
1.1.3.5. O sintagma.....	55
1.1.3.6. A sentença	58
1.2. A língua é um conjunto de processos estruturantes: Gramática Funcionalista	59
1.2.1. Formalismo e funcionalismo na reflexão gramatical	64
1.2.2. Postulados da teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista	69
1.2.2.1. Postulado 1: a língua se fundamenta num aparato cognitivo	69
1.2.2.2. Postulado 2: a língua é uma competência comunicativa.....	71
1.2.2.3. Postulado 3: as estruturas linguísticas não são objetos autônomos.....	73
1.2.2.4. Postulado 4: as estruturas linguísticas são multissistêmicas	76
1.2.2.5. Postulado 5: a língua é pancrônica – a explicação linguística	77
1.2.2.6. Postulado 6: um dispositivo sociocognitivo ordena os sistemas linguísticos....	78
1.2.2.6.1. Princípio da ativação: a projeção pragmática	79
1.2.2.6.2. Princípio da reativação: a correção	80
1.2.2.6.3. Princípio da desativação: a elipse.....	80
1.2.3. Diálogo da teoria multissistêmica com outras teorias	81

1.3. A língua é um conjunto de produtos e de processos em mudança: Gramática Histórica.....	84
1.3.1. O comparatismo e o método histórico-comparativo.....	84
1.3.2. O neogramaticismo e a centralidade da fonética.....	86
1.3.3. O estruturalismo e a centralidade da fonologia.....	87
1.3.4. O gerativismo e a centralidade da sintaxe.....	87
1.3.5. O variacionismo, o funcionalismo e a centralidade dos usos.....	90
1.4. A língua é um conjunto de “usos bons”: Gramática Prescritiva.....	90
1.4.1. Norma gramatical.....	92
1.4.2. Norma lexical.....	92
1.4.3. Norma ortográfica.....	92
1.4.3.1. História da ortografia portuguesa.....	94
1.4.3.2. O novo Acordo Ortográfico de 1990.....	96
1.5. Uma política linguística para o português brasileiro.....	96
1.5.1. O que é política linguística.....	97
1.5.2. Ensino do português brasileiro como língua materna.....	99
1.5.2.1. Os destinatários do ensino do português brasileiro como língua materna.....	99
1.5.2.2. Diretrizes para o ensino do português brasileiro.....	100
1.5.2.3. Particularidades do ensino do português como língua materna.....	102
1.5.3. Ensino do português brasileiro como língua estrangeira.....	104
1.5.4. Atuação das universidades oficiais no ensino do português brasileiro como língua materna.....	105
1.5.4.1. Documentação do português brasileiro.....	106
1.5.4.2. Descrição e história do português brasileiro.....	109
2. Os sistemas linguísticos.....	109
A língua como um multissistema.....	109
2.1. Léxico.....	109
2.1.1. O que é léxico, o que é lexicalização?.....	109
2.1.2. O vocabulário e o dicionário.....	111
2.1.2.1. Definição das palavras.....	111
2.1.2.2. Redação do verbete.....	112
2.1.2.3. Tipologia de dicionários.....	112
2.1.3. Lexicalização: etimologia, neologia, empréstimo.....	113
2.1.3.1. Por etimologia.....	113
2.1.3.2. Por neologia.....	113
2.1.3.3. Por empréstimo.....	114
2.1.3.3.1. Empréstimos do substrato linguístico.....	114
2.1.3.3.2. Empréstimos do superstrato linguístico.....	115
2.1.3.3.3. Estrangeirismos.....	117
2.1.4. Relexicalização: derivação, composição.....	117
2.1.5. Deslexicalização: a morte das palavras.....	117

2.2. Semântica	122
2.2.1. O que é semântica, o que é semanticização?	122
2.2.2. Categorias semânticas	123
2.2.2.1. Déixis e foricidade	123
2.2.2.2. Referenciação	126
2.2.2.3. Predicação	127
2.2.2.4. Verificação	129
2.2.2.5. Inferência e pressuposição	130
2.2.2.6. Metáfora e metonímia	131
2.2.2.7. Conectividade	133
2.2.3. Semanticização: ação do DSC no sistema da semântica	133
2.3. Discurso	133
2.3.1. O que é discurso, o que é discursivização? Disciplinas do Discurso	133
2.3.2. Categorias cognitivas constitutivas do discurso: moldura e perspectiva	135
2.3.3. Categorias sociais constitutivas do discurso: os interlocutores	136
2.3.4. Categorias discursivas constitutivas do texto	137
2.3.5. Discursivização: ação do DSC no sistema do discurso	137
2.4. Gramática	138
2.4.1. O que é gramática, o que é gramaticalização?	138
2.4.2. Disciplinas da Gramática	140
2.4.2.1. Fonética e Fonologia. A transcrição fonética e a transcrição fonológica..	140
2.4.2.2. Morfologia. A transcrição morfológica	144
2.4.2.3. Sintaxe. A transcrição sintática	144
2.4.3. Processos de gramaticalização	145
2.4.3.1. Fonologização	145
2.4.3.2. Morfologização	147
2.4.3.2.1. Morfologização do radical	147
2.4.3.2.2. Morfologização nominal	148
2.4.3.2.3. Morfologização verbal	149
2.4.3.3. Sintaticização	155
2.4.3.4. Síntese da gramaticalização	156
2.4.4. Repetição e constituição da sentença na língua falada	156
2.4.4.1. Repetição e constituição do sintagma nominal	159
2.4.4.2. Repetição e constituição do sintagma verbal	161
2.4.5. Gramaticalização: a ação do DSC no sistema da gramática	163
3. História do português brasileiro	169
História social, mudança gramatical	169
3.1. História social do português brasileiro	171
3.1.1. Expansão do português europeu pelo mundo	173
3.1.2. Lusitanização do Brasil: ocupação do território, origens do colono português	174
3.1.3. Índios do Brasil	177

3.1.4. Africanos trazidos ao Brasil	180
3.1.5. Migrantes europeus chegados ao Brasil	182
3.1.6. Novas perspectivas sobre a história social do PB	183
3.2. Mudança gramatical do português brasileiro	184
3.3. Formação do português brasileiro, ou por que o português brasileiro é como é?	185
3.3.1. Já existe uma língua brasileira, que representa uma evolução biológica do português europeu?	186
3.3.2. O português brasileiro deriva de um crioulo?	186
3.3.3. O português brasileiro é uma continuação do português arcaico?	189
3.3.4. Principais diferenças entre o português brasileiro e o português europeu	192
3.3.5. A hora e a vez do português brasileiro	194
4. Diversidade do português brasileiro	197
A heterogeneidade do português brasileiro	197
4.1. Variação geográfica	198
4.1.1. A Dialectologia brasileira	198
4.1.2. Falares brasileiros	201
4.1.3. Falares fronteiriços	203
4.2. Variação sociocultural	204
4.3. Variação individual	211
4.3.1. O registro: PB formal e PB informal	211
4.3.2. A idade: português de crianças e de adultos	212
4.3.3. O sexo: português de homens e de mulheres	212
4.4. Variação de canal	212
4.4.1. Português falado	212
4.4.1.1. Histórico dos estudos sobre a oralidade	212
4.4.1.2. Metodologia para os estudos da oralidade: a gravação e a transcrição	214
4.4.1.3. Caracterização da língua falada	215
4.4.1.4. Agenda para uma "síntaxe colaborativa"	216
4.4.1.5. A contribuição brasileira	219
4.4.2. Português escrito	219
4.4.2.1. Caracterização da língua escrita: processos e produtos	220
4.4.2.2. O <i>continuum</i> língua falada-língua escrita	222
4.5. Variação temática: português corrente e português técnico	223
5. A conversação e o texto	225
Estudando a conversação e o texto	225
5.1. A conversação	225
5.1.1. Transcrição conversacional	225
5.1.2. Turnos conversacionais e pares adjacentes	226
	227

5.1.3. Sistema de correção.....	228
5.1.4. Marcadores discursivos.....	229
5.2. O texto.....	230
5.2.1. Transcrição textual.....	231
5.2.2. Tópico discursivo: unidade discursiva, parágrafo e quadro tópico como manifestações da discursivização.....	232
5.2.3. Reformulação do quadro tópico: repetição e paráfrase como manifestações da rediscursivização.....	233
5.2.3.1. Repetição.....	234
5.2.3.2. Paráfrase.....	234
5.2.4. Descontinuação do quadro tópico: parentetização e digressão como manifestações da desdiscursivização.....	236
5.2.4.1. Parentetização.....	236
5.2.4.2. Digressão.....	236
5.2.5. Conexão textual.....	237
5.3. Gêneros discursivos.....	239
5.4. Tradições discursivas.....	241
6. Primeira abordagem da sentença.....	243
O problema da predicação.....	243
6.1. Propriedades gramaticais da sentença.....	248
6.1.1. Propriedades fonológicas.....	248
6.1.2. Propriedades sintáticas I: a sentença é um conjunto de sintagmas.....	249
6.1.3. Propriedades sintáticas II: a sentença é um conjunto de funções atribuídas aos sintagmas.....	250
6.2. Propriedades semânticas da sentença.....	252
6.2.1. Sentença e apresentação.....	253
6.2.2. Sentença e papéis temáticos.....	253
6.3. Propriedades discursivas da sentença: a interface sentença/discurso.....	258
6.3.1. Sentença e processamento da informação.....	258
6.3.2. Sentença e atos de fala.....	259
6.4. Princípio de projeção.....	259
6.4.1. O princípio de projeção e a transitividade: estrutura argumental da sentença.....	262
6.4.1.1. Casos gramaticais.....	264
6.4.1.2. Argumentos e adjuntos.....	265
6.4.1.3. Preenchimento dos lugares argumentais; ruptura de fronteira sintática.....	267
6.4.1.3.1. Preenchimento dos lugares argumentais.....	267
6.4.1.3.2. Ruptura das fronteiras sintáticas.....	267
6.4.2. O princípio de projeção e a colocação.....	268
6.4.2.1. Ordem de base vs. ordem marcada.....	269
6.4.2.2. Movimento de constituintes e de traços.....	270

6.4.3. O princípio de projeção e a concordância	272
6.4.3.1. Concordância nominal.....	273
6.4.3.2. Concordância verbal.....	273
6.5. A argumentação sintática.....	273
6.5.1. Paráfrase.....	274
6.5.2. Comutação (ou proporcionalidade)	274
6.5.3. Focalização.....	274
6.5.4. Elisão (ou omissão).....	275
6.5.5. Movimento de constituintes.....	276
Considerações finais	276
7. Estrutura funcional da sentença	277
Retomando o princípio de projeção	277
7.1. Construção de tópico.....	279
7.1.1. Propriedades sintáticas.....	279
7.1.2. Propriedades discursivas.....	285
7.1.3. Propriedades semânticas.....	285
7.2. Absolutivo.....	286
7.2.1. Propriedades sintáticas.....	286
7.2.2. Propriedades discursivas.....	288
7.2.3. Propriedades semânticas.....	288
7.3. Sujeito	289
7.3.1. Propriedades sintáticas do sujeito	289
7.3.1.1. Classes de preenchimento do sujeito.....	290
7.3.1.2. Colocação do sujeito	290
7.3.1.3. Sujeito e categoria vazia	293
7.3.2. Propriedades discursivas do sujeito.....	295
7.3.2.1. Sondagem psicopragmática do tema-sujeito	295
7.3.2.2. Constituição do tema-sujeito por derivação do rema	295
7.3.3. Propriedades semânticas do sujeito.....	296
7.3.3.1. Animacidade/não animacidade	297
7.3.3.2. Referencialidade/não referencialidade.....	297
7.3.3.3. Determinação/indeterminação.....	297
7.4. Complementos: objeto direto, objeto indireto, complemento oblíquo	298
7.4.1. O objeto direto	300
7.4.1.1. Classes de preenchimento do objeto direto.	
Objeto direto e categoria vazia.....	301
7.4.1.2. Colocação do objeto direto	304
7.4.2. O objeto indireto	304
7.4.3. O oblíquo.....	305

7.5. Adjuntos.....	306
7.5.1. Adjuntos adnominais	308
7.5.1.1. Adjuntos adnominais predicativos	308
7.5.1.2. Adjuntos adnominais de verificação: os classificadores.....	309
7.5.1.3. Adjuntos adnominais dêiticos.....	309
7.5.2. Adjuntos adverbiais	309
7.5.2.1. Adjuntos adverbiais predicativos	309
7.5.2.2. Adjuntos adverbiais não predicativos de verificação	310
7.5.3. Adjuntos adsentenciais.....	311
8. Minissentença e sentença simples: tipologias	313
Ainda o princípio de projeção.....	313
8.1. A minissentença	317
8.1.1. Minissentença nominal.....	318
8.1.2. Minissentença adjetival.....	319
8.1.3. Minissentença adverbial.....	320
8.1.4. Minissentença preposicional	321
8.2. Modalidade e tipologia da sentença simples.....	322
8.2.1. Sentenças asseverativas.....	323
8.2.1.1. Asseverativas afirmativas.....	323
8.2.1.2. Asseverativas negativas	324
8.2.2. Sentenças interrogativas.....	324
8.2.2.1. Interrogativas diretas.....	326
8.2.2.2. Interrogativas indiretas	326
8.2.2.3. Interrogativas finalizadas por marcadores discursivos.....	327
8.2.3. Sentenças imperativas	327
8.2.3.1. Imperativas diretas	327
8.2.3.2. Imperativas indiretas.....	327
8.3. Estrutura argumental e tipologia da sentença simples.....	328
8.3.1. Sentenças não argumentais.....	329
8.3.2. Sentenças monoargumentais.....	329
8.3.2.1. Sentenças apresentacionais ou existenciais	331
8.3.2.2. Sentenças ergativas	332
8.3.2.3. Sentenças atributivas	332
8.3.2.4. Sentenças equativas	334
8.3.3. Sentenças biargumentais.....	334
8.3.3.1. Sentenças transitivas diretas.....	334
8.3.3.2. Sentenças transitivas indiretas	335
8.3.3.3. Sentenças transitivas oblíquas.....	335
8.3.4. Sentenças triargumentais.....	336
8.4. As prossentenças.....	336
Considerações finais	336

9. A sentença complexa e sua tipologia.....	337
Combinção de sentenças e gramaticalização de conjunções	337
9.1. A coordenação	346
9.1.1. Estatuto da coordenação	349
9.1.2. Coordenadas aditivas	349
9.1.2.1. Propriedades sintáticas de <i>e</i>	350
9.1.2.2. Propriedades discursivas de <i>e</i>	351
9.1.3. Coordenadas adversativas.....	352
9.1.3.1. Propriedades discursivas de <i>mas</i>	353
9.1.3.2. Propriedades semântico-sintáticas de <i>mas</i>	355
9.2. A subordinação.....	355
9.2.1. Estatuto da subordinação.....	356
9.2.2. Subordinadas substantivas.....	356
9.2.2.1. Gramaticalização das conjunções integrantes.....	357
9.2.2.2. Propriedades lexicais da sentença matriz	359
9.2.2.3. Propriedades gramaticais	359
9.2.2.3.1. Sentença matriz e projeção de argumentos.....	359
9.2.2.3.2. Colocação das substantivas	359
9.2.2.3.3. Correlação modo-temporal entre a matriz e a substantiva	360
9.2.2.3.4. Gramaticalização do verbo da sentença matriz.....	361
9.2.2.4. Propriedades semânticas da sentença matriz.....	361
9.2.2.4.1. A matriz contém verbos e adjetivos epistêmicos asseverativos ..	362
9.2.2.4.2. A matriz contém verbos e adjetivos epistêmicos dubitativos	363
9.2.2.4.3. A matriz contém verbos e adjetivos de modalização deôntica... ..	363
9.2.2.4.4. A matriz contém verbos e adjetivos de modalização pragmática ..	364
9.2.2.5. Propriedades discursivas	364
9.2.2.5.1. Matriz apresentacional.....	365
9.2.2.5.2. Matriz declarativa	365
9.2.2.5.3. Matriz evidencial	365
9.2.2.5.4. Matriz volitiva.....	366
9.2.3. Subordinadas adjetivas.....	366
9.2.3.1. Sintaxe das adjetivas	366
9.2.3.1.1. Estratégias de relativização e tipologia das sentenças adjetivas..	368
9.2.3.1.2. Funções do pronome relativo	369
9.2.3.1.3. A adjetiva livre	370
9.2.3.2. Semântica das adjetivas	370
9.2.3.2.1. Restritivas ou determinativas.....	370
9.2.3.2.2. Explicativas ou apositivas.....	371
9.2.3.2.3. Restritivas finais	371
9.2.3.2.4. Restritivas causais	371

9.2.4. Subordinadas adverbiais	371
9.2.4.1. Causais	374
9.2.4.2. Condicionais	375
9.2.4.3. Finais	377
9.2.4.4. Concessivas	377
9.2.4.5. Temporais.....	379
9.2.5. Subordinadas não conjuncionais infinitivas, gerundiais, participiais	380
9.2.5.1. Sentenças infinitivas	380
9.2.5.2. Sentenças gerundiais	381
9.2.5.3. Sentenças participiais	384
9.3. A correlação	384
9.3.1. Estatuto da correlação	384
9.3.2. Correlatas aditivas	388
9.3.3. Correlatas alternativas.....	388
9.3.4. Correlatas comparativas.....	389
9.3.5. Correlatas consecutivas	390
Considerações finais	390
10. O sintagma verbal.....	391
Estrutura do sintagma verbal	391
10.1. Estatuto categorial do verbo	392
10.1.1. Propriedades gramaticais do verbo	392
10.1.2. Propriedades semânticas do verbo	396
10.1.3. Propriedades discursivas do verbo	396
10.2. Descrição do núcleo verbal.....	396
10.2.1. Sintaxe do verbo	396
10.2.1.1. Verbo e estrutura argumental da sentença.	
Tipologia dos predicados	396
10.2.1.2. Gramaticalização do verbo	397
10.2.1.2.1. Gramaticalização de <i>ser</i> e <i>estar</i>	397
10.2.1.2.2. Gramaticalização de <i>ter</i> e <i>haver</i>	402
10.2.1.3. Tipologia do sintagma verbal.....	407
10.2.1.3.1. Sintagma verbal simples	408
10.2.1.3.2. Sintagma verbal composto:	
as perífrases e as formas nominais do verbo	408
10.2.1.3.3. Sintagma verbal complexo: o verbo-suporte.....	410
10.2.1.4. Concordância verbal.....	411
10.2.1.5. Colocação do verbo	413
10.2.1.6. Elipse do verbo	414

10.2.2. Semântica do verbo	414
10.2.2.1. Estudos sobre a semântica do verbo	414
10.2.2.1.1. As sistematizações de Aristóteles e de Halliday	414
10.2.2.1.2. Uma distinção básica: apresentação vs. predicação	415
10.2.2.1.3. Classes acionais do verbo	416
10.2.2.2. Categorias semânticas do verbo	417
10.2.2.2.1. Aspecto verbal	417
10.2.2.2.2. Tempo	431
10.2.2.2.3. Voz	436
10.2.2.2.4. Modo	437
10.2.3. Discurso e verbo: o verbo no texto	441
10.2.3.1. Verbo apresentativo e inserção de tópico discursivo	442
10.2.3.2. O tempo presente e a dissertação. Os tempos do passado e a narração	442
10.2.3.3. Transitividade e discurso	443
10.3. Descrição dos especificadores	443
10.3.1. O problema da auxiliaridade	444
10.3.2. O estatuto das perífrases	447
10.3.3. Especificadores de tempo: <i>ter + do, ir + r</i>	450
10.3.3.1. Perífrases de particípio	450
10.3.3.2. Perífrases de infinitivo	450
10.3.4. Especificadores de aspecto: <i>estar + ndo</i>	451
10.3.4.1. Perífrases de particípio	451
10.3.4.2. Perífrases de infinitivo	451
10.3.4.3. Perífrases de gerúndio	451
10.3.5. Especificadores de modo: <i>dever, querer, poder + r</i>	451
10.3.5.1. Perífrases de infinitivo	451
10.3.6. Especificadores de voz	452
10.3.6.1. Perífrases de particípio	452
10.4. Descrição dos complementadores	452
11. O sintagma nominal	453
Estrutura do sintagma nominal	453
11.1. Estatuto categorial do substantivo	455
11.2. Descrição do núcleo nominal	457
11.2.1. Sintaxe do substantivo	457
11.2.1.1. Funções sentenciais do substantivo	457
11.2.1.2. Substantivos e transitividade	457
11.2.1.3. Nominalização	457
11.2.1.4. Estrutura argumental dos substantivos	459

11.2.1.5. Colocação dos constituintes do sintagma nominal	460
11.2.1.6. Concordância nominal.....	461
11.2.2. Semântica do substantivo	462
11.2.2.1. Substantivo e teoria da referência. Substantivo e espaços mentais	462
11.2.2.2. Substantivo e traços semânticos inerentes	466
11.2.2.2.1. Substantivos contáveis/não contáveis	467
11.2.2.2.2. Substantivos humanos/não humanos.....	468
11.2.2.2.3. Substantivos comuns/próprios	468
11.2.3. O substantivo no texto: referenciação e fluxo informacional	469
11.2.3.1. Inserção de tópico novo	469
11.2.3.2. Derivação referencial: repetição e inferência	470
11.2.3.3 Encadeamento temático.....	471
11.2.3.3.1. Tema caótico	471
11.2.3.3.2. Tema constante	471
11.2.3.3.3. Tema derivado.....	472
11.2.3.3.4. Tema fendido	472
11.3. Estatuto categorial dos pronomes	472
11.4. Descrição do núcleo pronominal.....	476
11.4.1. Sintagmas nominais nucleados por pronomes pessoais	476
11.4.1.1. Reorganização do quadro dos pronomes pessoais:	
alteração, criação, substituição e perda.....	478
11.4.1.2. Perdas e ganhos no quadro dos reflexivos.....	480
11.4.1.3. Transformação progressiva dos pronomes pessoais	
em morfemas prefixais de pessoa.....	482
11.4.1.4. Colocação dos clíticos no PB.....	483
11.4.2. Sintagmas nominais nucleados por pronomes neutros	485
11.4.2.1. Sintagmas nominais nucleados por demonstrativos neutros.....	486
11.4.2.2. Sintagmas nominais nucleados por quantificadores indefinidos	486
11.4.3. Sintagmas nominais nucleados por pronomes adverbiais	487
11.5. Descrição dos Especificadores	488
11.5.1. O artigo	489
11.5.1.1. Propriedades gramaticais do artigo.....	490
11.5.1.2. Propriedades semânticas do artigo.....	493
11.5.1.3. Propriedades discursivas do artigo	493
11.5.2. Os demonstrativos.....	495
11.5.2.1. Propriedades gramaticais dos demonstrativos.....	496
11.5.2.2. Propriedades semânticas dos demonstrativos	497
11.5.2.3. Propriedades discursivas dos demonstrativos.....	500
11.5.3. Os possessivos.....	501
11.5.3.1. Propriedades gramaticais dos possessivos.....	503
11.5.3.2. Propriedades semânticas dos possessivos.....	504
11.5.3.3. Propriedades discursivas dos possessivos.....	504

11.5.4. Os quantificadores indefinidos.....	505
11.5.4.1. Propriedades gramaticais dos quantificadores indefinidos.....	507
11.5.4.2. Propriedades semânticas dos quantificadores indefinidos.....	508
11.5.4.3. Propriedades discursivas dos quantificadores indefinidos.....	509
11.6. Descrição dos Complementadores.....	510
12. O sintagma adjetival.....	511
Estrutura do sintagma adjetival.....	511
12.1. Estatuto categorial do adjetivo.....	511
12.1.1. Diferenças morfológicas entre adjetivo e substantivo.....	511
12.1.2. Diferenças sintáticas entre adjetivo e substantivo.....	512
12.2. Descrição do núcleo.....	516
12.2.1. Sintaxe do adjetivo.....	517
12.2.1.1. Adjetivo como adjunto adnominal, encaixado no sintagma nominal....	518
12.2.1.2. Adjetivo como núcleo de minissentença, encaixado no sintagma verbal.....	518
12.2.1.3. Adjetivo como adjunto adsentencial.....	518
12.2.1.4. Transitividade do adjetivo.....	518
12.2.1.5. Concordância do adjetivo.....	519
12.2.1.6. Colocação do adjetivo.....	520
12.2.2. Semântica do adjetivo.....	523
12.2.2.1. Adjetivos predicativos.....	524
12.2.2.1.1. Modalizadores.....	524
12.2.2.1.2. Qualificadores.....	526
12.2.2.1.3. Quantificadores.....	529
12.2.2.2. Adjetivos de verificação.....	531
12.2.2.2.1. Classificadores.....	532
12.2.2.2.2. Pátrios.....	532
12.2.2.2.3. Gentílicos.....	532
12.2.2.2.4. De cor.....	532
12.2.2.3. Adjetivos dêiticos.....	534
12.2.2.3.1. Locativos.....	534
12.2.2.3.2. Temporais.....	534
12.2.3. O adjetivo no texto.....	535
12.2.3.1. Adjetivo na narração e na descrição.....	535
12.2.3.2. Adjetivo e status informacional.....	536
12.2.3.3. Adjetivo e eixo argumentativo.....	537
12.3. Descrição dos especificadores.....	537
12.4. Descrição dos complementadores.....	538

13. O sintagma adverbial.....	541
Estrutura do sintagma adverbial	541
13.1. Estatuto categorial do advérbio.....	542
13.2. Descrição do núcleo.....	544
13.2.1. Sintaxe do advérbio.....	544
13.2.1.1. Funções sentenciais do advérbio.....	545
13.2.1.1.1. Advérbio quase argumental.....	545
13.2.1.1.2. Advérbio como adjunto.....	546
13.2.1.1.3. Advérbio como marcador gramatical de argumentos e adjuntos	547
13.2.1.2. Advérbio e transitividade: estrutura argumental do advérbio	549
13.2.1.2.1. Advérbios intransitivos.....	549
13.2.1.2.2. Advérbios transitivos	549
13.2.1.2.3. Advérbios dêíticos e estruturas de redobramento sintático	549
13.2.1.3. Colocação do sintagma adverbial	550
13.2.2. Semântica do advérbio.....	551
13.2.2.1. Advérbios predicativos	552
13.2.2.1.1. Advérbios modalizadores	553
13.2.2.1.2. Advérbios qualificadores.....	558
13.2.2.1.3. Advérbios quantificadores.....	565
13.2.2.2. Advérbios de verificação.....	571
13.2.2.2.1. Advérbios focalizadores.....	572
13.2.2.2.2. Advérbios de inclusão e exclusão	575
13.2.2.2.3. Advérbios de afirmação e negação	576
13.2.2.3. Advérbios dêíticos.....	578
13.2.2.3.1. Advérbios dêíticos de lugar.....	579
13.2.2.3.2. Advérbios dêíticos de tempo	579
13.2.3. O advérbio no texto.....	579
13.2.3.1. Advérbios e gêneros discursivos.....	579
13.2.3.2. Advérbios e conectivos textuais	581
13.3. Descrição dos especificadores.....	582
13.4. Descrição dos complementadores.....	582
14. O sintagma preposicional	583
Estrutura do sintagma preposicional.....	583
14.1. Estatuto categorial das preposições.....	583
14.1.1. Preposições simples.....	587
14.1.2. Preposições complexas.....	588

14.1.3. Gramaticalização das preposições	589
14.1.3.1. Recategorização de outras classes	589
14.1.3.2. Regramaticalização de preposições.....	590
14.1.3.3. Desaparecimento de preposições.....	590
14.2. Descrição do núcleo.....	591
14.2.1. Sintaxe da preposição.....	592
14.2.1.1. Escopo da preposição	592
14.2.1.1.1. Sintagma nominal.....	592
14.2.1.1.2. Outro sintagma preposicional	592
14.2.1.1.3. Sintagma adverbial	592
14.2.1.1.4. Sentença com verbo em forma nominal	592
14.2.1.2. Funções do sintagma preposicional:	
argumentos, adjuntos, construções de tópico.....	592
14.2.1.2.1. Sintagmas preposicionais funcionando	
como argumentos preposicionados.....	592
14.2.1.2.2. Sintagmas preposicionais funcionando	
como adjuntos adverbiais e adnominais	593
14.2.1.3. Verbos e seleção de preposições	593
14.2.1.3.1. Verbos de movimento/direção	593
14.2.1.3.2. Verbos de transferência.....	594
14.2.1.3.3. Verbos de comunicação	594
14.2.1.3.4. Verbos de criação/produção	594
14.2.1.3.5. Verbos de complemento final.....	594
14.2.1.3.6. Verbos de aproximação/união/semelhança	595
14.2.1.3.7. Outros verbos.....	595
14.2.1.4. Colocação dos sintagmas preposicionais na sentença	595
14.2.2. Semântica das preposições.....	596
14.2.2.1. Preposições do eixo espacial horizontal	596
14.2.2.2. Preposições do eixo espacial vertical	600
14.2.2.3. Preposições do eixo espacial transversal.....	601
14.2.2.4. Preposições do eixo espacial proximal/distal	604
14.2.2.5. Preposições do eixo espacial continente/conteúdo.....	606
14.2.3. As preposições no texto.....	608
14.2.3.1. Construções de tópico preposicionadas.....	608
14.2.3.2. Expressões de conectividade textual.....	609
14.3. Descrição dos especificadores.....	609
14.4. Descrição dos complementadores.....	609
15. Algumas generalizações sobre a gramática do português brasileiro.	
A reflexão gramatical.....	611
A pesquisa continua.....	611

15.1. Algumas generalizações sobre a gramática do português brasileiro	612
15.1.1. Representação da categoria de <i>PESSOA</i>	613
15.1.2. Representação da categoria de <i>COISA</i>	614
15.1.3. Representação das categorias de <i>ESPAÇO</i> e <i>TEMPO</i>	615
15.1.4. Representação da categoria de <i>MOVIMENTO</i>	616
15.1.5. Representação da categoria de <i>QUALIDADE</i>	617
15.1.6. Representação da categoria de <i>QUANTIDADE</i>	618
Anexo: Mais sobre a categoria de <i>MOVIMENTO</i>	619
15.2. A reflexão gramatical, ou, no dia em que virei linguista-gramático.....	623
15.2.1. Escolha de um problema e da perspectiva teórica.....	623
15.2.2. Formulação das hipóteses de trabalho	625
15.2.2.1. Análise da conversação	627
15.2.2.2. Análise do texto	627
15.2.2.3. Análise da sentença.....	627
15.2.2.4. Análise das palavras	628
15.2.3. O <i>corpus</i> de análise e a organização dos dados	628
15.2.4. Redação do trabalho e comparação dos resultados obtidos	630
15.2.4.1. Título e autor	630
15.2.4.2. Resumo.....	630
15.2.4.3. Apresentação.....	630
15.2.4.4. Capítulos e suas seções	630
15.2.4.5. Conclusões e referências bibliográficas	630
15.2.5. Arranjo temático da bibliografia	631
15.3. Sugestões de projetos	649
15.3.1. Pesquisando a diversidade do português brasileiro.....	649
15.3.1.1. A variação geográfica.....	649
15.3.1.2. A variação sociocultural.....	649
15.3.1.3. A variação individual.....	649
15.3.1.4. A língua falada	650
15.3.1.5. A língua escrita	650
15.3.2. Pesquisando o texto e sua organização.....	650
15.3.2.1. Processos constitutivos do texto	650
15.3.2.2. Os textos enquanto produtos.....	651
15.3.3. Pesquisando a estrutura funcional da sentença	651
15.3.3.1. Construções de tópico.....	651
15.3.3.2. Propriedades gramaticais do sujeito sentencial	651
15.3.3.3. Concordância do verbo com o sujeito.....	652
15.3.3.4. Propriedades gramaticais do objeto direto	652
15.3.3.5. Adjuntos adverbiais	652
15.3.3.6. Ordem preferida de figuração das funções sentenciais	652

15.3.4. Pesquisando a sentença simples e sua tipologia.....	652
15.3.4.1. A minissentença.....	652
15.3.4.2. Como é mesmo que damos ordens ou apresentamos um pedido?	653
15.3.4.3. Como a sintaxe nos ajuda a introduzir participantes numa cena linguística	653
15.3.4.4. Há um campeonato aí entre verbos mono, bi e triargumentais. Quem está levando a melhor?.....	653
15.3.5. Pesquisando a sentença complexa e sua tipologia	653
15.3.5.1. A sentença coordenada aditiva.....	654
15.3.5.2. A sentença coordenada adversativa	654
15.3.5.3. A sentença subordinada substantiva conjuncional.....	654
15.3.5.4. A sentença subordinada adjetiva	654
15.3.5.5. A sentença subordinada adverbial conjuncional	654
15.3.5.6. A sentença subordinada não conjuncional	654
15.3.5.7. A sentença correlata e a gramaticalização das conjunções redobradas... 655	655
15.3.6. Pesquisando o sintagma verbal.....	655
15.3.6.1. Sintagma verbal simples: estrutura argumental do verbo	655
15.3.6.2. Sintagma verbal simples: verbos apresentacionais existenciais	655
15.3.6.3. Os verbos <i>ter</i> e <i>haver</i> como verbos plenos	655
15.3.6.4. Os verbos <i>ter</i> e <i>haver</i> como verbos auxiliares	655
15.3.6.5. Os verbos <i>ser</i> e <i>estar</i> como verbos plenos	656
15.3.6.6. Os verbos <i>ser</i> e <i>estar</i> como verbos auxiliares	656
15.3.7. Pesquisando o sintagma nominal.....	656
15.3.7.1. Primeira descrição do sintagma nominal	656
15.3.7.2. Sintagma nominal de núcleo nominal: estrutura argumental dos nomes abstratos e deverbais	656
15.3.7.3. Sintagma nominal de núcleo pronominal: pronomes pessoais	657
15.3.7.4. Sintagma nominal: pronomes demonstrativos.....	657
15.3.7.5. Sintagma nominal: pronomes possessivos	657
15.3.7.6. Os quantificadores definidos.....	657
15.3.7.7. Os quantificadores indefinidos	657
15.3.7.8. Definitude vs. indefinitude textual	658
15.3.8. Pesquisando o sintagma adjetival.....	658
15.3.8.1. Funções sentenciais do sintagma adjetival	658
15.3.8.2. Estrutura argumental do adjetivo	658
15.3.8.3. Concordância do adjetivo	658
15.3.8.4. Colocação do adjetivo	658
15.3.8.5. O adjetivo como núcleo de minissentença.....	659
15.3.8.6. Os adjetivos modalizadores.....	659
15.3.8.7. Os adjetivos qualificadores	659
15.3.8.8. Os adjetivos delimitadores qualificadores e quantificadores	659
15.3.8.9. Os adjetivos aspectualizadores	659
15.3.8.10. Os adjetivos dêiticos	659
15.3.8.11. Os adjetivos verificadores de cor	660

15.3.9. Pesquisando o sintagma adverbial.....	660
15.3.9.1. Primeiras explorações sobre o sintagma adverbial predicativo.....	660
15.3.9.2. Colocação dos advérbios predicativos.....	660
15.3.9.3. Colocação do advérbio dêitico locativo e temporal.....	660
15.3.9.4. Funções sentenciais do sintagma adverbial predicativo.....	660
15.3.9.5. Processos de delimitação adjetival e adverbial.....	661
15.3.9.6. Sintagma adverbial predicativo.....	661
15.3.10. Pesquisando o sintagma preposicional.....	661
15.3.10.1. Sintagma preposicional: preposições mais gramaticalizadas.....	661
15.3.10.2. Sintagma preposicional: preposições menos gramaticalizadas.....	661
15.3.10.3. Sintagmas preposicionais em função de adjunto adnominal.....	662
15.3.10.4. Sintagmas preposicionais em função de adjunto adverbial.....	662
15.3.10.5. Preposições simples e preposições complexas.....	662
Glossário.....	663
Índice de matéria.....	697
Bibliografia.....	713
O autor.....	767



HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

HISTÓRIA SOCIAL, MUDANÇA GRAMATICAL

Em 1.3, fiz uma breve apresentação da Linguística Histórica em seus diferentes momentos teóricos. Elementos sobre a formação histórica da gramática do português europeu foram apresentados na seção sobre gramaticalização (veja 2.4).

Este capítulo trata da história social e da mudança gramatical do português brasileiro.

História social de uma língua é o estudo das condições que levaram determinada comunidade a desenvolver uma língua própria, a receber uma língua transplantada, ou mesmo a desaparecer, levando consigo sua língua. Mudança gramatical é o estudo das alterações sofridas na gramática de uma língua-mãe, de que pode surgir uma língua-filha.

Quantos anos terá a língua portuguesa?

Se você quiser considerar os antepassados remotos do português, precisará recuar seis mil anos no tempo, percorrendo a seguinte caminhada:

- (i) Entre 4000 e 3500 a.C: indo-europeu, a “língua-avó” do português, falado por um povo que migrou do norte do mar Negro em direção às planícies do Danúbio. O indo-europeu é a maior família de línguas do mundo, abrigando 60 delas, faladas por 1,7 bilhão de indivíduos, entre falantes nativos e não nativos.
- (ii) Entre 700 a.C até 600 d.C.: latim, língua derivada do ramo itálico do indo-europeu, falado inicialmente na região do Lácio, na península itálica. Entre 218 a.C. e 19 a.C., o latim foi levado à península ibérica, em que se implantaria apenas por volta do ano 400 d.C.
- (iii) Entre o século VII e IX d.C., o latim vulgar dá surgimento ao romance, estágio linguístico que anuncia o desaparecimento do latim e o surgimento das línguas românicas, entre elas o português.
- (iv) Entre os séculos IX e XIII, o romance do noroeste da península ibérica dá origem ao galego-português, posteriormente português.
- (v) A partir do século XVI, o português expande-se pelo mundo, com sua chegada à África, à Ásia e ao Brasil.

Se quiser concentrar-se apenas no surgimento do português, poderá reduzir essa história a novecentos anos, mais ou menos, recuando no tempo até entre os séculos XI e XII, para estudar as transformações do latim vulgar no romance ibérico e o aparecimento dos primeiros documentos escritos na nova língua.

Se quiser concentrar-se na história do português brasileiro, “basta” estudar quinhentos anos de história linguística, começando pela chegada dos primeiros colonos portugueses à baía de São Vicente, em 1532, rebolando aí pelos séculos até chegar ao momento atual.

De um jeito ou de outro, você precisará responder a uma pergunta preliminar: como surgiram as línguas do mundo? Como é fácil supor, foram-se sucedendo as respostas a essa pergunta.

Primeiramente, acreditava-se na hipótese monogenética, segundo a qual todas as línguas derivaram do hebraico, que teria dado origem às línguas hoje conhecidas, depois do episódio da Torre de Babel. Mas a Antropologia foi mostrando que outras culturas humanas para além da judaica dispunham de explicações semelhantes, e a Linguística Comparada comprovou que essa hipótese não podia ser confirmada, dada a grande diferença entre as estruturas das línguas do mundo. Isso tudo sem falar no compromisso teológico que está por trás dessa hipótese. Ora, ciência e teologia nem sempre se dão bem.

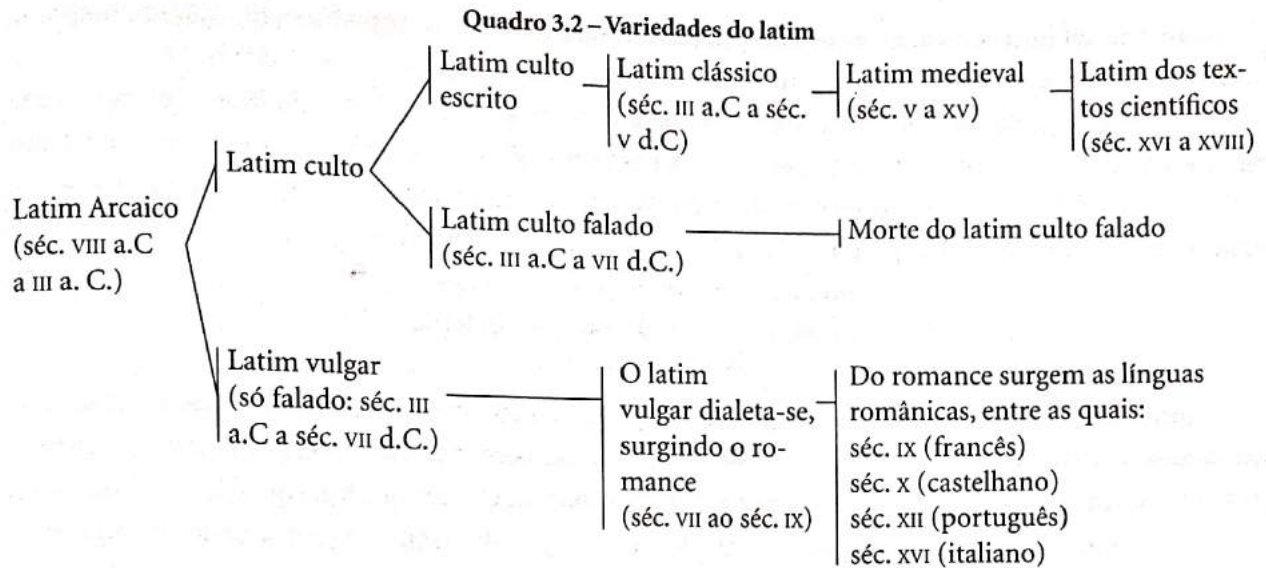
A questão da origem mesma das línguas foi então deixada de lado, voltando-se os interesses para (1) a identificação e caracterização das grandes famílias linguísticas; (2) a descrição das “línguas-filhas”; e (3) o estabelecimento das tipologias linguísticas.

Como resultado da primeira atividade, foram identificadas as seguintes famílias linguísticas, que abrigam as seis mil línguas hoje conhecidas:

Quadro 3.1 – As línguas do mundo

1. Indo-europeu: a maior e a mais falada dessas famílias, uma espécie de avô da língua portuguesa. Pelo menos sete ramos captam a complexidade do indo-europeu: (1) hitita, (2) indo-irânico, (3) grego, (4) itálico, (5) germânico, (6) balto-eslavo, (7) armênio. O português deriva do latim vulgar, que integra o ramo itálico; sobre nossa língua, veja Quadro 3.8.
2. Camito-semítico: línguas etiópicas, árabe, aramaico, copta, berbere, hebraico, cuchítico etc.
3. Uralo-altaica: ugro-finlandês (finlandês, este, lapão, magiar), turco-mongol (turco, mongol), samoiedo, tungúsio.
4. Línguas niger-congos.
5. Línguas bantos.
6. Línguas nilo-saarianas.
7. Línguas khoins: bosquímano, hotentote.
8. Línguas caucasianas: georgiano, mingrelíio etc.
9. Línguas malaio-polinésias e melanésias: indonésio, malgaxe etc.
10. Línguas da Ásia: línguas dravídicas (tâmul), línguas mundas, línguas tais (laociano, siamês, vietnamita), chinês, línguas mon-khmers (cambodjiano), línguas tibeto-birmanesas, aino, coreano, japonês.
11. Filo ártico americano-paleossiberiano (esquimó etc.).
12. Filo na-dene (língua, entre outras, dos índios apaches e navahos).
13. Filo macroalgonquino (línguas do Canadá e do Norte dos Estados Unidos).
14. Filo Macrossioux.
15. Filo hoka (línguas da Califórnia e do México).
16. Filo penuti (famílias mixe-zoque, totonaca, maia, entre outras).
17. Filo azteca-tano (entre outras, o náutil clássico).
18. Filo oto-mangue (línguas do México e da América Central).
19. Filo macrochibcha (línguas da América Central e do Norte do Brasil).
20. Macrofilo jê-pano-karib, que inclui o filio macrojê no Brasil (tukano, katukina, tupi, entre outras).
21. Macrofilo andino equatorial (quêchua, aimara, faladas por milhões de indivíduos na Bolívia, no Equador e no Peru).

Acredita-se que pelo menos duas mil línguas tenham desaparecido no mundo. Sobraram umas seis mil, de que a metade poderá desaparecer até a metade do século XXI. Concentrando-nos agora no latim, vejamos no Quadro 3.2 suas variedades.



Esse Quadro mostra que do século VII a.C. até o século III a.C., a sociedade romana deveria ter apresentado uma grande homogeneidade. A partir do século III a.C., sobretudo por causa dos contatos com os gregos, a sociedade romana se cindiu em dois grupos socioculturais: os romanos cultos e romanos incultos. Caracterizou-se assim a variedade praticada pelas classes incultas do Império, e que era só falada (= latim vulgar), de onde procede o português e a variedade praticada pelas elites romanas, que era tanto falada quanto escrita (= latim culto). O latim culto escrito, utilizado na literatura romana, desapareceu por volta do século V d.C. e o latim culto falado morreu por volta do século VII d.C. A variedade escrita sobreviveria, ainda que sem o mesmo brilho, no latim medieval da Igreja (séculos V a XVI d.C.) e dos escritórios reais, continuando ainda a ser usado até o século XVIII na literatura científica, quando finalmente seria substituído pelas “línguas nacionais”. Já o latim vulgar nunca desapareceria, pois sobrevive até hoje nas línguas românicas.

Dando agora um enorme salto no tempo, vamos nos concentrar na história do português brasileiro.

3.1. HISTÓRIA SOCIAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Se você ler os textos sobre a história social publicados na série *Para a história do português brasileiro*, notará que essa área de estudos opera na interface de um conjunto de disciplinas. Veja no final deste capítulo “Leituras sobre a história do português brasileiro”.

1. Interface com a mudança gramatical: estudo das formas linguísticas mais permeáveis à heterogeneidade social, como é o caso dos pronomes de tratamento.
2. Interface com a demografia histórica: estudo da ocupação do território e dos contactos linguísticos assim promovidos.
3. Interface com a variação linguística: estudo da organização da língua através das pesquisas dialetológicas; estudo da formação e expansão da variedade popular e do padrão culto.
4. Interface com a Linguística Textual diacrônica: estudo das tradições discursivas.

A consciência de que o português europeu era uma nova entidade linguística, servindo a uma comunidade, desenvolveu-se em dois centros irradiadores de cultura na Idade Média: os mosteiros, onde se levavam a cabo traduções de obras latinas, francesas e espanholas (Mosteiros de Santa Cruz, em Coimbra, e Mosteiro de Alcobaça), e a Corte, para a qual convergiam os interesses nacionais. Escreviam ali fidalgos e trovadores, aprimorando a língua literária.

Constituída essa consciência linguística, passamos ao século XVI, quando a questão da língua se resumirá à afirmação de sua importância, de sua expansão, em oposição ao castelhano.

Gramáticos portugueses dos séculos XVI e XVII proclamam as virtudes da língua pátria, capaz de veicular quaisquer tipos de sentimentos e arraoados. Eles se opunham àqueles que julgavam as línguas românicas veículos toscos, insuficientes para as altas criações do espírito. Segundo estes, bom mesmo era o latim. E aqui entra Camões, com seus célebres versos

*E na língua, na qual quando imagina
Com pouca corrupção crê que é a latina
(Os Lusíadas I, 33)*

A ninguém passou despercebida a relação entre a expansão do Império e a língua portuguesa, que seria levada aos quatro cantos do mundo. Escritos evidenciam essa percepção, como se pode ler nos primeiros gramáticos, um dos quais, João de Barros, escreveu as *Décadas da Ásia*, em que trata igualmente do assunto.

Paralelamente a isso, diversos autores portugueses “castelhanizam” não por uma suposta inferioridade da língua portuguesa, mas por ser o castelhano culturalmente mais importante e de maior penetração. Esse sentimento da língua portuguesa como culturalmente menos importante levou Fernão de Oliveira a pregar sua propagação, pois são os homens que fazem a língua, reconhecia ele, e a valorizar a clareza de sua pronúncia, argumento que se tornou tópico. João de Barros, por sua vez, aconselha o policiamento da língua pelo uso, conceito que tomou de empréstimo a Cícero.

Clarificada e assente a necessidade de cultivá-la, surgem no século XVII os estudos de Duarte Nunes de Leão (*Ortografia e origem da língua portuguesa*).

Nos anos 700, o binômio português-castelhano é complicado com o equacionamento do problema do galego. O padre beneditino Feijóo, de origem galega, reclama a inclusão do português e do galego, entidades indistintas, no seio da família românica. Lembre-se que até então, por um critério arbitrário, apenas o espanhol, o italiano e o francês eram aí compreendidos. A atitude de Feijóo foi também uma resposta aos gramáticos castelhanos que reduziam o português a um subdialeto, uma vez que o derivavam do castelhano. Ressurgem então as apologias da língua portuguesa, uma característica que procede do quinhentismo.

Dois fatos poriam fim à querela suscitada pelo binômio português-castelhano: a independência portuguesa em 1640, depois do episódio da União Ibérica, e a atitude de Verney no século XVIII, propugnando o enriquecimento da língua através da adoção de neologismos, a fuga à imitação servil dos clássicos, e o abandono da roupagem barroca espanhola que sufocava o idioma escrito. Era o racionalismo iluminista que buscava derrocar o princípio da autoridade, estimulando estudos mais aprofundados da língua.

Na fase final do século XVIII, a Arcádia Lusitana propõe o francês como exemplo, movendo a cultura portuguesa de uma sujeição para outra. O fluxo gaulês se avoluma, provocando o renascimento da questão da língua. A Academia Real das Ciências arvora-se em defensora da pureza do idioma (donde o glossário de francesismos preparado pelo cardeal Saraiva), propondo uma volta aos clássicos de 400 e 500 d.C.

Finalmente, o Romantismo vem encontrar os gramáticos atentos ao gênio da língua e ao papel do povo em sua elaboração. Já agora a questão da língua é entregue à ciência, personificada em Francisco Adolfo Coelho, fundador da Linguística portuguesa. A história da língua passa a incorporar a língua falada. E nisto estamos.

Os seguintes tópicos serão aqui considerados: (1) a expansão do português pelo mundo e sua chegada à América; (2) lusitanização do Brasil: ocupação do território, origens do colono português; (3) índios do Brasil; (4) africanos trazidos ao Brasil; (5) migrantes europeus chegados ao Brasil.

3.1.1. EXPANSÃO DO PORTUGUÊS EUROPEU PELO MUNDO

O castelhano e o português foram as línguas românicas que mais se difundiram pelo mundo. A implantação do português no Brasil é parte das grandes navegações empreendidas pelos portugueses.

A partir do século xv, impulsionados pelo Infante D. Henrique (1394-1460), um dos filhos de D. João I, têm início os grandes descobrimentos, que revelaram o caminho marítimo para as Índias, a América do Sul e a passagem para o Pacífico.

Os arquipélagos dos Açores, Madeira e São Tomé e Príncipe ao largo da costa europeia e africana foram os primeiros lugares ocupados fora de Portugal continental. Vejamos como isso se deu.

Na África, Bartolomeu Dias dobra o Cabo da Boa Esperança (1487-88) e os portugueses instalam feitorias na costa do continente. Também as ilhas ao largo da costa africana, tais como as Canárias, hoje possessão espanhola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe são tocadas pelos barcos portugueses.

Desenvolveram-se nessas ilhas crioulos* de base portuguesa, sobretudo em Cabo Verde, e em São Tomé e Príncipe.

Mas foi em Angola e em Moçambique que os portugueses viriam a se instalar de forma duradoura, perdendo essas colônias por volta de 1974. Por essa época, esta era a situação da língua portuguesa na África:

Tabela 3.1 – Populações expostas à língua portuguesa na África, segundo Teyssier (1980/1982: 119)

PAÍS	SUPERFÍCIE EM KM ²	POPULAÇÃO
São Tomé e Príncipe	964	67.000
Ilhas de Cabo Verde	4.033	285.000
Guiné-Bissau	36.125	570.000
Moçambique	782.763	8.715.000
Angola	1.246.700	5.840.000

O português é a língua oficial nesses países, seguindo o padrão europeu, sendo falada por menos da metade da população. Segundo Gonçalves (2004), o Censo de 1997 apurou 16,1 milhões habitantes em Moçambique, dos quais 6 milhões falam português, seja como língua materna, seja como segunda língua, ou seja, 39%. Esse número aponta para um crescimento de falantes de português naquele país. Não disponho de informações recentes sobre Angola.

Continuam majoritárias as línguas locais, sejam os crioulos, sejam, como em Angola e Moçambique, as línguas da família quimbundo, faladas por milhões de indivíduos. Desenvolveu-se uma literatura importante, devendo lembrar-se Luandino Vieira (Angola).

Quanto à Ásia, Vasco da Gama descobriu a rota das Índias, permitindo que Portugal estabelecesse um rico comércio das especiarias indianas, até então acessíveis apenas por terra. A República de Veneza, que dominava essa rota, passa a ter enormes prejuízos.

Na Índia, os portugueses circunscreveram-se a Goa (1510), Damão (1534) e Diu (1535), além de parte da ilha de Timor, na Indonésia. Na China, ocuparam a pequena zona de Macau (1557), quase defronte a Hong Kong. Em matéria de extensão geográfica, os portugueses tiveram mais sucesso no Ceilão, atual Sri Lanka, e em Malaca.

Em consequência das grandes navegações, o português tornou-se língua franca nos portos da Índia e do sudeste da Ásia, entre os séculos xvi e xviii. Em vários portos surgiram crioulos, uma adaptação da língua portuguesa às línguas com as quais ia entrando em contato. Segundo Teyssier (1980/1982), fala-se ainda crioulo de base portuguesa em Goa, Damão e Diu, Ceilão, Java, Malaca e Macau.

Mas a língua portuguesa não viria a fixar-se na Ásia com a mesma força que na América: a Índia portuguesa foi recuperada pela União Indiana em 1961, e o Timor foi anexado pela Indonésia em 1974, tendo-se libertado em 2002.

Chegamos assim à América. Contratado pelos reis castelhanos, Fernão de Magalhães costeia parte da América do Sul, encontrando o estreito que levaria seu nome e que abriria uma passagem para o Pacífico, por ele assim denominado.

Cabral descobre o Brasil em 1500 – depois da passagem de Duarte Nunes Pacheco, em 1498 – e a ocupação do território tem início em 1530. O Brasil é hoje a maior nação de língua portuguesa do mundo.

Falado por mais de duzentos milhões de indivíduos, o português é a oitava língua mais falada no mundo. Apesar da precariedade de alguns dos dados disponíveis, deve ser a seguinte a distribuição de seus falantes:

Tabela 3.2 – Distribuição aproximada dos falantes de português pelo mundo

Portugal	10.000.000
Brasil (Censo de 2007)	185.974.000
Moçambique (Censo de 1997)	6.000.000
Angola	(?) 1.600.000
São Tomé e Príncipe	67.000
Ilhas de Cabo Verde	285.000
Guiné-Bissau	570.000
Estados Unidos	365.300
Goa	250.000
França	150.000
Canadá (Censo de 1971)	86.925
Timor Leste	(parte da população de) 800.000
Macau	2.000

3.1.2. LUSITANIZAÇÃO DO BRASIL: OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO, ORIGENS DO COLONO PORTUGUÊS

O povoamento e a implantação da língua portuguesa se deu a partir de oito focos irradiadores, quase todos eles localizados no litoral brasileiro:

- quatro focos no século XVI: São Vicente/São Paulo (1532, 1554), Olinda/Recife (1535), Salvador (1549), Rio de Janeiro (1557);
- dois focos no século XVII: São Luís do Maranhão (1612) e Belém (1616);
- dois focos no século XVIII: Florianópolis (1738) e Porto Alegre (1752).

Cada um desses polos gerou outros tantos centros de irradiação, e ainda hoje as fronteiras sociais não deixaram de expandir-se, sobrepondo-se em alguns casos mais de uma onda demográfica. A partir do final do século XVIII, o português sobrepõe-se à língua geral paulista, ou tupi antigo. Entretanto, na região Norte a língua geral amazônica, ou nheengatu, sobrevive até hoje.

Aparentemente, os colonos portugueses que para cá vieram procediam de todas as regiões da metrópole, notando-se uma provável predominância de portugueses do Sul, dados os seguintes fenômenos fonéticos existentes no português brasileiro: (i) ocorrência absoluta do [s] predorsodental, típico do Sul português, e inexistência do [s] apicoalveolar, típico do Norte de Portugal;

(ii) monotongação do ditongo [ey], como em *primero*, dito [ây] no Norte português, como em *primâyrû*; (iii) manutenção da distinção entre /p/ e /b/, que são pronúncias alternantes no Norte português, ocorrendo tanto *varrer* como *barrer*. Essa é a hipótese meridionalista.

É um fato que os portos portugueses e espanhóis de saída para a América se situavam no sul desses países, e é por isso que se tem falado na hipótese meridionalista da romanização da América: predominância de andaluzes na América espanhola e de sulistas na América portuguesa: Castilho (1998b: 65-66).

Apesar dessas correspondências, a hipótese meridionalista do povoamento português tem sido contestada sob a alegação de que a irradiação dos falares meridionais tinha-se processado já no território português, anteriormente à ocupação do Brasil. O choque de opiniões a esse respeito parece ter amainado ultimamente, desde que o linguista português Luís Felipe Lindley Cintra mostrou que os meridionalismos se disseminaram por todo Portugal antes da lusitanização do Brasil.

Grandes partes do português de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul ficam à margem da influência meridionalista, dadas as fortes influências açorianas no seu povoamento. Há certo consenso em que o português catarinense é a variedade do PB que mais lembra o PE.

Por outro lado, o predomínio do contingente branco parece ser um fato recente no Brasil. Segundo Alberto Mussa (apud Mattos e Silva, 2001b: 281),

a taxa de europeus e brancos brasileiros vai de 30% (séculos XVI à primeira metade do século XIX) a 41% (segunda metade do século XIX), enquanto que os tradicionalmente chamados de “aloglotas”, ou seja, os outros e seus descendentes vão de 70% a 69% (até 1850) e só na segunda metade do século XIX diminuem para 59%. Isto quer dizer que em toda a história brasileira a maioria foi não-branca, isto é, de língua familiar, na sua origem, não portuguesa (70% vs. 30%, do séc. XVI até meados do séc. XIX e daí, numa relação de 59% vs. 41%).

Mattos e Silva (1998: 47) alerta que é melhor não simplificar as coisas, pois os portugueses continuaram vindo até o século XIX, e, com isso, “é muito complexa a relação estrutural entre o português brasileiro e o europeu, e não se reduz à simplicidade com que tem sido formulada desde Serafim da Silva Neto, como a ‘origem regional dos colonizadores’ aqui chegados”.

De todo modo, não deixa de ser notável que no momento de nossa Independência, e mesmo durante o Brasil Império, predominassem não-brancos no país. Foi preciso aguardar o século XIX para que as estatísticas se alterassem, ocorrendo um relativo “branqueamento” da população.

No âmbito do Projeto para a História do Português Brasileiro, foram apresentados três textos de caráter programático sobre a história social: Mattos e Silva (1998), Ramos (1998a) e Castilho (1998d).

Mattos e Silva (1998: 22) considera necessário desenvolver quatro campos de pesquisa:

a, reconstrução de uma história social linguística do Brasil; **b**, reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica; **c**, reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro; **d**, comparação entre o português europeu e o português brasileiro.

O campo **a** “se moverá fundado na história social do Brasil, [sendo assim,] dos quatro campos [...] aquele em que o historiador da língua estará mais próximo do historiador *tout court*” (Mattos e Silva, 1998: 23). Duas vertentes de investigação articulam esse campo: (i) uma referente à reconstrução da articulação entre fatos demográficos e fatos linguísticos; e (ii) outra referente à reconstrução da história da escolarização no Brasil, que a autora aponta como fundamental para compreender-se a polarização entre *norma(s) vernácula(s)* e *norma(s) culta(s)* do português brasileiro.

O campo **b**, ou campo da sociolinguística histórica, “se moverá numa perspectiva de estabelecer correlações entre fatores linguísticos e fatores sociais”, numa linha laboviana (Mattos e Silva, 1998: 23).

Os campos **c** e **d** correspondem ao que, tradicionalmente, se designa como história interna; movem-se ambos, pois, no âmbito de um dos aspectos do problema do encaixamento (veja 1.3.5). Enquanto o objetivo do campo **c** seria o de “descrever e buscar explicitar ou explicar [...] o encaixamento no interior das estruturas e a difusão da variante em mudança pela estrutura”, a questão central do campo **d** seria “verificar se, em comparação com o português europeu, as mudanças ocorridas no português brasileiro já estariam prefiguradas ou encaixadas nele. Para tanto, terá de dispor do conhecimento do português europeu no seu processo histórico de constituição” (Mattos e Silva, 1998: 24).

Para o programa **a**, poderíamos começar pela cronologia da história social do português brasileiro, resumida no quadro abaixo.

Quadro 3.3 – Cronologia da história social do português brasileiro

1500	Descoberta do Brasil, por Pedro Álvares Cabral.
1532	Começo do povoamento, em São Vicente (SP).
1534	Organização das capitanias hereditárias, doadas a pessoas de “pequena nobreza”. Apenas as de São Vicente e Pernambuco dão certo.
1535	Fundação de Olinda e Recife. Tem início a chegada de escravos africanos. O tráfico só terminaria em 1855. Teriam sido trazidos 18 milhões de escravos.
1549	Fundação de Salvador e organização do Governo Geral do Brasil, com sede em Salvador, Bahia.
1550	Povoadores minhotos se instalam em Pernambuco.
1554	Fundação de São Paulo.
1612	Fundação de São Luís do Maranhão.
1616	Fundação de Belém.
1654	O território passa a ser governado diretamente de Lisboa, como duas colônias independentes: o Estado do Brasil, com sede em Salvador, e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em São Luís.
1557	Fundação do Rio de Janeiro.
1738	Fundação de Florianópolis.
1751	O Estado do Grão-Pará e Maranhão passa a ter sua sede em Belém. O irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, impõe a língua portuguesa sobre a língua geral do Norte. A lei não deu certo, e até hoje se ouve falar nheengatu na Amazônia.
1752	Fundação de Porto Alegre.
±1790	A língua portuguesa domina sobre a língua geral paulista.
1808	Chegada da família real ao Rio de Janeiro; 16 mil portugueses saem dos navios.
1822	Independência do Brasil.
1832	Fundação das faculdades de Direito de São Paulo e Recife.
1870	Intensifica-se a migração europeia, sobretudo para o Sudeste e o Sul do país.
1889	Proclamação da República.
1922	Movimento modernista.
1930	Estado Novo.
1934	Fundação da Universidade de São Paulo.
1945	Redemocratização do Brasil.
1970	A população urbana excede a população rural.
1980	Expande-se a fronteira rural, surgindo novos centros em Rondônia e Roraima.

O Quadro 3.3 mostra que o surgimento do português brasileiro foi uma consequência da expansão do português pelo mundo, matéria de que tratamos na seção anterior.

3.1.3. ÍNDIOS DO BRASIL

À chegada dos portugueses, entre 1 e 6 milhões de indígenas povoavam o território, falando cerca de 300 línguas diferentes, de que sobreviveram hoje cerca de 160.

Essas línguas compreendem dois grandes troncos, o tronco macrotupi e o tronco macrojê, cada qual com suas famílias, línguas e dialetos, além de vinte línguas isoladas, não classificadas em tronco (veja o Quadro 3.2, no qual foram omitidos os dialetos).

Quadro 3.4 – Línguas indígenas do Brasil segundo Rodrigues (1986/1993)

Grupo macrotupi	Grupo macrojê	Línguas isoladas
1. Família tupi-guarani <ul style="list-style-type: none"> • Akuáua • Amanajé • Anambé • Apiacá • Araueté • Assurini • Avá-canoeiro • Caapor • Caiabi • Camaiurá • Cambeba • Cauaibe • Cocama • Guajá • Guarani, uma das línguas oficiais do Paraguai, também falado no Brasil • Oiampi • Tapirapé • Teneteara • Tupi • Tupinambá (extinta no Brasil) • Uaiampi • Nheengatu (língua geral amazônica) • Língua geral paulista, já extinta • Xetá (quase extinta) • Zoe (puturu) 	1. Família bororo <ul style="list-style-type: none"> • Bororo • Umutina 2. Família botocudo <ul style="list-style-type: none"> • Bacuém • Cracmum • Crenaque • Guticraque • Jiporoque • Minhajirum • Nacnenuque • Nacerré • Naque-nhapemã • Pejaerum • Porixá 3. Família camacã (extinta)	1. Aicanã 2. Arauá 3. Ariqueme 4. Aruaque <ul style="list-style-type: none"> • Aruaque • Baniua 5. Canoê 6. Catuquina 7. Caribe <ul style="list-style-type: none"> • Txicão (icpengue) 8. Coazá 9. Guaicuru 10. Jabuti 11. Macu <ul style="list-style-type: none"> • Dâu • Hupdá • Yuhupéh • Macu • Nadëb 12. Menqui 13. Mura <ul style="list-style-type: none"> • Mura • Pirahã 14. Nhambiquara 15. Potiguara (extinta) 16. Puno <ul style="list-style-type: none"> • Caripuna • Catuquina-pano 17. Ticuna (tucuna) 18. Tucano (betoia) <ul style="list-style-type: none"> • Burasana • Desano • Carapanã • Cubéua • Piratapuia • Suriana • Tucanos • Tuiúca • Uanano 19. Trumaí 20. Txapacura
2. Família ariquéim <ul style="list-style-type: none"> • Caritiana 3. Família aueti <ul style="list-style-type: none"> • Aueti 4. Família juruna <ul style="list-style-type: none"> • Juruna • Xipaia 5. Família maué <ul style="list-style-type: none"> • Maué sateré 6. Família mondé <ul style="list-style-type: none"> • Aruá • Cinta-larga • Mondé • Suruí-paíter • Zorá 7. Munduruci <ul style="list-style-type: none"> • Mundurucu • Curuaia 8. Família puroborá <ul style="list-style-type: none"> • Puroborá • Curuaia 9. Família mundurucu <ul style="list-style-type: none"> • Mundurucu 10. Família ramarama <ul style="list-style-type: none"> • Caro (arara) 11. Família tupari <ul style="list-style-type: none"> • Ajuru • Macurape • Mequém • Saquirabiar • Tupari 	4. Família carajá <ul style="list-style-type: none"> • Carajá • Javaé • Xambioá 5. Família cariri (extinta) 6. Família guató <ul style="list-style-type: none"> • Guató 7. Família fulniô (iatê, carnijó) <ul style="list-style-type: none"> • Fulniô (iatê, carnijó) 8. Família jê <ul style="list-style-type: none"> • Apinajé • Aquém • Caiapó • Caingangue 9. Família ianomâmi <ul style="list-style-type: none"> • Ianomam • Sanuma • Ianan ou ninan • Ianomamo 10. Família timbira <ul style="list-style-type: none"> • Panará • Suiá. • Xoclengue • Masacará (extinta) 11. Família maxacali <ul style="list-style-type: none"> • Maconi • Malali • Panhame • Pataxó (extinta) • Pataxó-hã-hã-hãe (extinta) • Ofaiê 12. Família puri (extinta) 13. Família ricbacta <ul style="list-style-type: none"> • Ricbacta 	

O Quadro 3.4 expõe a extrema complexidade linguística encontrada pelos portugueses, embora, como é óbvio, eles não tivessem tido contato imediato com todas essas línguas. A dificuldade de sua classificação transparece nesse quadro, que certamente não gozará de unanimidade entre os indigenistas brasileiros. Para informações acuradas, veja Rodrigues (1986) e Seki (1999).

Os índios do tronco macrojê ocupavam as selvas abertas, isto é, os cerrados do Brasil Central. Esses índios são altos, corpulentos, construía m aldeias circulares, bem definidas, ocupando terrenos amplos. Não eram nômades. Algumas das tribos ligadas a esse tronco habitavam o Vale do Paraíba, no estado de São Paulo, e possuíam o [ɾ] retroflexo, presente no falar caipira.

Os índios do tronco macrotupi eram nômades, ocupavam toda a costa brasileira quando os portugueses chegaram. De hábitos discretos, mais arredios que os jês, têm estatura média e construía m suas aldeias de modo irregular.

Com a chegada dos portugueses, os tupi-guaranis não podiam fugir para o interior do país, pois esse território estava ocupado pelos jês, seus inimigos. Contornaram então o território destes e foram para o Paraguai, o litoral do Nordeste e a Amazônia, espalhando-se mais que os jês. No século XVIII eles começam a voltar para o Sul, e encontram-se narrativas de viajantes do século XIX a esse respeito. Valendo-se do Caminho do Peabiru, atravessaram o Paraná e entraram no estado de São Paulo à altura de Peruíbe, subindo o litoral até Aracruz, no Espírito Santo, ocupando todo o litoral paulista.

Designados genericamente *tupinambás* por nossos primeiros cronistas – que se referiam com certeza às tribos que habitavam o litoral – as populações indígenas foram sendo dizimadas, restando hoje cerca de 300 mil indivíduos, distribuídos por cerca de 160 línguas.

Rodrigues (1993: 85) apresenta um quadro das línguas indígenas do Brasil e de sua distribuição pelo território brasileiro. Quanto às relações entre portugueses e indígenas, ele destaca em trabalho posterior a importância do desenvolvimento das línguas gerais, que não são pidgins ou crioulos, “mas continuações de línguas indígenas que passaram a ser faladas pelos mestiços de homens europeus e mulheres índias”.

Dois línguas gerais, já aqui referidas, desenvolveram-se no Brasil: a língua geral paulista e a língua geral amazônica, também chamada *nheengatu*. A língua geral paulista

foi-se constituindo já no século XVI, tendo como base a língua dos índios tupi de São Vicente e do alto rio Tietê, uma língua tupi-guarani ligeiramente diferente da língua dos tupinambá. Foi a língua dos mamelucos paulistas e, com as bandeiras, foi a língua de penetração no interior de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. Pela segunda metade do século XVIII passou a perder terreno para o português e seus últimos falantes devem ter morrido no início do século XX (Rodrigues, 1993: 97).

A expressão “língua geral” tem sido utilizada na literatura com mais de um sentido, conforme nos ensina Mattos e Silva (2004):

1) Como “língua geral brasileira”, falada por mulatos e brancos brasileiros a partir do século XVIII. Essa língua geral não é africana nem indígena, “mas sim continuadora do português”: (Mattos e Silva, 2004: 21). É a língua geral do Brasil caipira (Mattos e Silva, 2004: 78). A documentação colonial usa essa expressão em contextos como “falar a língua geral”, “usar a língua geral”, “saber a língua geral”, referindo-se a um “português simplificado, com interferências das línguas indígenas e também das línguas africanas” (Mattos e Silva, 2004: 79 e 95).

2) Como “línguas indígenas”, conforme dito anteriormente. Incluem-se nessa designação a “língua geral amazônica”, de base tupinambá, cujo remanescente é o *nheengatu*, a “língua geral paulista”, de base tupiniquim e guarani, e também a “língua geral de base cariri”, difundida no Nordeste do país (Mattos e Silva, 2004: 81).

3) Como “língua criada pelos jesuítas”. Câmara Jr. (1963, apud Mattos e Silva, 2004), destaca que os defensores do substrato indígena buscaram apoio não em línguas indígenas reais, mas na língua geral, isto é, no tupi missionário “fabricado” pelos jesuítas. Segundo ele, os jesuítas, baseando-se

no tupi, constituíram uma língua de comunicação – a língua geral – para ser usada como língua de catequese. A língua geral, o tupi missionário, caracterizava-se como um tupi despojado de “seus traços fonológicos e gramaticais mais típicos para se adaptar à consciência linguística dos brancos e o português nela atuou assim, impressivamente, como ‘superestrato’” (Câmara Jr., 1963: 76).

4) Como “línguas africanas” de base banto, falada na zona de mineração (Câmara Jr., 1963: 97).

Tem-se destacado o papel desenvolvido pelos bandeirantes na organização de expedições formadas por índios e por mamelucos para a caça a outros índios. Segundo Fausto (1994/1998), “a grande bandeira de Manuel Preto e Raposo Tavares que atacou a região de Guaíra em 1629, por exemplo, era composta de 69 brancos, 900 mamelucos e 2 mil indígenas”. Quando não apresavam índios, os bandeirantes alugavam seus serviços e partiam à caça de índios ou negros rebelados. Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso de Almeida se deslocaram até o Rio Grande do Norte para combater os índios, na chamada Guerra dos Bárbaros (1683-1713). E “o mesmo Domingos Jorge Velho conduziu a campanha final de liquidação do Quilombo dos Palmares em Alagoas (1690-1695)” (Fausto, 1994/1998: 78).

Será necessário buscar evidências documentais sobre a língua usada pelos bandeirantes, alguns portugueses, outros paulistas, seja no seu ambiente familiar, seja no “ambiente de trabalho”. Marilza de Oliveira levanta questões instigantes sobre a língua falada pelos “povoadores seiscentistas e setecentistas da Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté”, os quais tiveram papel importante nas explorações de ouro em Minas Gerais (Oliveira, 1998a, 1998b). Examinando inventários e testamentos guardados no Arquivo Municipal de Taubaté, ela estuda a constituição das famílias de bandeirantes, tendo constatado o predomínio de esposas brancas, que decerto falariam português em casa, com seus filhos menores. Nas longas expedições ao sertão, seus maridos falariam português com os poucos brancos que os acompanhavam, e a língua geral paulista com os índios. Temos, então, uma situação linguística constituída por falantes nativos (os índios aldeados, as famílias dos colonizadores e os oficiais da administração) e por falantes bilíngues (os bandeirantes, em sua interação com os índios). Esse achado se contrapõe à afirmação frequente segundo a qual só se teria começado a falar português em São Paulo a partir do final do século XVIII.

O grosso das contribuições léxicas para o PB provém do tupi-guarani, que cedeu cerca de dez mil vocábulos, constantes em sua maioria de topônimos e antropônimos, a que se somam substantivos comuns designativos de vegetais e de animais. Não se comprovou algum tipo de influência fonológica ou gramatical, estando pendente de mais pesquisas a eventual importação pelos paulistas do [ɾ] retroflexo dos índios do tronco macrojê.

Quadro 3.5 – Contribuições léxicas indígenas ao PB

- (1) Pessoas: *caipira, caipora, cacique, pajé, morubixaba, curumim, cunhã.*
- (2) Comidas: *pururuca, puba, pipoca, maracujá, aipim.*
- (3) Animais, figuras míticas: *gráúna, colibri, arara, acauã, sabiá, irara, sagui, piúm, jaguar, jacaré, uru, urutau, urutu, tatu, jararaca, muçurana, paca, içá, boitatá, taturana, saracura.*
- (4) Vegetais: *imbira, urucu, tapioca, taquara, arará, jenipapo, mandioca, mandi, pitanga, goiaba, taioba.*
- (5) Moradias: *tapera, tipiti, oca, girau.*
- (6) Topônimos e antropônimos: *Iracema, Guaraciaba, Moema, Paraguaçu, Jaçanã, Maracanã, Guanabara, Canindé, Itu, Araraquara, Jaú, Butantã.*

3.1.4. AFRICANOS TRAZIDOS AO BRASIL

O PB foi mais extensivamente exposto à influência das línguas africanas, pois de 1538 a 1855 foram trazidos cerca de 18 milhões de escravos negros, sujeitos a um contato mais intenso com a escassa população branca, em contraposição aos 6 milhões de indígenas.

Darcy Ribeiro justifica uma “demografia hipotética” para o cálculo do número de negros trazidos ao Brasil, tão grande é a disparidade dos números constantes da bibliografia. Segundo esse autor, por exemplo, o número 18 do parágrafo anterior cai para cerca de 7 milhões de indivíduos (Ribeiro, 1995a). Gregory Guy aponta outros números, mas mostra que de todo modo vieram mais negros para o Brasil do que para os Estados Unidos (Guy, 1981).

Os africanos trazidos para o Brasil integram duas culturas: a cultura banto e a cultura sudanesa. A cultura banto cinde-se no grupo ocidental, originário do Congo e de Angola, e no grupo oriental, originário de Moçambique, Tanganica e região dos Lagos. Seus representantes se fixaram no Rio de Janeiro, em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e no Maranhão.

A cultura sudanesa compreende os fulás, os mandingas, os hausás, os fanti-ashantis, os ewêse e os iorubás ou nagôs, originários da costa oeste africana: Sudão, Senegal, Guiné, Costa do Ouro, Daomé e Nigéria. Eles se fixaram principalmente na Bahia, vieram em número menor que os bantos, e dois séculos mais tarde.

Sabe-se que o fracasso da indústria açucareira paulista durante o período colonial tornou desnecessária a vinda de grandes contingentes de escravos. Juntando-se a isso o grande número de imigrantes europeus chegados no século XIX, pode-se reconhecer com Joseph Love que “a composição racial do Estado transformou-se claramente [na primeira metade da República] no sentido da crescente predominância do elemento branco” (Love, 1982: 178).

Estima-se em trezentos o número de palavras africanas que foram incorporadas ao léxico do PB. São ainda escassos os estudos sobre as influências linguísticas africanas. Os primeiros textos atribuem aos africanos simplificações da morfologia nominal e verbal que outros tantos textos atribuem igualmente aos indígenas. Quanto ao léxico, eles procuram identificar as origens do vocabulário africano difundido no Brasil, e esse é o caso de Rodrigues (1933/1945), Mendonça (1935/1973) e Machado Filho (1943).

Quadro 3.6 – Contribuições léxicas africanas ao PB: palavras bantos, segundo Castro (1980)

Palavra banto	Significado
<i>Bagunça</i>	Desordem, confusão, baderna, pândega ruidosa
<i>Banguela</i>	Desdentado ou que tem arcada dentária falha na frente
<i>Beleléu</i>	Cemitério: “ir para o <i>beleléu</i> ” = morrer, sumir
<i>Cachaça</i>	Aguardente que se obtém mediante a fermentação e a destilação do caldo da cana; qualquer bebida alcoólica
<i>Cachimbo</i>	Pito de fumar
<i>Caçula</i>	O mais novo dos filhos ou dos irmãos
<i>Carimbo</i>	Selo; sinete; sinal público com que se autenticam documentos
<i>Encafifa(r)</i>	Amuar; calar-se de repente; envergonhar-se; desagradar
<i>Lengalenga</i>	Conversa fiada, enganosa; discurso longo, enfadonho
<i>Mambembe</i>	Medíocre, de má qualidade, inferior
<i>Maracutaia</i>	Engodo, trapaça
<i>Moleque</i>	Menino, garoto, rapaz; menino negro
<i>Quilombo</i>	Povoação de escravos fugidos
<i>Xinga(r)</i>	Insultar, ofender com palavras
<i>Zonzo</i>	Atordoado, tonto, distraído

A extraordinária complexidade linguística dos povos africanos, associada à prática portuguesa de misturar suas etnias às dos indígenas para dificultar as revoltas, deve ter dado origem, após o século XVII, a um “dialeto das senzalas”, sorte de língua franca, segundo a hipótese de Castro (1980,

2001). Nesse dialeto, tanto quanto nas palavras que passaram para o PB, as línguas bantos tiveram grande importância. Delas provêm as expressões *vir de Aruanda* (isto é, de Luanda, costa norte de Angola), *dançar um Moçambique*, *rainha do Congo* e *congada*.

A esse “dialeto das senzalas” teria sucedido um “dialeto rural”, acentuando-se o aportuguesamento dos africanos e a entrada de africanismos no PB. Sempre segundo Castro (1980: 18-19), desaparece então a estrutura morfológica banto, reinterpretando-se como um radical único suas unidades lexicais complexas. Assim, uma estrutura como [prefixo + radical (+ sufixo)], presente em *ka.N.Domb. ele*, é analisada como *candomblé*; *ka.N.Kund.a* é analisada como *cacunda*, e assim por diante. Na direção contrária, palavras portuguesas com estrutura silábica travada sofrem a abertura dessa sílaba em boca africana, retornando ao PB com essa alteração. É o caso de *sal.var* > *salavá* > *saravá*.

As palavras bantos incorporadas no PB conheceram uma dispersão maior pelas áreas lexicais, como atestam os itens *cacunda*, *caçula*, *fubá*, *angu*, *jiló*, *carinho*, *bunda*, *quiabo*, *dendê*, *dengo*, *samba* etc. Já as palavras da cultura sudanesa concentram-se em 65,7% na linguagem litúrgica dos candomblés, tais como estas palavras do iorubá incorporadas ao português: *afoxé* (“cortejo carnavalesco da Bahia”), *agogô* (“instrumento musical usado no candomblé”), *auê* (“confusão, alvoroço”), *babalorixá* (“pai de santo”), *ebó* (“despacho, oferenda”), *ialorixá* (“mãe-de-santo”), *iansã* (“orixá do fogo, do trovão e da tempestade”), *iemanjá* (“orixá do mar”), *ogum* (“orixá do ferro e da guerra”), *odara* (“bem, bom, bonito”), *orixá* (“divindade”), *oxumaré* (“orixá da riqueza”), *xangô* (“orixá dos raios e do trovão”), *xinxim* (“cozido de galinha com camarões secos, amendoim e castaja de caju”).

É ainda Castro (1980) que destaca as semelhanças entre a estrutura fonológica do português e das línguas bantos: mesmo número de vogais, mesma estrutura silábica, o que explicaria a não emergência de crioulos africanos no Brasil, além de certas características da pronúncia do PB.

3.1.5. MIGRANTES EUROPEUS CHEGADOS AO BRASIL

Na segunda metade do século XIX, houve uma grande expansão da lavoura brasileira, combinada com a libertação dos escravos e graves episódios de fome na Europa. Deu-se início a uma forte migração de europeus para as Américas, e o Brasil se transformou no destino de muitos italianos, espanhóis, alemães e portugueses, notadamente depois de 1870.

Muszynski (1986: 27-28) afirma que

o ponto receptor mais flagrantemente afetado pelo movimento migratório no Brasil durante décadas e, por essa razão, o mais propício a uma verificação desta natureza, é seguramente a capital de São Paulo, carro-chefe de uma industrialização que induz à formação de grandes aglomerados urbanos.

Em São Paulo, o trabalho escravo foi substituído nos cafezais paulistas pela mão de obra europeia, sobretudo italiana. Entre 1882 e 1930, chegaram a São Paulo 2,223 milhões de imigrantes, 46% dos quais eram italianos, provenientes inicialmente do Norte da Itália e, depois, do Sul. Seguem-se os portugueses, que responderam por cerca de 18% da migração, totalizando 404 mil indivíduos. Nesse período, os espanhóis representaram 17%, e os demais, sobretudo japoneses, alcançaram 19% (Love, 1982: 27-28).

O ano de 1930 assinalou uma virada na chegada de migrantes a São Paulo. Pela primeira vez, o número de migrantes internos superou na capital o de migrantes externos. A Depressão diminuiu seu ingresso. Entre os que chegaram e os que partiram, em 1940 foram registradas 500 mil pessoas a mais do que se perdeu (Love, 1982: 29). É preciso considerar também os paulistas que deixaram

o estado, numa das expansões da fronteira agrícola brasileira, dos quais 231 mil se dirigiram para o norte do Paraná, por volta da década de 1950.

A partir da década de 1950, registrou-se um aumento drástico da população de nossas metrópoles, o que decerto afetaria o português aí falado. Na maior cidade de língua portuguesa do mundo, São Paulo, ocorreram no século XX dois fluxos migratórios: um do interior do estado e outro do próprio país, dada a atração que a cidade passou a exercer. Graham / Holanda Filho (1980, apud Muszynski, 1986: 22) calcularam os percentuais respectivos.

Quanto ao impacto dos falares nordestinos sobre a linguagem de São Paulo de hoje, uma primeira atividade será mapear os diferentes falares transplantados. Num segundo momento, será preciso medir o grau de integração desses migrantes na sociedade paulista. Finalmente, precisaríamos descrever sua execução linguística, comparando pais e filhos.

Alves (1979) examinou a atitude linguística dos nordestinos com relação ao falar paulista. Ela estratificou seus informantes, dividindo-os em praticantes do “falar baiano” e do “falar pernambucano” – estes, mais valorizados pela população em geral que aqueles.

No caso da metropolização brasileira, continuando com São Paulo como exemplo, Maria Isaura de Queiroz traça as direções tomadas pela conurbação de São Paulo com os municípios vizinhos, tema igualmente versado por Love (1982: 120). Ressalta das tabelas publicadas nesses trabalhos que a fala de São Paulo representa hoje um interessante laboratório linguístico do PB, dado o entrecruze aí em curso de suas variedades regionais e socioculturais.

Algo semelhante deve estar se passando na fala de Brasília. Também aqui as coisas ainda estão por se definir, notando-se desde logo algumas tendências. Stella Maris Bortoni-Ricardo vem estudando há vinte anos a fala de nossa capital. Num trabalho de 1985 ela mostrou que os candangos mais integrados na cidade deixavam mais depressa que os candangos isolados os traços linguísticos mais salientes de sua variedade de origem. Ela notou que a fala dos brasilienses se ressentia de três movimentos: do rural para o urbano, do oral para o letrado e do regional para o suprarregional (Bortoni-Ricardo, 1985).

O movimento do rural para o urbano se deve a que Brasília foi construída numa área de uma rica e tradicional cultura rural – e a fundação da cidade se chocou com essa realidade, simbolizando a alteração da sociedade brasileira, que se urbanizava rapidamente nas décadas de 1950 e 1960 – década esta em que a cidade foi fundada. A cultura rural ainda subsiste, mas certamente será abandonada pelos netos dos antigos moradores do cerrado goiano que compõem hoje a população da capital.

Finalmente, a fala dos brasilienses não reflete uma cultura regional, que aí não se desenvolveu, como aconteceu em outras metrópoles. Foram diluídos os traços linguísticos e culturais dos povoadores da cidade, e a resultante deverá ser um amálgama de características, calcada numa cultura cosmopolita, suprarregional (Bortoni-Ricardo, 1985).

3.1.6. NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A HISTÓRIA SOCIAL DO PB

Lobo / Oliveira (2003) mostram que o Projeto para a História do Português Brasileiro tematizou a história social do PB sob três ângulos:

1. Projetos gerais para a história social linguística do Brasil e/ou para a história social do português brasileiro (Mattos e Silva, 1998; Ramos, 1998a).
2. Questões relativas à constituição sócio-histórica do português popular e do português culto brasileiros.
3. Projetos e investigações sobre a história social linguística do Brasil e/ou sobre a história social do português brasileiro em regiões específicas do país.

Com respeito ao tema 2, Lobo / Oliveira (2003: 69) mostram que os textos publicados entre 1998 e 2002 tinham focado a sócio-histórica do português brasileiro

não como uma unidade, mas privilegiando o ponto de vista que o reconhece como uma realidade heterogênea, para a qual, sempre dentro de enfoque sociolinguístico, se distinguem caracterizações que ou o concebem como um diassistema constituído por pelo menos dois subsistemas, também eles heterogêneos, designados de normas vernáculas e de normas cultas, ou o interpretam como um diassistema constituído por três subsistemas, grosso modo correspondentes a uma variedade rural inculta, uma variedade urbana inculta e uma variedade urbana culta.

Com respeito ao tema 3, tem-se notado a aceleração das pesquisas em algumas regiões do país, como é o caso do Projeto Caipira, iniciado em 2007 (Castilho, org. 2009; Módolo, org. no prelo; Torres Morais / Andrade, orgs. 2009).

3.2. MUDANÇA GRAMATICAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O Projeto para a História do Português Brasileiro estabeleceu inicialmente o seguinte roteiro de indagações sobre a mudança gramatical do PB, segundo Castilho (org. 1998):

- (i) Descrição de fenômenos sintáticos.
- (ii) Ordem dos constituintes sentenciais.
- (iii) Realização plena/nula do sujeito e do objeto.
- (iv) Verbos pronominais e modais.
- (v) Preposição em complementos verbais.
- (vi) Verbos auxiliares.
- (vii) Flexão nominal e verbal.

A adoção desse roteiro pretendia responder especificamente às seguintes questões:

- a) Houve variação ou mudança?
- b) Que lugar têm os resultados encontrados na história social do PB?
- c) Que variações ou mudanças podem ser explicadas por fatores sócio-históricos?

Ribeiro (1998) apresentou uma questão central: a mudança gramatical do PB é uma mudança em relação a que gramática? Moraes de Castilho (1998/2001) mostrou que a gramática do PE quatrocentista explica muitas das características sintáticas do PB atual. Essas considerações agregaram às anteriores as seguintes perguntas:

- d) Quais são as estruturas que o PB desenvolveu a partir do português arcaico e quais as mudanças que se pode creditar ao século XIX, período de relevo para o desenvolvimento do PB (Tarallo, 1991/1993)?
- e) A estrutura gramatical do PB moderno está modelada no século XIX ou há novos desenvolvimentos no século XX?
- f) A mudança está implementada na escrita? A escola recupera os “fósseis linguísticos”?

Relatando as pesquisas sobre esses temas, efetuadas entre 1998 e 2002, Ribeiro / Oliveira (2003) concluíram o seguinte:

Os trabalhos apresentados confirmam as hipóteses de Ribeiro (2001) e de Moraes de Castilho (1998/2001), a saber: (i) o PB é resultado de mais de uma gramática e não pode ser descrito comparativamente apenas em relação ao PE moderno; (ii) algumas questões gramaticais são derivadas das variantes linguísticas do português quatrocentista, cujo desenvolvimento está no domínio do PB.

As mudanças gramaticais creditadas ao português quatrocentista são as seguintes: a) o enfraquecimento da morfologia verbal; b) o apagamento de um dos constituintes do

redobramento sintático, do qual deriva o uso do pronome tônico na posição de objeto e na estrutura possessiva; c) a perda da ordem verbo-sujeito.

No domínio do PB verificamos mudanças na realização dos argumentos e nas preposições em complementos verbais. Na realização dos argumentos, observamos: a) o preenchimento do sujeito nas encaixadas com sujeito correferencial; b) a gramaticalização das formas pronominais, seja na posição de sujeito, seja na posição de objeto; c) a extensão do uso das formas pronominais gramaticalizadas para a realização do sujeito arbitrário; e d) a reorganização do sistema pronominal arbitrário, que sai da órbita da 3ª pessoa para as pessoas do discurso. No que concerne às preposições em complementos verbais, foram registrados os primeiros indícios da perda gradual da preposição *a* nos verbos de movimento, nos verbos dativos e nas estruturas perceptivas e causativas.

No que diz respeito à gramaticalização das preposições nos complementos verbais e à gramaticalização dos pronomes, seja para o sujeito referencial, seja para o sujeito arbitrário, parece que precisamos esperar o século XX para a implementação e a difusão da mudança. Nesse sentido, o século XIX apresenta apenas algumas poucas evidências do que viria a se firmar no século subsequente.

De uma maneira geral, pode-se dizer que a realização dos argumentos verbais, preposicionados ou não, depende do processo de gramaticalização dos elementos pronominais, que se faz gradualmente, em um percurso de longa duração, como mostrou Lopes, no estudo da gramaticalização do item *a gente*, e como mostraram os trabalhos de Duarte e Cavalcante, no estudo do sujeito referencial e arbitrário. Além disso, o apagamento e o preenchimento de um elemento argumental se submetem à hierarquia da referencialidade (Cyrino / Duarte / Kato, 2000), cujos polos são atingidos após um longo período de tempo, dada a interação dos diferentes traços semânticos envolvidos.

É possível que o enfraquecimento da morfologia verbal e o apagamento de um dos constituintes do redobramento sintático sejam mudanças mais instantâneas, retardadas apenas pelas diferentes gramáticas que se alinham com as diferentes ondas migratórias.

Em suma, pode-se dizer que os trabalhos de descrição linguística desenvolvidos no âmbito do PHPB são altamente elucidativos na explicação da formação do PB e a sua continuidade se faz necessária para que possamos delinear o quadro descritivo da sintaxe do português do Brasil e para fornecer explicação gramatical dos epifenômenos descritos, tarefas do PHPB, conforme Castilho (1998d).

Os achados sobre a mudança gramatical do português brasileiro foram distribuídos ao longo dos capítulos desta gramática.

3.3. FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO, OU POR QUE O PORTUGUÊS BRASILEIRO É COMO É?

Uma pergunta que habitualmente nos fazemos é a seguinte: por que o PB é como é? Por que ele é diferente do PE, e como isso aconteceu?

Essas perguntas foram formuladas com mais insistência quando o Brasil se tornou independente de Portugal, em 1822. O nacionalismo que caracterizou a época reclamava que os brasileiros ficassem independentes também linguisticamente. Portanto, já falávamos o brasileiro. O primeiro

formulador dessa preocupação foi Domingos Borges de Barros, o visconde de Pedra Branca, num texto que ele escreveu para o Atlas etnográfico do Globo, preparado por Adrien Balbi (1824-1825): Castilho, 1962, 1989c.

Desde então, descrever, historiar e interpretar o PB foi um tema definitivamente incorporado à cultura nacional. A agenda respectiva tomou pelo menos três direções:

- (1) Já existe uma língua brasileira, que resulta da evolução biológica do PE.
- (2) O PB é como é dada pelas influências que recebeu das línguas indígenas e africanas, sobretudo destas.
- (3) O PB é uma continuação natural do PE, refletindo hoje o que foi em Portugal o português arcaico do século XV. De acordo com esta direção interpretativa, quem mudou foi o PE, depois do século XVIII, e nós ficamos na nossa.

Vamos detalhar isso, e assim você poderá escolher o partido que mais bem o tenha convencido.

3.3.1. JÁ EXISTE UMA LÍNGUA BRASILEIRA, QUE REPRESENTA UMA EVOLUÇÃO BIOLÓGICA DO PORTUGUÊS EUROPEU?

A hipótese evolucionista foi muito debatida a partir de 1820, dado o prestígio da Biologia Evolutiva, e também por influência do nacionalismo desencadeado pelo Romantismo. Afirmava-se que, assim como do latim surgira na Europa o português, também deste surgiria na América o brasileiro. Considerava-se que a influência das línguas indígenas e das línguas africanas tinha sido decisiva para a criação de uma nova língua no Brasil. Para um detalhamento dessas posições, veja Castilho (1962, 1989c).

Autores da época – intensamente sacudida pelo nacionalismo, de que resultaria a independência do país em relação a Portugal – apoiavam-se em autores como Hovelacque e Whitney, este grandemente citado, para sustentar sua posição. Ora, Pinto (org. 1978) mostrou que os primeiros defensores do “brasileiro” leram mal Whitney, no qual se encontram afirmações como

a linguagem não é um fato natural, uma propriedade biológica, mas um fato social [...]; [é preciso] reconhecer a sociedade como árbitro soberano pelo qual se decide a questão de saber se uma inovação passará à língua. É preciso que alguém comece: se não o seguem, está abortada (Pinto, org. 1978: LI-LII).

Antecipando-se aos sociolinguistas, esse mesmo autor reconhece que

do trabalho imperceptível de alteração da língua, realizado pelo falante, cujo conjunto lentamente modifica o todo, decorrem variações de ordem geográfica e social, estas diretamente associadas à profissão, grau de educação, idade e classe social (Pinto, org. 1978: LI-LII).

Entendendo mal esses autores, afirmava-se que o surgimento do brasileiro era uma questão de evolução natural, como aquela que ocorria nas espécies. A influência das línguas indígenas e das línguas africanas, um nicho ecológico inexistente em Portugal, tinha tido um peso decisivo para a criação de uma nova língua no Brasil.

Esta posição foi abandonada, mesmo tendo havido a volta do biologismo na Linguística contemporânea, por obra das pesquisas sobre língua e cérebro.

3.3.2. O PORTUGUÊS BRASILEIRO DERIVA DE UM CRIOULO?

De uma direção interpretativa sobre o PB fundamentada numa percepção biológica da língua, migramos para uma percepção social da língua: a língua é o que nós somos. Ora, a nação brasileira é bastante mestiça, e isso deveria explicar nossas diferenças em relação a Portugal.

Para entender bem as coisas, os linguistas que sustentam essa direção estudaram os processos de contatos linguísticos dos portugueses com os índios e com os negros. Eles descobriram que há duas fases desses contatos, observáveis também em outras línguas europeias: a fase pidgin* e a fase do crioulo*.

Quando falantes de línguas diferentes se encontram, movidos por interesses apenas comerciais, eles desenvolvem espontaneamente uma língua de emergência, bastante rudimentar, denominada pidgin. A criação da palavra pidgin já resulta desse interesse econômico, pois ela é uma alteração do inglês *business*, “negócio”.

Caso os contatos comerciais se consolidem, o pidgin muda de figura, torna-se mais complexo, mais apto para uma comunicação mais rica, e aí evolui para um crioulo. Os crioulos são, portanto, adaptações de uma língua europeia por falantes de outras línguas, em geral africanas e asiáticas, com as quais os europeus entraram em contato por interesse mercantil.

Uma diferença entre crioulo e pidgin é que o crioulo é adquirido na infância, por existirem comunidades de fala crioula. Quer dizer que o crioulo é uma língua “natural”, no sentido de que uma pessoa adquire essa língua ao nascer, como qualquer outra. Já o pidgin não é uma língua natural.

Finalmente, é preciso saber que um crioulo pode “descრიoulizar-se”, identificando-se progressivamente com a língua europeia que lhe deu origem. Isso parece estar acontecendo em Cabo Verde.

Adolfo Coelho, num texto pioneiro sobre a Crioulística de base portuguesa, afirma que “diversas particularidades características dos dialetos crioulos repetem-se no Brasil” lançando pela primeira vez a teoria da base crioula do PB (Coelho, 1881: 43). João Ribeiro, num texto de 1889, reforçou a hipótese crioulista. Segundo esse autor, há uma sorte de “bilinguismo interno” na comunidade brasileira, que pratica a língua portuguesa quando escreve, e uma variedade dialetal, a que chamou “crioulo”, quando fala (apud Pinto, org. 1978).

Também Silva Neto (1951) acreditava que uma base crioula explicaria as diferenças entre o PB e o PE, que começaram a acentuar-se a partir do século XVII. Segundo ele, essa base introduziu inovações no PB ao passo que, num movimento inverso, os falares rurais manifestaram uma tendência conservadora. Se essa hipótese estiver certa, a incontrastável importância dos falares urbanos no Brasil contemporâneo neutralizará a tendência conservadora, acelerando seu afastamento em relação ao PE.

À hipótese crioulista, Melo (1946b/1971) tinha agregado uma explicação ainda não comprovada: a de que a notável uniformidade do PB se deve à difusão dos falares crioulos gerados na costa e levados ao interior pelas bandeiras paulistas. Já Révah (1958) acha muito difícil que crioulos constituídos a partir de contatos distintos (portugueses/indígenas, portugueses/africanos) pudessem ter-se amalgamado, dando surgimento a uma variedade linguística uniforme como o PB. Bom, estudos contemporâneos têm demonstrado que essa uniformidade não é tão forte assim.

Guy (1981) voltou a defender a base crioula do PB, sustentando que nossa língua tem uma base africana. Em seu trabalho, ele exclui a possibilidade de um crioulo indígena, visto que os nativos brasileiros não desenvolveram com os portugueses o tipo de relacionamento social e de situações que costumam levar à crioulização. Ele estabelece um plano cuidadoso para examinar a hipótese crioulista, que se desdobra em duas ordens de discussão: a busca de evidências linguísticas e a história social da crioulização do português.

Sendo o crioulo uma língua de contato, ela vai guardar as marcas típicas de aquisição de uma segunda língua: regularização da flexão, a predominância dos morfemas-raízes, a redução da complexidade derivacional. Guy alerta que é necessário descartar aqui as mudanças espontâneas, de caráter universal, fixando-se naquelas específicas do processo de crioulização:

- (1) Traços fonológicos como a perda do /s/ em posição de travamento silábico e a desnascificação de vogais e ditongos finais, comuns à história do português e à de outras línguas românicas, não podem ser atribuídas a uma base crioula.

- (2) O mesmo não ocorre com traços morfológicos e sintáticos como a concordância nominal e verbal, particularmente a marcação do plural no primeiro termo da expressão, como em *as criança*, e a preservação da concordância verbal unicamente nos casos de saliência morfológica, como em *os menino são alto*, em comparação com *os menino fala* (veja 10.2.1.4). Nesse caso, a ausência de concordância se deve à falta de saliência morfológica entre fala e falam. Guy enfatiza que esses casos não têm precedentes na história do português,

Segundo Guy, o último fenômeno fornece evidências indiretas à hipótese crioulista, pois num primeiro momento as regras de concordância foram apagadas, desaparecendo a concordância nominal e verbal, e num segundo momento, de descrioulização, recuperou-se a regra, sob certas circunstâncias, como, por exemplo, a pluralização do sintagma nominal dependente da ordem de seus constituintes e a concordância verbo-sujeito dependente da saliência morfológica do verbo.

Ele agrega que as soluções encontradas pelo PB são documentadas em outras variedades crioulas tanto do português quanto do espanhol. Além disso, nas línguas banto, ioruba e ibo a marcação do plural se faz mediante prefixos ou clíticos, sempre localizados no começo da expressão. Finalmente, ele aduz outras evidências linguísticas, merecedoras de uma análise mais acurada: a contribuição lexical dos africanos, o desuso em que caíram largas partes do paradigma verbal, a perda do traço de pessoa do pronome reflexivo *se*, como em *nós se conhecemo aqui*, por exemplo.

Do ponto de vista da organização social brasileira, a questão crucial é, segundo Guy, como o português poderia ter evitado a crioulição? Segundo ele, até 1850 o país recebeu 3,6 milhões de escravos, 38% de todo o tráfico negreiro em todos os tempos, nove vezes mais que os africanos levados para os Estados Unidos. Os brasileiros brancos constituíam um grupo minoritário. Portanto, todas as condições se reuniram aqui para a formação de crioulos.

Por que então teria ocorrido uma rápida descrioulização do PB? Por causa da maciça europeização do país, que ocorreria sobretudo após o século XIX, fato não ocorrido no Haiti e na Jamaica, em que a população negra ainda é de 90% hoje em dia. Tivemos, assim, um quadro de crioulição atípica, que conduziu o PB a uma situação complexa em seu desenvolvimento linguístico, nem tipicamente crioulo, nem tipicamente não crioulo.

Admitindo-se uma origem quase crioula do português popular brasileiro, pode-se chegar a uma explicação unificada para as descrições dos dialetos rurais criouliçados, que testemunham ainda hoje um estágio altamente criouliçado da variedade popular, anteriormente bastante espalhada pelo território. Em suma, o português popular brasileiro seria um vestígio da fase crioula.

Nem todo mundo concorda com Gregory Guy. Tarallo (1986/1993), por exemplo, argumenta que a descrioulização suposta por Guy nos teria levado de volta ao PE, o que não se pode comprovar. Para essa volta,

o PB teria literalmente que se virar pelo avesso e de ponta-cabeça. Sujeitos teriam que começar a ser nulos outra vez [...], enquanto objetos teriam que começar a receber pronomes clíticos outra vez. No caso dos sujeitos, a gramática do PB teria que deixar sua configuração sintática e começar a ser mais orientada para o discurso; com respeito aos objetos, a variável discursiva teria que ser substituída por uma orientação mais sintática na sua derivação.

Ele argumenta que a hipótese crioula não deveria “permanecer em nossa agenda”, pois o PB em seu processo de mudança não se aproxima do PE. Se tivéssemos tido um crioulo no Brasil, a europeização do país ocorrida no século XIX teria desencadeado um processo de descrioulização, e hoje estaríamos falando como os portugueses.

Mas os estudos crioulistas retomaram sua força na década de 1990. Hildo Honório do Couto funda a revista *Papia*, considerando que “os crioulos de base ibérica [...] permanecem quase inexplorados”. Alan Baxter e Dante Lucchesi redefiniram o crioulo do ponto de vista da história social como “uma língua que nasce em circunstâncias sociolinguísticas especiais que conduzem à

aquisição de uma primeira língua, com base em um modelo defectivo de segunda língua” (Baxter / Lucchesi, 1997: 69). Do ponto de vista de sua estrutura, eles mostraram que “a partir da década de 60, os linguistas começaram a insistir no fato de as línguas crioulas apresentarem fortes semelhanças estruturais, quaisquer que tenham sido as línguas envolvidas em sua formação” (Baxter / Lucchesi, 1997: 70). Eles mencionam a definição atual de crioulo:

Um processo de transmissão irregular de L2 para L1 em que a L2 foi alterada devido a problemas de acesso à língua alvo (isto é, a língua do grupo dominante) e, possivelmente, à influência das línguas maternas dos falantes desta L2. Nessas circunstâncias, no desenvolvimento, na aquisição/criação da nova L1 (a língua crioula em potencial), acontecem inovações orientadas por universais e pelas outras línguas maternas presentes. As inovações preenchem as lacunas ou opacidades causadas pela diluição do modelo para aquisição. Tal processo é variável.

Esses autores têm aplicado esse quadro teórico ao estudo do crioulo de Helvécia, Bahia.

Como você pôde ver, a interpretação crioula do português brasileiro é uma forte tentação, uma ideia que vai e que vem, e que aparentemente não nos larga.

Mas, então, quando o PB começou a se afastar do PE?

Pesquisas orientadas por Fernando Tarallo e Mary Kato a partir da década de 1980 localizam no século XIX o momento crucial desse afastamento. O programa então lançado recomendava o estudo dos pronomes pessoais, cujas alterações teriam consequências sintáticas importantes, tais como a perda da inversão do sujeito, seu preenchimento mais sistemático, o não preenchimento do objeto direto, a mudança nas estratégias de relativização etc., num conjunto de características não documentadas no PE da mesma época. Desse programa surgiram muitas evidências sobre o distanciamento entre o PB e o PE. Várias das pesquisas então desenvolvidas foram reunidas no livro de Roberts / Kato (orgs. 1993).

O século XIX, com seu forte branqueamento da população brasileira da região Sudeste e Sul, ainda vai dar muito o que falar. Teria a europeização brusca do país e suas novas circunstâncias econômicas afetado o PB dessas regiões? Essa interpretação é parcialmente negada pelos que acham que debaixo de nossos coqueiros continuamos mesmo é a falar o português arcaico, que desembarcou das caravelas no século XVI juntamente com a mania da saudade, e uma vontade louca de sair catando índias e pepitas de ouro por aí. Estamos chegando à terceira linha interpretativa da língua que falamos.

Se você se interessou pelo assunto, além da bibliografia indicada nesta seção, leia Valkhoff (1966) e o minucioso balanço sobre a questão crioula em Parkvall / López (2003).

3.3.3. O PORTUGUÊS BRASILEIRO É UMA CONTINUAÇÃO DO PORTUGUÊS ARCAICO?

Outros linguistas sustentam que as línguas naturais mudam continuamente com o tempo, obedecendo porém a linhas de força desenhadas por sua própria estrutura (veja 1.3.3). Descrever a estrutura é identificar essas linhas de força, tecnicamente conhecidas como derivas. Por outras palavras, de acordo com essa perspectiva, primeiro descreva sua língua, depois, localize em sua estrutura os pontos de tensão, responsáveis por sua mudança ao longo dos séculos. Esta é a percepção estruturalista sobre a história das línguas.

De acordo com este ponto de vista, o PB resulta de uma mudança natural, explicada por tendências evolutivas que tinham começado já na península ibérica, e com isso poderíamos dizer que o PB é uma continuação do português arcaico. Sobre essa base linguística se aplicariam ajustes, dando continuidade a uma deriva própria constituída naquela fase da língua. Nesse sentido, a pergunta a fazer não será “por que o PB tomou rumos diversos em relação ao PE”, mas sim “por que a modalidade europeia não mudou na mesma direção”, tendo optado por outros rumos.

Mas como era o português arcaico? Mattos e Silva (1994) reconhece aí duas fases históricas: a primeira fase, também conhecida como a do galego-português, vai de 1100 a 1350; a segunda fase vai dessa data até 1540. Carneira (1999/2005) separa nesta segunda fase o português médio, que vai aproximadamente de 1450 a 1510, com características que o separam das fases anterior e posterior. A língua portuguesa passou por uma crise nesta fase. Essa deve ter sido a língua adquirida pelos colonizadores, antes de chegarem à América. O PB deriva desse português médio.

No quadro a seguir são reunidas as principais diferenças entre o português arcaico da primeira e da segunda fases.

Quadro 3.7 – Características do português arcaico das duas fases

PRIMEIRA FASE	SEGUNDA FASE
FONOLOGIA	
Quatro fonemas sibilantes, sendo dois pré-dorso-alveolares /s/ e /z/, mais dois apicoalveolares /ʃ/ e /ʒ/.	Redução para dois fonemas sibilantes pré-dorsoalveolares /s/ e /z/.
Surgimento de hiatos dada a queda de consoante intervocálica: <i>sigillu > scello, fide > fee, medesimo > meesimo, tenere > teer.</i>	Crase das vogais do hiato: <i>selo, fé, mesmo, ter.</i>
Perda da consoante nasal intervocálica e surgimento de vogais nasais finais: <i>-ane > am (cane > cam), -one > om (sermone > sermom), -onu > om (bonu > bom), -unt > om (fecerunt > fezerom)</i>	Ditongação dessas nasais finais, com predominância de <i>-om</i> , que muda para <i>-ão</i> , como em <i>cão, sermão, fizeram, bão</i> , esta uma forma curiosamente não aceita na língua culta.
MORFOLOGIA	
Palavras em <i>-or</i> e <i>-es</i> são uniformes quanto ao gênero: <i>hum/hua pastor português.</i>	Regularização dessas palavras, que passam a receber {-a} para a marcação do feminino: <i>hua pastora portuguesa.</i>
Particípios dos verbos em <i>-er</i> terminam por <i>-udo</i> : <i>teúdo, sabudo.</i>	Esses particípios passam a terminar em <i>-ido</i> : <i>tido, sabido</i> . A forma <i>teúdo</i> sobrevive em <i>conteúdo</i> .
Manutenção do /d/ no morfema número-pessoal <i>-des</i> , como em <i>amades, fazedes.</i>	Perda desse fonema, surgindo hiatos, tais como em <i>amaes, fazees</i> , ditongados posteriormente, donde <i>amais, fazeis</i> . Manutenção em verbos monossilábicos: <i>ides, vindes, pondes.</i>
O pronome possessivo tem formas tônicas (<i>meu/ minha, teu/tua</i>) e átonas (<i>ma, ta, sa</i>).	Desaparecem as formas átonas.

Para bem situar as ligações entre o PB e o PE arcaico da segunda fase, precisaremos dispor de uma caracterização sintática precisa deste último, o que por ora é um conhecimento em construção. É o que veremos nos parágrafos seguintes.

Câmara Jr. (1957b) foi o primeiro a defender a hipótese da deriva ou mudança natural quando procurou uma razão estrutural, interna, para explicar o uso brasileiro do *ele* acusativo, na expressão *eu vi ele*. Câmara Jr. argumenta que a próclise do clítico *o* ao verbo cria um vocábulo fonético em que o pronome, aí tratado como uma vogal átona, desaparece, comprometendo a representação do objeto direto. Foi necessário escolher outro pronome para o preenchimento dessa função. Quer dizer, se disséssemos *eu o vi*, as duas últimas palavras soariam como [uvi], em que *u* será tratado como uma vogal átona qualquer, candidada a desaparecer, como fazemos com a primeira vogal de

imagina!, que dizemos habitualmente [*magina*]. O problema é que em [*magina*] o *i* inicial não tem um papel gramatical, ao passo que em [*uvi*] a primeira vogal é o objeto direto de *ver*, e faz uma falta danada! Para ajeitar as coisas, passou-se a usar o pronome *ele*, sempre segundo Câmara Jr., e com isso temos hoje em dia *eu vi ele*. Perdeu-se o clítico *o*, mas ganhou-se o *ele* acusativo, título do famoso ensaio de Câmara Jr.

Ele retornaria ao tema, excluindo a possibilidade de um crioulo de base indígena, porque as línguas indígenas “foram substituídas no intercuro dos índios com os brancos por uma língua única – o chamado tupi”, restringindo-se aos empréstimos léxicos sua contribuição ao PB. Quanto às línguas africanas, “os escravos negros adaptaram-se ao português sob a forma de um falar crioulo. [...] É claro, entretanto, que não se dariam mudanças fonológicas e gramaticais profundas sem correspondência com as próprias tendências estruturais da língua portuguesa” (Câmara Jr., 1963: 75, 77). Como se vê, Câmara Jr. gradua o impacto das línguas indígenas e africanas sobre o PB e, embora admita a existência de um crioulo africano, em nenhum momento afasta a hipótese da mudança natural, ou hipótese da deriva.

Naro (1981, 1991) sustenta que há dois caminhos para a mudança sintática: ou ela parte de uma inovação surgida nos contextos menos salientes, no sentido de menos perceptíveis, e se irradia para os mais salientes – e aqui teríamos a mudança natural – ou, ao contrário, ela tem início em contextos mais salientes, atingindo os menos salientes – caso da mudança “consciente”, ou mudança “por imitação”.

A saliência, portanto, governaria a difusão da mudança. Sendo ela um dado da estrutura linguística, fica excluída a influência de fatores externos. A perda da concordância no PB popular é um caso de mudança natural, tendo surgido em formas do tipo *come/comem*, irradiando-se para casos como *é/são*, numa mudança ainda não implementada. A recuperação da concordância nestes casos de saliência maior explica-se pela descrioulização, limitando-se às classes escolarizadas. Contra a hipótese crioulista, Naro agrega, também, que a preexistência da língua geral inibiu o desenvolvimento do crioulo, que aliás nunca foi documentado suficientemente. Dentro dessa linha de raciocínio, comunidades negras como a do Cafundó falam o PB popular, que elas praticariam juntamente com um crioulo africano, caso este tenha existido. Mas, como objeta Mussa (1995: 49), será necessário provar que os escravos falavam a língua geral.

Com base em evidências sintáticas, Moraes de Castilho (1998/2001) especifica a variedade quatrocentista como aquela que mais contribuições teria dado ao PB. Argumentando que a base do PB não pode ser o PE seiscentista – que ainda não existia, pois o povoamento do Brasil teve início a partir de 1532 –, ela relaciona várias características sintáticas, comumente atribuídas à emergência de uma gramática do PB, que entretanto são amplamente documentáveis no século xv. Construções de tópico (como em *O menino, ele acabou de chegar*), duplicação de clíticos de que resultariam alterações no quadro pronominal (como em *eu não te falei pra você?*), possessivos duplicados (como em *leve o seu livro dele*, construção que explica a utilização de *dele* como possessivo da terceira pessoa, especializando-se seu como possessivo da segunda pessoa) e outros fatos sintáticos demonstram uma vez mais que a pergunta não é por que o PB ficou como ficou, e sim por que o PE tomou um rumo inesperado, afastando-se do português arcaico. Esse trabalho dá vida nova aos muitos estudos que documentam arcaísmos fonéticos e lexicais no PB, tais como Penha (1997), ou que discutem aspectos da ancianidade do PB, como Cohen et al. (1997), Oliveira (1998a, 1998b). A grande diferença é que agora são acionados argumentos sintáticos. Ainda se espera muito dos desdobramentos desta perspectiva.

3.3.4. PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU

O tipo de língua portuguesa trazida para o Brasil, os contatos linguísticos com índios, africanos e as línguas de migração, a intensa urbanização do país e o avanço da fronteira agrícola, misturando os falares sulistas aos nordestinos, tiveram como resultado muito provavelmente a manutenção do português arcaico do século xv, com pequenas contribuições trazidas pelos não-falantes do português. Era esse o momento histórico da língua praticada pelos portugueses que embarcaram para cá.

No quadro a seguir são enumeradas as principais diferenças atuais entre o PB e o PE. Esse quadro não tem a pretensão de ser exaustivo.

Quadro 3.8 – Diferenças entre o português brasileiro e o português europeu

PORTUGUÊS BRASILEIRO	PORTUGUÊS EUROPEU
FONÉTICA E FONOLOGIA	
Há 7 vogais tônicas: /a/, /e/, /ɛ/, /i/, /o/, /ɔ/, /u/. Não se distingue a vogal temática {-a-} no presente e no pretérito: <i>falamos</i> . A vogal [e] se mantém como anterior média fechada antes de palatal: <i>espelho</i> , <i>fecho</i> .	Há 8 vogais tônicas: /a/, /ɐ/, /e/, /ɛ/, /i/, /o/, /ɔ/, /u/, distinguindo-se um /a/ central baixo no presente, <i>falamos</i> , de um /ɐ/ mais alteado no pretérito, [fa'lwɪmus]. A vogal [e] antes de palatal é dita [ə]: <i>espelho</i> [iʃ'pɛlu], <i>fecho</i> ['fɛʃu].
Há 5 vogais átonas pretônicas, e todas soam claramente: /a/, /ɐ/, /i/, /o/, /u/. Todas elas são pronunciadas, e assim não se confunde <i>de frente</i> com <i>diferente</i> . Nessa distribuição, não há distinção entre [e] fechado e [ɛ] aberto, e por isso pronunciam-se da mesma forma <i>pregar um prego</i> e <i>pregar na igreja</i> .	Há 8 vogais átonas pretônicas, em que [e] fechado move-se para [ɛ̃], como em <i>pêqueno</i> , mas a tendência é omiti-las, como em <i>telefone</i> [tul'fõn], <i>pedido</i> [p'ɛdidu] etc. Pedir num hotel <i>um apartamento de frente</i> será entendido como “um apartamento diferente”. Nessa distribuição, distingue-se [e] de [ɛ], e por isso pronunciam-se diferentemente <i>prêgar um prego</i> e <i>prêgar na igreja</i> .
Há 3 vogais átonas finais: /a/, /i/, /u/, os dois últimos escritos com <i>e</i> , <i>o</i> : <i>pata</i> , <i>pede</i> , <i>peço</i> .	Há 3 vogais átonas finais: /ɐ/, /e/, /u/.
O ditongo oral <i>ey</i> pode manter-se ou monotongar-se (<i>terreiru/terrêru</i>) e o ditongo nasal <i>ẽy</i> mantém-se, como em <i>bem</i> , dito [bẽy].	Esses ditongos soam como [ɛy] e [ãy]: <i>terreiro</i> [t'rreɣru], <i>bem</i> [bãy].
Ditonga-se a vogal final seguida de sibilante: <i>luz</i> ['luys], <i>atrás</i> [a'trays].	Não há essa ditongação.
Sílabas terminadas por oclusiva recebem uma vogal, transformando-se em sílabas abertas: <i>adevogado</i> , <i>abis-soluto</i> , <i>pissicologia</i> .	Essas sílabas soam fechadas: <i>advogado</i> , <i>absoluto</i> , <i>psico-logia</i> .
Pronuncia-se da mesma forma a consoante [-l] e a semivogal [-w] em posição final: o advérbio <i>mal</i> e o adjetivo <i>mau</i> são pronunciados da mesma maneira.	O [-l] é lateralizado, como no PB do Rio Grande do Sul, não se confundindo com a semivogal [-w].
O [r] pode ser vibrante simples (<i>caro</i>), vibrante múltipla anterior (<i>carro</i>), vibrante múltipla posterior [káRu] ou velar surda [káxu].	Predomina a vibrante múltipla anterior, como no espanhol.
MORFOLOGIA	
Simplifica-se a morfologia nominal, com a perda de {-s} indicador de plural na variedade popular, menos no Especificador, tanto quanto na morfologia verbal, em que a pessoa <i>tu</i> foi substituída por <i>você</i> .	A morfologia nominal e verbal não apresentam essas simplificações, exceto em alguns falares regionais.

O quadro dos pronomes pessoais tônicos apresenta quatro formas: <i>eu/você/ele/nós</i> , que alterna com a <i>gente/elas</i> . A morfologia verbal acompanha essa simplificação, reduzindo-se a 4 formas: <i>falo, fala, falamos, falam</i> . Em consequência, mudarão as regras de concordância do verbo com o sujeito.	O quadro dos pronomes pessoais tônicos apresenta seis formas: <i>eu/tu/ele/nós/vós/eles</i> . A morfologia verbal dispõe de 6 formas diferentes: <i>falo, falas, fala, falamos, falais, falam</i> .
O quadro dos pronomes pessoais átonos (ou clíticos) apresenta as formas: <i>me, te, nos</i> , tendendo a desaparecer (i) o acusativo <i>o</i> : <i>Ainda não vi Ø hoje</i> , (ii) o acusativo <i>te</i> , substituído por <i>para você</i> : <i>Preciso falar uma coisa pra você</i> , e (iii) o reflexivo <i>se</i> , que se generaliza como reflexivo universal, no PB popular: <i>Nos nossos dias não Ø usa mais saia, Eu não se alembro</i> .	O quadro dos pronomes pessoais átonos apresenta seis formas: <i>me, te, se/si, nos, vos</i> . O reflexivo <i>si</i> pode se referir ao interlocutor: <i>isto é para si</i> .
SINTAXE	
No tratamento, usa-se <i>você</i> quando há intimidade, e <i>o senhor</i> nas situações formais. Essa forma continua a alterar-se, surgindo <i>ocê</i> e <i>cê</i> . Nas regiões em que se mantém <i>tu</i> no tratamento informal, o pronome <i>você</i> marca certo distanciamento.	Até o século XVI, usava-se <i>tu</i> para o tratamento informal e <i>vós</i> para o tratamento formal. <i>Vós</i> era substituído por <i>Vossa Mercê</i> para dirigir-se ao rei, depois aos nobres (e aí o rei passou a ser tratado por <i>Vossa Majestade, Vossa Alteza</i>). <i>Vossa Mercê</i> foi em seguida aplicado ao tratamento cerimonioso da burguesia, vindo finalmente a concorrer com <i>tu</i> , mudando para <i>você</i> .
O pronome <i>ele</i> pode funcionar (i) como objeto direto: <i>Maria viu ela</i> , (ii) redobrar uma construção de tópico: <i>A Maria, ela ainda não chegou</i> , (iii) aparecer na oração relativa copiadora: <i>O menino que ele chegou</i> (veja 9.2.3).	<i>Ele</i> só funciona como sujeito, o objeto direto pronominal é expresso por <i>o</i> , não existem construções de tópico nem relativas copidoras.
Os pronomes átonos, por serem na verdade semiátonos, podem iniciar sentença, preferindo-se a próclise: <i>Me passa o bife. Mim</i> pode aparecer como sujeito de infinitiva preposicionada, em <i>Isto é para mim fazer</i> .	Os pronomes átonos não podem iniciar sentença, preferindo-se a ênclise: <i>Passa-me o bife</i> . O sujeito da infinitiva preposicionada vem no caso reto: <i>Isto é para eu fazer</i> .
Usa-se <i>ter</i> em lugar de <i>haver</i> nas construções existenciais: <i>Hoje não tem comida</i> .	Usa-se apenas <i>haver</i> nas construções existenciais: <i>Hoje não há comida</i> .
Verbos de movimento são construídos com a preposição <i>em</i> : <i>Vou na feira</i> .	Verbos de movimento são construídos com a preposição <i>a</i> : <i>Vou à feira</i> .
Ocorre a negação dupla: <i>não sei, não</i> .	Prefere-se a negação simples: <i>não sei</i> .
Amplia-se o uso das perífrases <i>estar + gerúndio</i> e <i>ir + infinitivo</i> , substituindo neste caso a forma do futuro do presente: <i>estou falando, vou falar</i> .	Prefere-se a perífrase <i>estar + a + infinitivo</i> , mais recente que a anterior: <i>estou a falar</i> . A forma simples do futuro é vivaz.
Preenche-se o lugar de sujeito e elide-se o objeto direto: <i>Ele já viu Ø</i> . O sujeito elíptico é interpretado como um participante indeterminado: <i>usa saia quer dizer "alguém usa saia"</i> .	Elide-se o sujeito e preenche-se o lugar do objeto direto com o clítico <i>o</i> : <i>Ø já o viu</i> . O sujeito elíptico é interpretado como um participante determinado: <i>usa saia quer dizer "determinada pessoa usa saia"</i> .
O sujeito vem anteposto ao verbo, e o objeto direto, posposto: <i>Maria comeu o chocolate</i> . O objeto direto pode ser deslocado para a esquerda, sem retomada por um clítico: <i>O chocolate, Maria comeu</i> .	O sujeito pode vir posposto ao verbo e o objeto direto pode ser deslocado para esquerda, com retomada por um clítico: <i>O chocolate, comeu-o Maria</i> .

Num primeiro momento, os brasileiros têm dificuldades ao ouvir um português falar. A omissão das vogais átonas cria encontros consonantais estranhos ao ouvido dos brasileiros, como [tf], em *telefone* [tʃɒn], entre outros. É preciso "treinar um pouco o ouvido".

É verdade que mesmo no Brasil se notam diferenças geográficas e socioculturais na fala dos brasileiros, mas são de outra ordem, não derivam do forte encurtamento das palavras, da manutenção dos clíticos, e de várias outras propriedades europeias anotadas no Quadro 3.8.

Há todo um domínio inexplorado nessas comparações, radicados na Pragmática da língua. Apresentamos alguns problemas dessa ordem em 2.2.2.5.

Neste começo do século XXI, as coisas estão assim. Como serão no futuro? Não sabemos, a Linguística ainda não é uma ciência capaz de prever o futuro.

3.3.5. A HORA E A VEZ DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Neste começo de milênio, o português é a quinta língua do mundo em extensão territorial, e a oitava em número de falantes, com mais de 200 milhões de praticantes, 185.974.254 dos quais brasileiros, na estimativa que faz o IBGE (veja em www.ibge.gov.br).

Considerando o número de falantes, esta é a lista das dez línguas mais faladas no mundo: (1) mandarim, 885 milhões de falantes, (2) hindi, 497 milhões, (3) inglês, 440 milhões, (4) espanhol, 380 milhões, (5) russo, 277 milhões, (6) árabe, 246 milhões, (7) bengali, 211 milhões, (8) português, 200 milhões, (9) malásio, 157 milhões, (10) francês, 129 milhões. Estudos sobre o crescimento demográfico preveem que por volta de 2025 o português subirá para a sétima posição, com 285 milhões, e o espanhol cairá para a quinta posição, com 484 milhões.

A importância internacional do português crescerá na mesma velocidade em que Brasil, Portugal e a África portuguesa se tornarem importantes entre as nações do planeta. Por sua dimensão territorial e populacional, o futuro da língua portuguesa repousa no dinamismo da nação brasileira.

A população brasileira tem a seguinte distribuição: 43% na região Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo), 29% na região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), 14% na região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), 7% na região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins) e 7% na região Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal), em percentuais aproximados.

As mudanças do PB certamente decorrerão do rápido processo de urbanização. A metropolização do país reforçará seu policentrismo cultural. A fala das metrópoles influenciará as regiões adjacentes, configurando mais fortemente o que já é perceptível neste começo de século: mais de um padrão assinalará o PB. Por ora é ainda difícil prever que rumo tomará a língua dos brasileiros. Mas parece inevitável que PB e PE aprofundem suas diferenças.

A crescente importância do Brasil no cenário internacional mostra claramente que chegou a hora e a vez do português brasileiro. Chegou a hora, também, para que se trace uma vigorosa política linguística para o PB, ancorada em sua continuada documentação e análise, no estudo de sua história, na melhoria de seu ensino como língua materna e numa grande cruzada em favor da difusão do PB como língua estrangeira, em que Portugal tem reinado soberano com seu Instituto Camões. A hora é esta. Vamos ajudar os portugueses a difundir a língua.

LEITURAS SOBRE A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS EUROPEU

Para trabalhos de conjunto sobre a história da língua portuguesa, veja Piel (1933-1940, 1942), Meier (1948, 1961), Silva Neto (1952/1957), Valkhoff (1966), Morais-Barbosa (org. 1967), Câmara Jr. (1972), Baldinger (1962), Maia (1986), Castro et al. (1991), Castro (2004/2006), Mattos e Silva (1989, 1991, 1993, 1994, 2008), Stroud / Gonçalves (orgs. 1997), Silva / Osório (2008).

Sobre o latim vulgar, veja Maurer Jr. (1962), Haadsma / Nuchelmans (1963), Herman (1975). Sobre o latim vulgar no conspecto românico, veja Diez (1876), Jordan / Manoliu (1972), Miazzi (1972), Renzi (1976-1982), Ilari (1989/2004), Bassetto (2001). Para uma gramática do latim vulgar, veja Maurer Jr. (1959).

Sobre a contribuição germânica, veja Gamillscheg (1932), Piel (1933-1940, 1942), Maurer Jr. (1952: 66 e ss.), Bueno (1955/1995: 43-45), Meier (1961), Lapesa (1962/1968: 77-92), Silva Neto (1952/1957: 317-331).

Sobre a contribuição árabe, veja Souza (1830), Lopez (1897), Dozy / Engelman (1915), Steiger (1932), Asín Palacios (1940), Machado (1952), Herculano de Carvalho (1968).

Sobre o português arcaico, veja Cintra (1963, 1986-1987), Costa (1979), Maia (1986, 1994: 42-43), Martins (1985), Mattos e Silva (1989, 1991, 1994, 2008), Castro et al. (1991), Moraes de Castilho (1998/2001, 2005a).

LEITURAS SOBRE A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Para obras de conjunto sobre a história do português brasileiro, veja Révah (1958, 1959), Roberts / Kato (orgs. 1993), Castilho (org. 1998, 1998d, 2003c/2006, 2008), Megale (org. 2000), Mattos e Silva (org. 2001), Duarte / Callou (orgs. 2002), Alkmim (org. 2002), Azevedo (2005), Lobo et al. (orgs. 2006), Ramos / Alkmim (orgs. 2007), Aguilera (org. 2008).

Sobre a história social do português brasileiro, veja Bosco / Jordão Netto (1967), Hensey (1967, 1975), Mendonça (1935/1973), Benatti (1974), Jeroslav (1974), Rodrigues (1986), Tarallo (1986/1993), Tarallo / Alkmim (1987), Vogt / Fry (1985, 1990, 1996), Assis (1988), Castro (1980, 2001), Guy (1981, 1989), Rodrigues (1986, 1993), Elizaincín / Behares / Barrios (1987), Baxter / Lucchesi (1993, 1997), Gonçalves (1994), Mussa (1995), Bortoni-Ricardo (1985), Pessoa (2001, 2002, 2003), Tânia Alkmim (2001), Groppi (2001), Gonçalves / Ferreira (2001), Lucchesi (2001), Venâncio (2001), Vitral (2001), Duarte / Lopes (2002), Ribeiro (2002), Oliveira / Kewitz (2002), Ramos / Venâncio (2002), Parkvall / Álvares López (2003), Mariani (2004), Bacellar (2005), Oliveira / Pereira (2006), Barbosa (2007a), Pagotto (2007).

Sobre a mudança gramatical do PB, veja Penha (1970), Naro (1981), Tarallo (1991/1993), Roberts / Kato (orgs. 1993), Naro / Scherre (1993), Duarte (1993), Torres Morais (1993, 1998, 1999a, 1999b), Ribeiro (1993, 1995a, 1995b, 1998, 2001, 2002), Monteiro (1994), Gonçalves (1996, 1998, 2004), Cyrino (1997, 1998, 2000, 2001), Castilho (1997a, 2002c, 2002d/2005, 2003a/2007, 2003b/2006, 2003c/2006, 2004a, 2004d), Lima-Hernandes (1997, 2005a), Mattos e Silva (1998, 2000b, 2001a, 2001b, 2002b), Moraes de Castilho (1998/2001, 2004a, 2005b, 2006, 2008), Callou (1998), Ramos (1998a, 2001a), Poggio (1999/2002), Vitral / Ramos (1999), Vitral (2000), Lobo (2001), Mello / Holm (2001), Lopes (1999/2002, org. 2005), Callou / Duarte / Avelar (2001), Salles (2001b), Callou / Avelar (2002), Cavalcante (2001), Torres Morais (1998, 1999a), Ramos (1998b), Oliveira (1998a), Negrão (1999), Barbosa (2000), Brandão / Callou / Duarte (2000), Kewitz / Oliveira (2002), Cyrino / Reich (2002), Olinda (2002), Roncarati / Abraçado (orgs. 2003), Gonçalves (2003), Cafezeiro (2002), Zilles (2002, org. 2005), Módolo (2004), Santiago-Almeida / Cox (orgs. 2005), Kato et al. (2006), Gonçalves / Lima-Hernandes / Galvão (orgs. 2007), Simões (2007), Kewitz / Simões (2009).

Sobre a história do léxico do PB, veja Aguilera (2002), Viaro (2004), Lima-Hernandes (2005b).

Para um quadro cronológico sobre dicionários e gramáticas do português, veja no capítulo "Os sistemas linguísticos" o Quadro 2.8.



DIVERSIDADE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A HETEROGENEIDADE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

As línguas são constitutivamente heterogêneas, pois através delas temos de dar conta das muitas situações sociais em que nos envolvemos, em nosso dia a dia. Elas são também inevitavelmente voltadas para a mudança, pois os grupos humanos são dinâmicos, e as línguas que eles falam precisam adaptar-se às novas situações históricas.

Variação e mudança são propriedades linguísticas que não impedem a intercompreensão, porque obedecem a uma sistematicidade e a uma regularidade, comprovadas por pesquisas de sociolinguistas e de linguistas históricos. Entre outras, a teoria da variação e mudança focaliza essa característica das línguas (veja 1.3.5).

O locutor e o interlocutor atuam em diferentes espaços, concretamente configurados, desenvolvendo seu(s) tópico(s) conversacional(is). Para se comunicar com eficiência, eles fazem diferentes escolhas no multissistema linguístico, as quais deixarão marcas formais em sua produção linguística (veja 1.2).

Imagine um locutor conversando com um interlocutor sobre determinado assunto. O resultado de sua interação será assinalado por sua obrigatória integração em características sociais involuntárias (sua origem geográfica, nível sociocultural, idade, sexo) e por escolhas voluntárias (seleção de um canal para a comunicação, seleção de um registro adequado à interação).

Os seguintes eixos organizam a heterogeneidade/diversidade do PB: (1) variação* geográfica, (2) variação sociocultural, (3) variação individual, (4) variação de canal e (5) variação temática. Cada uma dessas variações, por sua vez, é organizada por um conjunto de variantes*, ou seja, um conjunto de usos linguísticos considerados relevantes para a caracterização de uma variedade. Com isso, entende-se por variação a manifestação concreta da língua, e por variedade a soma idealizada das variações. Se fôssemos dispor esses conceitos numa hierarquia, teríamos

variante > variação > variedade

Para estudar a variação linguística, temos de selecionar um conjunto de variantes. Ordenamos as variantes a partir dos diferentes eixos de variação, enumerados anteriormente. E como esses eixos coexistem no tempo, segue-se que cada variante que produzimos convive com as demais.

Sumarizando, o conjunto de variantes configura uma variação, e o conjunto das variações configura a variedade linguística; para a inserção teórica da variedade/heterogeneidade, veja 1.2.2.3.

Cada variedade pode ser descrita em termos de regras categóricas e de regras variáveis. As regras categóricas escapam ao fenômeno da variação, como no caso da anteposição obrigatória do artigo ao substantivo, vedada sua posposição. As regras variáveis captam as situações em que temos liberdade de escolha, como é o caso da anteposição ou da posposição do sujeito.

A pesquisa sociolinguística tem demonstrado que as regras variáveis são correlacionadas com fatores sociais e fatores estruturais. Na síntese de Maria Luíza Braga (com. pessoal), “a variação que observamos decorre da seleção de variantes de uma mesma regra variável própria da variedade sob exame”.

Este capítulo tem por objetivo examinar a diversidade do PB, enquadrada nesses conceitos.

LEITURAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A DIVERSIDADE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Os primeiros trabalhos sobre a diversidade do PB focalizavam suas diferenças em relação ao PE. Os estudos mais recentes se concentram na descrição exclusiva do PB: Elia (1940), Melo (1946a), Silva Neto (1951), Lima Sobrinho (1958). A partir da década de 1970, com a implantação do variacionismo laboviano entre nós, sucederam-se estudos que foram devassando a complexa realidade brasileira: Lemle / Naro (1977), Lemle (1978), Ferreira et al. (1986), Naro (org. 1986), este publicado posteriormente por Oliveira e Silva / Scherre (orgs. 1996), Rodrigues (1987), Mello (1997), Roncarati / Abraçado (orgs. 2003), Pagotto (2004), entre outros. Para uma coletânea de textos sobre o PB, veja Pinto (org. 1978, org. 1981). Para mais informação, veja seção 5 de 15.2.5.

4.1. VARIAÇÃO GEOGRÁFICA

Falantes do PB, como de qualquer outra língua natural, procedem de determinado espaço geográfico. Há uma correlação entre a região de origem dos falantes e as marcas específicas que eles vão deixando em sua produção linguística. Portugueses e brasileiros não falam do mesmo jeito. Brasileiros do Norte, do Nordeste, do Sudeste, do Centro-Oeste e do Sul tampouco falam exatamente do mesmo jeito. Uma língua natural conterà, portanto, diferentes dialetos*, relacionados ao espaço geográfico que ela ocupa.

De todas as variedades do português, a variedade geográfica é a mais perceptível. Quando começamos a conversar com alguém, logo percebemos se ele é ou não originário de nossa região. Em Portugal e no Brasil, as diferenças assim notadas não dificultam a intercompreensão, como ocorre em outros países europeus.

A visibilidade da variedade geográfica logo chamou a atenção dos estudiosos, criando-se a Dialetoлогия* para seu estudo. Dialetoólogos brasileiros ecoaram iniciativas europeias semelhantes.

4.1.1. A DIALETOLOGIA BRASILEIRA

Segundo Ferreira / Cardoso (1994: 37-63), três fases assinalaram o desenvolvimento da Dialetoлогия brasileira. Nesta seção, vou acompanhar essas autoras e também Castilho (1973a).

A primeira fase vai de 1826 a 1920, caracterizando-se “pela produção de trabalhos voltados, basicamente, para o estudo do léxico e de suas especificidades no PB, de que resultaram numerosos dicionários, vocabulários e léxicos regionais” (Ferreira / Cardoso, 1994: 15).

Autores que procederam ao levantamento de diversos vocabulários regionais integram essa fase, segundo Rossi (1967) e Cardoso (1999, 2001-2002):

- 1883 a 1884 – visconde de Beaurepaire-Rohan, *Glossário de vocábulos brasileiros, tanto dos derivados como daqueles cuja origem é ignorada na Gazeta Literária*; transformado em 1889 no *Dicionário de vocábulos brasileiros*.
- 1884 – Macedo Soares, *A linguagem popular amazônica*, contendo um glossário de cerca de 120 palavras de origem tupi em uso na Amazônia.
- 1901 – Theodoro Sampaio, *O tupi na geografia nacional*.
- 1905 – Vicente Chermont de Miranda, *Glossário paraense*.
- 1912 – P. Carlos Teschauer, *Apostilas ao dicionário de vocábulos brasileiros*.
- 1912 – Rodolfo Garcia, *Dicionário de brasileirismos*.

A segunda fase vai de 1920 a 1952. O período foi inaugurado pelo paulista Amadeu Amaral, ao escrever *O dialeto caipira*. Ele observou os usos do português em Capivari, Piracicaba, Tietê, Itu, Sorocaba e São Carlos, descrevendo detalhadamente a pronúncia, questões de gramática e de vocabulário da região. Amaral tratou do [ɹ] caipira, também conhecido como [ɹ] retroflexo, e supôs que em pouco tempo o falar caipira desapareceria. O assunto foi retomado em Ada Natal Rodrigues (1974) e Ângela Rodrigues (1987), que comprovaram a vitalidade desse falar.

O termo final desse período é dado pela edição do *Decreto n. 30.543, de 20 de março de 1952, cujo Artigo 3º assenta como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa "a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil"*. Esse decreto foi inspirado pela nascente Dialectologia brasileira.

Depois de Amadeu Amaral, Antenor Nascentes publicou em 1922 *O linguajar carioca*, livro que chamou a atenção para a importância da Dialectologia como um programa de pesquisas. Viajando intensamente pelo país, e mesmo não tendo aplicado o método da Geografia Linguística, ele organizou o primeiro mapa dialetológico brasileiro, o qual tem sido tomado como referência pelos pesquisadores atuais.

Nascentes dizia que, se observarmos a execução dos fonemas /e/ e /o/ em posição pretônica, reconheceremos duas grandes áreas dialetológicas no Brasil: a do Norte, em que essas vogais soam abertas, como [ɛ] e [ɔ], e a do Sul, em que elas soam fechadas, como [e] e [o]. O falar do Norte compreende dois subfalares, o amazônico e o nordestino. O falar do Sul compreende quatro subfalares: o baiano, o mineiro, o fluminense e o sulista:

Mapa 4.1 – Areas dialetais segundo Antenor Nascentes



Fonte: Noll (2008: 52)

Noll (2008) reuniu num mapa o tratamento das variantes [s] e [ʃ], o que confirma a divisão proposta por Nascentes:

Mapa 4.2 – O tratamento de [s] e [ʃ] no Brasil segundo Volker Noll



Fonte: Noll (2008: 65)

A terceira fase vem de 1952 até a atualidade, caracterizando-se “pela produção de trabalhos com base em *corpus* constituído de forma sistemática e é marcado(a) pelo início das preocupações com o desenvolvimento dos estudos de Geografia Linguística no Brasil” (Ferreira / Cardoso, 1994: 45). A metodologia da Geografia Linguística passou a ser utilizada nessa fase. Esse método implica em percorrer determinado território, selecionar habitantes nascidos no lugar e filhos de pais igualmente oriundos do lugar, formulando-lhes em seguida um conjunto de perguntas relativas a atividades que eles exerçam, gravando eletronicamente suas respostas. As diferentes respostas obtidas são transcritas em vários mapas da região estudada. As respostas que documentam propriedades fonológicas, morfológicas ou sintáticas semelhantes apontam para uma área dialetal. O conjunto desses mapas forma o atlas linguístico.

Antenor Nascentes e Serafim da Silva Neto tiveram uma importância particular no lançamento desta fase.

Nascentes publicou em 1958 e em 1961 os dois volumes das *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*, em que apresenta “informações sobre quatro pontos fundamentais na realização da pesquisa dialetal: a anotação de dados sobre o informante, as notas sobre a localidade, o questionário (organizado por área semântica) e a escolha das localidades” (Ferreira / Cardoso, 1994: 64). Serafim da Silva Neto empreendeu a formação de uma “mentalidade dialetológica” entre nós (Silva Neto, 1957a). Mota (1964) preparou igualmente um questionário, para uso em Goiás.

Mas foi Nelson Rossi, linguista carioca filiado à Universidade Federal da Bahia, que saiu a campo com uma equipe que ele preparara, publicando os primeiros atlas linguísticos regionais do Brasil. A opção pelos atlas regionais explica-se pela enormidade do território brasileiro, entre outras dificuldades. Foi assim publicado o pioneiro *Atlas prévio dos falares bahianos* (Rossi / Ferreira / Isensee, 1963; Rossi, 1965), seguido pelo *Atlas de Sergipe* (Ferreira et al., 1987; Cardoso, 2002).

Além dos atlas regionais, vários estudos monográficos focalizaram regiões de um estado: Rodrigues (1974), já mencionada, fez as pesquisas de Amadeu Amaral no estado de São Paulo, estudando as regiões de penetração bandeirante (Itu, Porto Feliz, Tietê, entre outras) e constatando a vitalidade do falar caipira. Careno (1997) estudou o PB do Vale do Ribeira, igualmente no estado de São Paulo. Relativamente ao [ɹ] caipira, outros estudos mostraram que essa execução é discriminada pelos falantes cultos, que procuram evitá-lo em situações de fala formal. Essa variedade geográfica ocorre no Mato Grosso, em Goiás, em São Paulo e no sul de Minas. É impossível saber se ela vai desaparecer ou se vai ser mantida.

Esse conjunto expressivo de atividades abriu caminho ao Projeto Atlas Linguístico do Brasil (AliB), de âmbito nacional, coordenado por Suzana Alice Marcelino Cardoso. O projeto teve início no final da década de 1990, com a reunião de vários especialistas em Salvador, de que resultou a criação de um Comitê Nacional, que deu início aos trabalhos de campo (Cardoso, 2005).

4.1.2. FALARES BRASILEIROS

A sociedade brasileira tem-se caracterizado nos últimos trinta anos por uma enorme mobilidade, causada pela intensa urbanização e pela expansão da fronteira agrícola. No começo do século xx, apenas 8% da população habitava as cidades, porcentagem que passou para 36% na década de 1950, para 67,6% na de 1980, e pouco mais de 80% no final do século xx.

Nos dois casos, passam a conviver brasileiros de regiões geográficas diferentes, usuários de falares igualmente diferentes.

No caso daqueles que se deslocam para as capitais, como Brasília e São Paulo, para ficar apenas em dois exemplos, tem-se observado que quem chega ou procura outros conterrâneos, isolando-se

com eles da sociedade envolvente, ou busca integrar-se em seu novo meio. Os primeiros conservam os traços típicos de seu falar. Os segundos apagam os traços mais salientes, o que tem permitido descobrir o que eles mesmos consideram mais típico, mais característico. Já se notou que os candangos nordestinos de Brasília livram-se logo das vogais pretônicas abertas, como em *cronel*, *evidentemente* etc. (Bortoni-Ricardo, 1985).

Ainda não dispomos de uma consolidação dos achados dos atlas regionais brasileiros. Simplificando bastante as coisas, vejamos quais são as principais características do PB do Norte e as do PB do Sul.

Quadro 4.1 – Características do PB do Norte e do PB do Sul

PORTUGUÊS BRASILEIRO DO NORTE	PORTUGUÊS BRASILEIRO DO SUL
PRONÚNCIA DAS VOGAIS	
Abertura das átonas pretônicas no Nordeste (<i>covardi</i> , <i>noturno</i> , <i>neblina</i> , <i>recruta</i>).	Fechamento dessas vogais no Sul: <i>cuvardi</i> , <i>nuturnu</i> , alternando com <i>covardi</i> , <i>noturnu</i> etc.
Fechamento maior em palavras dissilábicas, donde <i>fliz</i> , <i>chuver</i> .	Mesmos fenômenos, embora não por todo o Sul.
Vogais átonas finais -e, -o são fechadas, encontrando-se as pronúncias <i>penle/penti</i> , <i>lobu/lobu</i> .	Vogais átonas finais -e, -o são mantidas em algumas regiões do Sul.
PRONÚNCIA DAS CONSOANTES	
Produção de /r/ no Nordeste e no Rio de Janeiro como vibrante posterior.	Produção de /r/ no Sudeste e Sul como [r] vibrante anterior. O [ɹ] retroflexo ocorre na área dos falares caipiras, no final da palavra, na posição inicial de sílaba e nos grupos consonantais: <i>porta</i> , <i>caro</i> , <i>cobra</i> . Nas situações formais, a execução retroflexa é discriminada.
Troca de v por b em palavras tais como <i>barrer</i> , <i>bassoura</i> , <i>berruga</i> , <i>bespa</i> , na variedade popular de Pernambuco, Bahia.	Mesmo fenômeno, na variedade popular.
As dentais [t] e [d] em posição postônica são palatizadas, como em <i>denti</i> , <i>podi</i> , ou mesmo africadas, como em <i>dentfi</i> , <i>podzɨ</i> .	Manutenção da execução dental de [t] e [d] em algumas regiões, produzindo-se uma ligeira palatização nas demais, como em <i>denti</i> , <i>podi</i> .
Espiração e perda de [-s] final: <i>vamos</i> > <i>vamoh</i> > <i>vamo</i> ; <i>pôs</i> > <i>poih</i> > <i>pô</i> .	Manutenção da sibilante: <i>vamos</i> , <i>pôs</i> . Palatização na área do Rio de Janeiro: <i>vamuɸ</i> , <i>poif</i> . Não realização em São Paulo e em Minas Gerais.
MORFOLOGIA	
Morfologia nominal e pronominal	
Generalização do pronome relativo <i>que</i> , perdendo-se <i>cujo</i> , <i>onde</i> .	Mesmo fenômeno.
Morfologia verbal	
Elevação da vogal temática no pretérito perfeito do indicativo, no PB popular: <i>fiqumo</i> , <i>falemo</i> , <i>bebimu</i> .	Mesmo fenômeno, na mesma variedade.

SINTAXE	
Simplificação da concordância nominal, expressa apenas pelo determinante (como em <i>as pessoa</i>). A concordância nominal e verbal são favorecidas quando as formas de singular e de plural do substantivo ou do verbo se distinguem mais fortemente (saliência fônica), como em <i>a colher/as colheres</i> (em contraste, por exemplo, com <i>o menino/os meninos</i>), <i>o menino é alto/os meninos são alto</i> (em contraste, por exemplo, com <i>ele fala/eles falam</i>).	Marcas redundantes da concordância na fala culta. Mesmos fenômenos na fala popular.
Objeto direto expresso por <i>ele, lhe</i> : <i>eu não vi ele/eu não lhe vi, eu não conheço ele/eu não lhe conheço</i> .	Preferência pela omissão dos pronomes nessas funções: <i>eu não vi Ø, eu não Ø conheço</i> .
Preferência pela sentença relativa cortadora, em que se omite a preposição antes do pronome relativo (<i>perdi a revista que a capa estava rasgada</i>) e pela relativa copiadora, em que se insere pronome pessoal depois do relativo (<i>o menino que ele chegou trouxe a correspondência</i>). Veja 9.2.3. Nos dois casos, nota-se que o relativo se “despronominaliza” e é cada vez mais apenas uma conjunção.	Mesmos fenômenos.
Preferência pela oração substantiva “dequeísta”: <i>Ele falou de que não sabia de nada</i> .	Mesmo fenômeno.

O quadro acima aponta a presença de muitos traços comuns entre Norte e Sul. Muitos desses fenômenos se correlacionam mais com a classe social dos falantes do que com a região de onde procedem.

4.1.3. FALARES FRONTEIRIÇOS

Desde que Rona (1965) examinou as características do PB falado na fronteira com o Uruguai, nunca mais o tema saiu da agenda: vejam-se os trabalhos de Hensey (1967, 1972, 1975, 1982), Elizaincín (1978, 1979a, 1979b, 1992), Elizaincín/ Behares / Barrios (1987), Carvalho (2003a, 2003b, 2004). Estes últimos mostraram que a penetração do PB popular havia aumentado, ocupando uma terça parte do território uruguaio.

A lusitanização de parte do Uruguai prende-se ao fato de que o lugar integrava o Império Brasileiro, como sua Província Cisplatina. A incorporação do território ao Império Espanhol se fez acompanhar da implantação do espanhol no novo país. Os habitantes do norte do Uruguai, entretanto, seguiram falando português nas situações informais, valendo-se do espanhol nas situações formais, situação conhecida como diglossia.

Novos estudos sobre contatos linguísticos na fronteira surgiram quando se deu a expansão agrícola em direção ao Paraguai, criando-se a figura dos “brasiguaios”, cuja linguagem foi estudada em Dietrich (2004), Symeonidis (2004) e Thun (2004).

LEITURAS SOBRE DIALETOLOGIA, PESQUISA DIALETOLÓGICA, FALARES BRASILEIROS

Para um balanço das pesquisas dialetológicas no Brasil, veja Castilho (1973a), Aragão (1988), Brandão (1991), Aguilera (org. 1998), Cardoso (1999, 2001-2002, 2005), Isquardo (2005).

Sobre a primeira fase da pesquisa dialetológica: Amaral (1922/1977), Nascentes (1922), Marroquim (1943/1996), Teixeira (1938), entre outros.

Sobre a preparação da segunda fase: Silva Neto (1957a), Nascentes (1958-1961), Mota (1964).

Sobre a descrição dos falares brasileiros durante a terceira fase:

- Bahia: Rossi / Ferreira / Isensee (1965), Rossi (1965).
- Minas Gerais: Ribeiro et al. (1977).
- São Paulo: Caruso (1982, 1983).
- Paraíba: Aragão / Menezes (1984).
- Sergipe: Ferreira et al. (1987), Cardoso (2002).
- Paraná: Aguilera (1994).
- Região Sul do Brasil: Koch / Klassman / Altenhofen (2002).
- Pará: Razky (2004).

Sobre a terceira fase, relativa ao atlas linguístico do Brasil: Cardoso (2005).

Sobre os falares fronteiriços do PB: Rona (1965), Hensey (1967, 1972, 1975, 1982), Elizaincín (1978, 1979a, 1979b, 1992), Elizaincín / Behares / Barrios (1987), Dietrich (2004), Carvalho (2003a, 2003b, 2003c, 2004), Symeonidis (2004), Thun (2004).

Para uma consolidação atualizada dos dados obtidos, veja Noll (2008).

4.2. VARIAÇÃO SOCIOCULTURAL

Mesmo que se considerem os falantes do PB originários de uma mesma região, ainda assim sua linguagem varia, pois cada falante procede de um segmento diferente da sociedade. Já se observou que há uma correlação entre fatos linguísticos e o segmento social de onde o falante procede. Costuma-se sistematizar as variedades socioculturais levando em conta as seguintes variáveis: (i) falante não escolarizado, (ii) falante escolarizado.

Analfabetos e cidadãos escolarizados não falam exatamente da mesma forma. Analfabetos usam o *português popular*, ou variedade não culta. Pessoas escolarizadas usam o *português culto*, ou variedade padrão, aprendida na escola ou no ambiente familiar.

Ambas as modalidades foram trazidas pelos colonos portugueses, com predominância dos falantes do português popular. A história se repetiu também aqui. Afinal, que classe social de romanos invadiu a península ibérica? O alto patriciado romano? Nada disso, foi a massa menos favorecida da população, que esperava tornar-se proprietária das terras conquistadas. E de fato melhoraram de vida, e passaram a ensinar aos povos conquistados suas técnicas de plantar, construir casas e administrar. Sempre falando em latim vulgar.

E que portugueses enfrentavam no século XVI as incertezas da longa travessia marítima? Os portugueses “bem de vida”? Não, estes financiavam as esquadras e ficavam com grande parte dos lucros. Quem enfrentava os problemas das novas terras, encarava o índio, plantava, construía e procurava ficar rico eram os sem-terra daqueles tempos. É verdade que não eram uns pobretões acabados. Eles tinham que pagar o transporte nos navios e a comida que comeriam durante a travessia.

Uma família portuguesa juntava algum dinheiro e despachava um de seus membros, na esperança de que ele “fizesse a América” e retornasse rico, compensando o investimento feito. Isso não fazia deles nobres, posição que viria a ser reivindicada pelos descendentes que deram certo. Agora, pobres, pobres mesmo, só os degredados e as prostitutas, enviados pela justiça portuguesa às terras americanas, com passagem paga pelo governo. Passagem só de ida, óbvio.

De modo que não foi propriamente o português falado nas aulas da Universidade de Coimbra que desembarcou em nossas praias. Era o português popular, não padrão, o primeiro que se fez ouvir nas plagas sul-americanas. Dele deriva, de forma direta, o PB popular. Assim, para conhecer as bases do PB popular, teremos de descrever o PE popular do século XV. Uma tarefa bem complicada, que terá de ser enfrentada pelas novas gerações de linguistas!

Mas voltando à sincronia, são muito diferentes entre si as variedades popular e culta? Não a ponto de dificultar a intercomunicação. Vamos deixar claro o seguinte: quando distinguimos PB popular de PB culto, estamos nos referindo a variações socioculturais não separáveis rigidamente. Ninguém é exclusivamente “falante popular” nem “falante culto”. As linhas divisórias entre essas modalidades são muito tênues – afinal não se trata de duas línguas diferentes!

Cada variação sociolinguística é definível, portanto, em termos de um feixe de características, e o que distingue uma de outra é a frequência de uso. Por exemplo, é mais frequente que usuários do PB popular não concordem o verbo com o sujeito, e mesmo assim nem sempre! Fazer a concordância é uma característica mais frequente entre os usuários do PB culto – mas, igualmente, nem sempre! Que brasileiro escolarizado em algum momento já não disse “*chegou aqui depois de muita espera os livros encomendados*”? Quem pratica o português popular não “fala errado” – apenas opera com a variedade correspondente ao seu nível sociocultural. Quem pratica o português culto não “fala certo”, de novo apenas se serve da variedade correspondente ao seu nível sociocultural. Falar errado é não se fazer entender em seu meio, como lembrava o professor Antenor Nascentes, ou é usar uma variedade inadequada ao meio em que o falante se encontra. Em suma, a diferença entre PB popular e PB culto é muito mais uma questão de estatística do que de outra coisa qualquer, e os juízos de valor associados a essas modalidades decorrem de circunstâncias sociológicas que nada têm a ver com a enorme complexidade de ambas as variedades linguísticas.

Você gosta daquelas belas canções italianas? Sabia que em sua maior parte elas são cantadas nos dialetos sulinos da Itália, e ninguém torce a cara para isso? É verdade que num ambiente desconhecido, pelo sim pelo não, é melhor atacar de PB culto. Mas, veja bem, essa decisão tem um caráter puramente prático, e não assenta em nenhuma pretensa superioridade de uma variedade sociocultural sobre a outra. Por que será então que no Brasil se faz tanta questão de discriminar o português popular, considerando-o uma modalidade errada, inferior? Pense em como está organizada nossa sociedade, compare-a à de outros países, e encontre a resposta.

Cada uma das situações sociolinguísticas descritas na seção anterior dispõe de normas próprias. Ninguém usa o português formal numa situação familiar, ninguém fala como se falava no passado, e assim por diante. Esse é o entendimento que se tem de uma norma geral, de motivação antropológica.

Os antropólogos entendem a norma como um fator de aglutinação social, argumentando que ela é um conjunto de ações e atitudes culturais que resultam de forças coletivas. Em qualquer comunidade, cobra-se fidelidade de seus membros aos diferentes padrões culturais, aí incluída a língua. Sem adesão a esses padrões, o indivíduo é um estranho em seu grupo, e, no limite, toda uma comunidade perde sua identidade.

Mas tem-se observado que nas diversas comunidades de fala há sempre uma norma específica, uma variedade linguística de maior prestígio, a que se denomina *língua padrão, norma culta**. Para o entendimento do que é a norma culta, consulte a seção 1.4.

Numa sociedade em rápido processo de mudança como é a brasileira, há uma natural flutuação nas aspirações da classe escolarizada com respeito à adequação em matéria linguística. Foi por isso inevitável a flutuação da norma culta ao longo dos tempos. Durante o Brasil Colônia, o português padrão brasileiro coincidia com o português padrão lusitano, pois até aquela época não havia diferenças entre o português de aquém e de além mar. Além disso, os portugueses comandavam os negócios públicos, imprimiam rumos políticos e culturais ao território, predominavam numericamente entre a população branca, tendo por isso um prestígio social maior.

Com a Independência e a ascensão dos brasileiros a cargos governamentais, configurou-se outra variedade de prestígio, e com isso o português culto do Rio de Janeiro, capital da Colônia, e depois do Império e da República, foi considerado como um novo padrão, passando a ser utilizado nos

materiais didáticos e mesmo em congressos científicos como a modalidade a ser adotada por quem quer que buscasse prestígio linguístico em sua comunidade. Bem, isso é o que se diz, pois não se confirmou por pesquisas empíricas que os brasileiros cultos das diferentes regiões brasileiras falam, ou falaram, de fato como os cariocas.

Com a mudança da capital para Brasília e o desenvolvimento de outras regiões, passou a ocorrer no Brasil uma situação de policentrismo cultural, claramente prevista por Rossi (1968/1969). Hoje é uma tarefa inútil buscar na fala do Rio, de São Paulo ou de qualquer outra região um padrão válido para todo o país. Ao longo desta gramática, tenho repetido que dispomos de diversos padrões linguísticos, cujo prestígio vale para as regiões em que são praticados.

Importa igualmente dar-se conta de que a teoria da variação linguística tem tido uma grande repercussão na análise gramatical. Admite-se hoje que os falantes de uma língua operam com um conjunto de gramáticas, de acordo com a situação linguística particular em que estão envolvidos. Labov (1972a) mostrou que é possível estudar a língua em situações reais de uso, porque a heterogeneidade da língua é estruturada.

Veja no Quadro 4.2 as principais características das variedades popular e culta. Nesse quadro, não tive a preocupação de separar as regiões dialetais brasileiras.

Quadro 4.2 – Características do PB popular e do PB culto

PORTUGUÊS BRASILEIRO POPULAR	PORTUGUÊS BRASILEIRO CULTO
VOGAIS E DITONGOS	
Ditongação das vogais tônicas seguidas de sibilante no final das palavras: <i>mêis, luiz</i> .	Manutenção dessas vogais: <i>mês, luz</i> .
Perda da vogal átona inicial: <i>marelo, sucra</i> .	Manutenção da vogal átona inicial: <i>amarelo, açúcar</i> .
Nasalação das átonas iniciais: <i>inzame, inducação, inleição, indentidade</i> . Nasalação dos monossílabos tônicos: <i>im, vim</i> .	Execução oral da átona inicial, flutuando sua altura em pronúncias como <i>exame/izame, educação/educação</i> . Manutenção dos infinitivos monossilábicos: <i>ir, vir</i> .
Queda das vogais átonas postônicas nas proparoxítonas: <i>pêzgu, cosca, oclos, arve, figo</i> , por <i>pêssego, cócegas, óculos, árvore, figado</i> . Com isso, predominam as paroxítonas.	Mantêm-se as átonas postônicas nas proparoxítonas.
Perda da distinção entre ditongos e vogais em contexto palatal: monotongação em <i>caxa, pexe, bejo, quejo</i> ; ditongação em <i>bandeija, feichar</i> .	Perda dessa distinção, variando regionalmente a presença da ditongação.
Perda da nasalidade e monotongação dos ditongos nasais finais: <i>eis cómi, os hómi, eis faláru, viági, reciclági</i> , por <i>eles comem, os homens, eles falaram, viagem, reciclagem</i> .	Manutenção dos ditongos nasais: <i>eles comem</i> ['kɔmẽy], <i>os homem</i> [oz'ɔzmẽy], <i>eles falaram</i> [fa'larãw]. Monotongação desses ditongos: ['kɔmim], ['ɔmi], [fa'larum].
Monotongação dos ditongos crescentes átonos em posição final: <i>ciença, experiência, negoço</i> .	Manutenção desses ditongos: <i>ciência, experiência, negócio</i> .
CONSOANTES	
Troca de [l] por [r] em final de sílaba e em grupos consonantais: <i>marvado, pranta</i> .	Manutenção do [l]: <i>malvado, planta</i> .
Iodização da palatal lh: [o'reya], ['veyu].	Manutenção da palatal: <i>orelha, velho</i> .
Perda das consoantes [d] e [b] quando precedidas de vogal nasal: <i>andano</i> por <i>andando</i> , <i>emora</i> por <i>embora</i> .	Manutenção dessas consoantes na fala formal: <i>andando, embora</i> . Na fala espontânea, perda dessa consoante.

SÍLABA	
<p>Alteração da coda silábica, abrindo-se progressivamente as sílabas, mediante:</p> <p>(i) a perda das consoantes travadoras [-s], [-l], [-r] em sílaba final: <i>as criança, os papê, comê</i>;</p> <p>(ii) idem em sílaba medial: <i>memo, ahto</i>, ou substituição de [l] por [r]/[ɾ]: <i>mermo, arto</i>, ou iodização de [l]: <i>aytu</i>.</p> <p>(iii) inserção de vogal anterior alta: <i>meli, mari, calori</i>.</p>	<p>Manutenção da coda silábica:</p> <p>(i) perde-se apenas [-r]: <i>comê</i>, salvo quando a palavra precede outra iniciada por vogal, como em <i>ir andando</i>. Começa-se a perder [-r] pós-vocálico, antes de fricativas: <i>emegência, exército, ceveja, univesidade</i>, na fala culta e popular.</p> <p>(ii) mantém-se a consoante travadora de sílaba medial: <i>mesmo, alto</i>.</p> <p>(iii) mantém-se a consoante travadora de sílaba final: <i>mel, mar, calor</i>.</p>
MORFOLOGIA	
Morfologia nominal e pronominal	
Perda progressiva do -s para marcar o plural, que passa a ser expresso pelo artigo: <i>os homi, as pessoa</i> .	Manutenção das regras redundantes de marcação do plural, salvo na fala rápida: <i>os homens, as pessoas</i> .
Perda do valor do sufixo -ior nos comparativos de superioridade, utilizando-se o advérbio <i>mais</i> : <i>mais mió, mais pió</i> .	Preservação do valor comparativo do sufixo -ior: <i>melhor, pior</i> .
Alterações no quadro dos pronomes pessoais: (i) substituição de <i>tu</i> por <i>você</i> na maior parte do país, o uso de <i>tu</i> ocorre em variação com <i>você</i> ; (ii) substituição de <i>nós</i> por <i>a gente</i> ; (iii) perda do [-l-] da terceira pessoa: <i>ey, eys</i> ; (iv) o reflexivo <i>se</i> perde o traço de terceira pessoa gramatical (<i>eu se esqueci, nós não se falemo mais</i>); (v) perda do pronome <i>o</i> , generalização do pronome <i>lhe</i> como acusativo quando em referência à segunda pessoa (<i>eu não lhe vi, eu não lhe conheço</i> , em que <i>lhe</i> é realizado como [lê], [li]).	Alterações no quadro dos pronomes pessoais: (i) usa-se <i>tu</i> nas regiões Norte e Sul do país, e na cidade do Rio de Janeiro, neste caso sem com ele concordar o verbo: <i>tu sabe de uma coisa?</i> ; (ii) substituição progressiva de <i>nós</i> por <i>a gente</i> ; (iii) manutenção do [-l-] da terceira pessoa: <i>ele, eles</i> , salvo em Minas Gerais, onde se ouve com frequência <i>s vêm pro jantar</i> ; (iv) o reflexivo mantém seu traço de terceira pessoa gramatical (<i>ele se esqueceu</i>) ou é omitido (<i>eu esqueci, eu formei em 1980</i>); (v) difunde-se a perda de <i>o</i> na língua falada, para referência à segunda e terceira pessoas, mantendo-se na língua escrita; difunde-se igualmente a perda de <i>lhe</i> para referência à terceira pessoa, sendo substituído por <i>pra ele/ela</i> . Mantém-se, porém, o uso de <i>lhe</i> para referência à segunda pessoa em variação com <i>te</i> em algumas regiões (<i>eu lhe matei/te matei</i>), mantendo-se igualmente na língua escrita.
Redução do quadro dos pronomes possessivos para <i>meu/seu/dele</i> , com perda progressiva de <i>teu</i> nas regiões em que desapareceu <i>tu</i> , e de <i>seu</i> em referência à terceira pessoa. Oliveira e Silva / Scherre (orgs. 1996) mostram que neste caso <i>seu</i> continua apenas em contextos de quantificação: <i>ela terá seus quarenta anos, cada um leva o seu</i> .	Mesmas características. O pronome <i>teu</i> pode aparecer em contextos marcados, alternando com <i>seu</i> : <i>Meta-se com os seus negócios, isto não é da tua conta!</i> O mesmo ocorre na fala popular.
Redução dos pronomes demonstrativos a dois tipos, <i>este/esse vs. aquele</i> , perdendo-se a distinção lexicalmente marcada entre primeira e segunda pessoa. <i>Este/esse</i> ocorrem para indiciar objetos próximos ou para retomar informações próximas, mantendo-se <i>aquele</i> para indiciar objetos e informações remotas.	Mesmas características.
Generalização do pronome relativo <i>que</i> , perdendo-se <i>cujo, onde</i> .	Mesmas características.

Morfologia verbal	
Elevação da vogal temática no pretérito perfeito do indicativo: <i>fiqueму, faleму, bebimu</i> , distinguindo-se do presente <i>ficamu, falamu, bebemu</i> .	Manutenção da vogal temática, continuando indistintos o presente e o pretérito: <i>ficamos, falamos, bebemos</i> .
Simplificação na morfologia de pessoa, dadas as alterações no quadro dos pronomes pessoais, reduzindo-se a conjugação a apenas duas formas diferentes: <i>eu falo, você/ele/ela gente fala/eles falam</i> . Por hipercorreção, pode-se ouvir a <i>gente falamos</i> .	A morfologia de pessoa reduz-se a três formas (às vezes, a quatro formas diferentes): <i>eu falo, você/ele/ela gente fala/eles falam</i> . Quando ocorre <i>nós</i> , ocorrerá a quarta forma: <i>nós falamos</i> .
SINTAXE	
Simplificação da concordância nominal: (i) expressa pelo determinante: <i>as pessoa</i> . (ii) simplificação acentuada quando o substantivo e o adjetivo vêm no diminutivo (<i>aqueles cabelim branquim</i>).	Manutenção da concordância nominal com redundância de marcas: <i>as pessoas, aqueles cabelinhos branquinhos</i> . Em algumas regiões do país a simplificação alcançou também os diminutivos.
Simplificação da concordância verbal: <i>as pessoa fala, fala, mas não resolve nada</i> .	Manutenção da concordância do verbo com o sujeito anteposto: <i>as pessoa falam, falam, mas não resolvem nada</i> .
Manutenção da concordância apenas quando há saliência fônica entre a forma do singular e a forma do plural: (i) Concordância nominal: <i>a colher/as colheres</i> . (ii) Concordância verbal: <i>as pessoa saíru, elas são bão</i> .	Manutenção da morfologia do substantivo e do verbo no plural: <i>as colheres, as pessoas saíram</i> . Em Minas Gerais a redução morfológica se mostra também na fala culta: <i>cantáru, bebêru, fizêru, saíru</i> .
Falta de concordância: (i) de gênero, como em <i>o meu sobrinha, cabelo grossa</i> , no Vale do Ribeira (SP) e na baixada cuiabana. (ii) de pessoa gramatical entre o verbo e o sujeito, como em <i>eu foi, eu apanhou 2 quilos</i> , nos mesmos lugares. (iii) de número entre o verbo e o sujeito posposto, como em <i>tava lá as empregadas</i> .	Manutenção da concordância nos casos (i), (ii). A regra pode não se aplicar em (iii) quando o sujeito é posposto a verbo monoargumental: <i>Faltou as respostas mais interessantes</i> . Na fala culta documentada pelo Projeto Nurc, a concordância ocorre em casos como <i>Haviam muitas pessoas na sala</i> .
Predominância do sujeito expresso e colocado antes do verbo, evitando-se o sujeito posposto.	Mesma característica. Sujeito "pesado", constituído por muitas sílabas, tende a pospor-se, mas a sintaxe torna-se progressivamente mais rígida.
Omissão do objeto direto: <i>eu vi Ø</i> . Quando expressa, essa função vem preenchida pelo pronome <i>ele</i> (<i>eu vi ele</i>) ou por <i>lhe</i> , em referência à segunda pessoa (<i>eu não lhe conheço</i>).	Omissão do objeto direto em 70% dos casos: <i>eu vi Ø</i> . Na fala culta espontânea é comum dizer-se <i>eu vi ele</i> , nas mesmas proporções da fala popular. Dependendo da região, amplia-se o uso de <i>lhe</i> como objeto direto, quando em referência à segunda pessoa: <i>eu lhe vi, mas não lhe reconheci</i> . O mesmo ocorre na escrita, em que oscilações do tipo <i>Isso o agrada/o interessal este amor lhe levou a fazer loucuras</i> se devem à falta de familiaridade com os clíticos.
Supressão da preposição em alguns complementos oblíquos: <i>Eu preciso Ø isso</i> , ou quando o complemento preposicionado é movido para a cabeça da sentença: <i>Isso eu preciso</i> .	Manutenção da preposição: <i>Eu preciso disso</i> , salvo quando o complemento é movido para a esquerda: <i>Isso eu preciso</i> .

Uso de <i>ter</i> nas construções existenciais: <i>Hoje tem aula.</i>	Mesmo fenômeno. Manutenção de <i>haver</i> existencial na língua escrita.
Abundância de construções de tópico sujeito, com retomada pronominal no interior da oração: <i>A menina, ela chegou agora mesmo.</i>	Mesmo fenômeno.
Preferência pela oração relativa cortadora, em que se omite a preposição antes do pronome relativo (<i>perdi a revista que a capa estava rasgada</i>) e pela relativa copiadora, em que se insere pronome pessoal depois do relativo (<i>o menino que ele chegou trouxe a correspondência</i>). Nos dois casos, nota-se que o relativo se “despronominaliza”, transformando-se cada vez mais numa conjunção.	Mesmos fenômenos na língua falada culta. Na língua escrita, discreta preferência pela oração relativa padrão: <i>perdi a revista de que a capa estava rasgada, o menino que chegou trouxe a correspondência</i> . Mesmo nesta variedade, há variação entre cortadoras e copiadoras. Nos registros do Projeto Nurc o relativo <i>cujo</i> desapareceu por completo.
Preferência pela oração substantiva “dequeísta”: <i>Ele falou de que não sabia de nada.</i>	Há certa preferência pela oração substantiva “queísta”: <i>Ele falou que não sabia de nada</i> . Nota-se, entretanto, uma variação grande mesmo na escrita, em que é frequente a queda da preposição em substantivas: <i>a certeza que todos vão colaborar</i> . Este é mais um ponto em que as falas culta e popular confluem para soluções semelhantes.

Fontes: Roberts / Kato (orgs. 1993), Oliveira e Silva / Scherre (orgs. 1996), Naro / Scherre (2007), Maria Eugênia Lamoglia Duarte (com. pessoal).

O quadro anterior confirma que (1) não há uma oposição categórica entre fala popular e fala culta, ocorrendo em muitos casos um compartilhamento de propriedades; (2) em certos casos, a preferência culta exclui fortemente a preferência popular; (3) em situações informais, diminui a distância entre essas variedades, e o falante culto pode aproximar-se bastante da execução popular, ainda que não em todos os casos; (4) as variedades populares flutuam de acordo com a região geográfica, mas a fala culta é um pouco mais homogênea, sobretudo em sua forma escrita.

Várias razões justificam a importância de comparar essas duas variedades:

- (1) Tendo a escola a obrigação de ensinar o português culto, e levando em conta o ingresso nela de muitos alunos que praticam a variedade popular, é evidente que os professores têm de conhecer bem ambas as variedades para desenvolver estratégias de, respeitando a popular, expor os alunos à variedade culta. Ou seja, é preciso que professores e alunos conheçam bem ambas as variedades para escolher com adequação aquela que melhor corresponda à situação de fala: em casa, adota-se a norma familiar, qualquer que seja ela; falando com estranhos, adota-se o português padrão. É nessa espécie de “bilinguismo interno”, manejado com naturalidade em sociedades desenvolvidas, que se assenta uma percepção democrática de uso da língua materna.
- (2) Do ponto de vista diacrônico, viu-se que é a variedade popular que pode dar origem a outras línguas. Sabemos que o português veio do latim vulgar, não do latim culto. Foi preciso aguardar a escolarização da sociedade e a criação de instituições de cultura elaborada para que se criasse espaço para a variedade de prestígio, que é sempre a variedade culta. Com isso, pode ser que uma língua brasileira se desenvolva a partir do PB popular atual.
- (3) Por outro lado, a urbanização crescente do país pôs em contato as variedades popular e culta do PB, até então presas aos seus nichos: o PB popular da zona rural, o PB culto das cidades. Presentemente, contatos entre as duas variedades mostram um forte embate entre elas. Esse embate deve estar plasmando o PB do futuro, além do já mencionado policentrismo cultural e político do país. Nenhum deles fala “melhor” ou “pior” do que os outros.

O surgimento do *PB* culto deve ter-se dado por volta do século XIX, quando se criaram escolas, se fundaram jornais, tem início a alfabetização dos brasileiros, e uma vida cultural mais rica dá seus primeiros passos. Isso criou uma divisão sociocultural na sociedade brasileira. Surge a classe culta, falante do *PB* culto. Também aqui a história se repetiu: afinal não foi o mesmo que aconteceu na Roma do século III a.C.?

Segundo Fausto (1994/1998: 237), os primeiros dados gerais sobre instrução mostram enormes carências nessa área. Em 1872, entre os escravos, o índice de analfabetos atingia 99,9%, e entre a população livre chegava a aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos as mulheres. Mesmo descontando-se o fato de que os percentuais se referem à população total, estimada nesse recenseamento em 4,6 milhões, sem excluir crianças nos primeiros anos de vida, eles são bastante elevados. Apurou-se ainda que somente 16,8% da população entre 6 e 15 anos frequentavam a escola, no que seria hoje o ensino fundamental. Havia apenas 12 mil alunos matriculados no ensino médio. Calcula-se que chegava a 8 mil o número de pessoas com educação superior no país. Um abismo separava, pois, a elite letrada da grande massa de analfabetos e da gente com educação rudimentar.

Esse quadro formado por duas classes sociais torna-se mais complexo nas metrópoles, como São Paulo, que receberam no século XIX migrantes europeus e migrantes internos, sendo estes não escolarizados. Ângela C. S. Rodrigues refere-se a esta questão ao tratar do português popular de São Paulo no século XX:

Nas grandes capitais brasileiras, principalmente na capital federal e naquelas das regiões Sul e Sudeste, de que São Paulo é legítima representante, verifica-se um fenômeno especial de variação sociolinguística, explicável pelo intenso fluxo migratório de todas as regiões do Brasil, principalmente do Nordeste, em direção aos grandes centros urbanos. Percebe-se que, na cidade grande, a variedade linguística que utilizam os migrantes em seus estados de origem deixa de representar, significar ou simbolizar sua região, já que passam a compor o imenso contingente de mão de obra não especializada, uma grande maioria de pobres, analfabetos, membros de um estrato social inferior. A variedade de língua que utilizam, regional na origem, torna-se variedade social, símbolo de uma posição social inferior. Os migrantes vão constituir, com a população da capital e de regiões próximas a ela, pertencentes ao mesmo estrato social, um extenso grupo de usuários de uma variedade popular ou não padrão, estigmatizada, que se torna, ela mesma, um indicador da classe socioeconômica a que pertencem, pois apresentam características relativamente permanentes, que não se alteram em função de diferentes situações de fala (Rodrigues, 1987: 25).

Em resumo, o *PB* culto é mais recente que o popular, tendo surgido com a urbanização, que diferenciou a sociedade brasileira em dois níveis sociolinguísticos: a dos escolarizados e a dos analfabetos. As cidades trouxeram as escolas, os teatros, os livros e os jornais. Inicialmente imitando o *PE* culto (a classe administrativa brasileira era formada em Coimbra), pouco a pouco essa classe social encontrou sua personalidade, recolhendo formas populares, mudando outras, até que a partir de 1920 se ergue a consciência de uma identidade linguística brasileira própria.

Lobo (2001 I: 27) fez uma importante observação sobre as fases do português popular e do surgimento do português padrão, que passa a conviver com o popular:

Na primeira fase, o país é eminentemente rural, e a sua diversidade linguística caracteriza-se, principalmente, pela oposição dos dialetos rurais entre si; na segunda fase, o Brasil torna-se um país eminentemente urbano, e a variação diatópica esbate-se em favor de uma variação de tipo diastrático, que opõe falantes de níveis socioculturais distintos, com as classes baixas urbanas passando a ser integradas progressiva e majoritariamente pela população de origem rural e seus descendentes.

LEITURAS SOBRE UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Roberts / Kato (orgs. 1993), Oliveira e Silva / Scherre (orgs. 1996), Roncarati / Abraçado (orgs. 2003), Mollica / Braga (orgs. 2003), Pagotto (2004), Naro / Scherre (2007), Noll (2008).

LEITURAS SOBRE O PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO

Veja indicações de leitura na seção anterior deste capítulo, acrescentando: Palhano (1958), Ada Natal Rodrigues (1974), Ângela Rodrigues (1987, 2000, 2008b), Guy (1989), Pinto (1990a), Naro / Scherre (1993), Lucchesi (1998).

LEITURAS SOBRE O PORTUGUÊS CULTO BRASILEIRO

Para uma discussão sobre a norma culta do PB, além do que se indica na seção 1.4.1, veja: Castilho (1978a, 1980, 1982, 1983a, 1984a), Cunha (1985), Rodrigues (1987, 2000, 2006, 2007, 2008b), Lucchesi (1994, 1998), Lima-Hernandes (1997), Bagno (1997, 2000, org. 2002, 2003, 2007), Ribeiro (2004), Lopes (org. 2005), Kewitz / Simões (2009).

4.3. VARIAÇÃO INDIVIDUAL

Um conjunto de parâmetros permite observar a variação individual na execução do PB: o registro, a idade, o sexo. Outro parâmetro, o do nível socioeconômico, foi estudado no item anterior.

4.3.1. O REGISTRO: PB FORMAL E PB INFORMAL

Diferentes graus de intimidade caracterizam o espaço social interindividual. A língua produzida segundo esse eixo é denominada *registro*, em que se reconhece o PB informal (ou coloquial) e o PB formal (ou refletido).

Falamos inteiramente “à vontade” com nossa família e com nossos amigos. Falamos com mais cuidado, escolhendo as palavras e refletindo mais sobre a impressão que vamos dar, quando falamos com pessoas desconhecidas. Em consequência, escolhemos os recursos linguísticos adequados a essas situações. Veja como um mesmo indivíduo escreve um bilhete para sua namorada ou se dirige ao seu superior:

Quadro 4.3 – Amostras do PB informal e do PB formal

PB INFORMAL	PB FORMAL
Bilhete para a namorada	Carta para o patrão
<p><i>Oi Bia:</i></p> <p><i>Segueinte. A gente combinou de ir no cinema amanhã, sessão da tarde. Não vai dar. Me esqueci que tem uma prova no colégio, e se eu não estudar minha velha me pega pelo pé. Eu, hein? Tô fora. Você me entende.</i></p> <p><i>Beijocas,</i></p> <p><i>Pedraõ</i></p>	<p><i>Senhor gerente:</i></p> <p><i>Terei de faltar amanhã ao trabalho em razão de uma prova bem difícil, no colégio. Precisarei estudar, pois se eu for mal nessa prova minha mãe vai ficar muito nervosa. Espero que o senhor compreenda minha situação e que me desculpe.</i></p> <p><i>Atenciosamente,</i></p> <p><i>Pedro</i></p>

Compare os dois textos e verifique você mesmo quais são as diferenças entre o estilo formal e o estilo informal.

4.3.2. A IDADE: PORTUGUÊS DE CRIANÇAS E DE ADULTOS

Outro ponto que faz variar nossa linguagem é dado por nossa idade. Simplificando um pouco as coisas, sabe-se que velhos falam como se falava antes, e jovens acolhem as mudanças na língua que foram generalizadas posteriormente. Jovens usam mais gírias que velhos (Naro, 1991).

4.3.3. O SEXO: PORTUGUÊS DE HOMENS E DE MULHERES

A estrutura da língua portuguesa não explorou muito fortemente a diferença entre sexos, se comparada com outras línguas. Em algumas línguas, a própria morfologia* é diferente, segundo quem fala é um homem ou uma mulher. No japonês, por exemplo, há dois pronomes para *eu* e dois para *tu*, pelos quais se esclarece o sexo do falante (Rodolfo Ilari, com. pessoal). Pesquisas sobre o PB culto mostraram, entretanto, que mulheres e homens distribuem diferentemente expressões do tipo *eh...*, *ahn...*, *eh...* quando falam, criando o que Tarallo (1993a) chamou de “sotaque sintático”.

LEITURAS SOBRE A VARIAÇÃO INDIVIDUAL

- PB de crianças: Lemos (1986, 1987, 2002), Kato (org. 1992), D. D. Oliveira (1993), Val (1996), Marilza de Oliveira (2000a), Barbosa (2002), Vieira (2004), entre outros.
- PB de adultos: Preti (1984), Tfouni (1988).

4.4. VARIAÇÃO DE CANAL

A comunicação linguística pode ocorrer em presença do interlocutor, quando falamos, ou na sua ausência, quando escrevemos. Isso nos leva à variação de canal, a língua falada e a língua escrita.

Em qualquer uma dessas situações, o locutor não está sozinho na construção de seus enunciados, que são de certa forma controlados pelo interlocutor, presente ou ausente. As línguas naturais são, portanto, constitutivamente dialógicas.

4.4.1. PORTUGUÊS FALADO

A documentação, a transcrição das entrevistas, a descrição e a interpretação da língua falada marcaram profundamente a Linguística moderna. Preliminarmente, vejamos uma breve história de como isso se passou.

4.4.1.1. Histórico dos estudos sobre a oralidade

Do ponto de vista metodológico, tivemos dois momentos no estudo dessa variedade, separados pela utilização do gravador de voz.

1. Primeiro momento

No primeiro momento, situado anteriormente à invenção do gravador portátil, a observação da língua falada se fundamentava em segmentos conversacionais recolhidos de memória e depois registrados no papel, ou na observação de como os escritores documentavam em seus textos a língua falada. Nessa fase, essa modalidade era muitas vezes, erroneamente, denominada “fala popular”.

Nencioni (1983: 129) e D'Achille (1990: 10) informam que Leo Spitzer foi o primeiro a trilhar esse caminho, em seu estudo dos dialetos do italiano, de 1922. Com base em textos de teatro, cartas, novelas e dramas, Spitzer tratou nesse trabalho dos seguintes tópicos: (i) formas de abertura e fechamento do colóquio; (ii) expressões afetivas e de cortesia; (iii) meios lexicais e sintáticos da oralidade. Spitzer influenciou seu discípulo Werner Beinhauer, cujo trabalho *El español coloquial*, da década de 1930, foi durante muito tempo obra de consulta obrigatória. Atuou na mesma linha Charles Bally, enquanto lançou os fundamentos de uma Linguística da Enunciação, programa que teria um grande desenvolvimento após a década de 1960 (Bally, 1942, 1951, 1952). Você verá que esses temas continuarão a ser versados no segundo momento dos estudos sobre a oralidade.

Hoje sabemos que o conhecimento da língua falada obtido por essa via é muito precário, fragmentado e simplificador. Nos textos literários que serviram de *corpora* a esses estudos, o projeto estético que aí subjaz é obviamente mais forte que o interesse documental. Nos demais casos, o ouvido "filtra", por assim dizer, o que é tipicamente oral, deixando de fora os elementos mais característicos dessa modalidade. De todo modo, é preciso reconhecer que Spitzer e Beinhauer voltaram a ter uma grande atualidade após a década de 1980, não só pelo tipo de material linguístico que estudaram como também pelas reflexões teóricas a que a oralidade deu lugar.

2. Segundo momento

O segundo momento nos estudos da oralidade é marcado pelo uso do gravador magnetofônico, pela organização de *corpora* de língua falada, pelo debate sobre as formas de sua transcrição e, finalmente, pelas análises dos materiais levantados. Esses passos constituíram a língua falada como um objeto científico.

Muitos projetos se organizaram para a documentação e o estudo da língua falada. O Quadro 4.4 apresenta uma cronologia desses projetos:

Quadro 4.4 – Cronologia dos estudos sobre a língua falada

- (1) Desde 1967, na América espanhola, e posteriormente na Espanha, Proyecto de Estudio de la Norma Urbana Lingüística Culta. Figura central: Juan M. Lope Blanch, do Colégio de México, falecido em 2003. Veja Lope-Blanch (1964/1967, org. 1982, 1986).
- (2) Desde 1970, no Brasil, Projeto de Estudo da Norma Urbana Lingüística Culta (Projeto Nurc), derivado do anterior, reunindo pesquisadores da Universidade de São Paulo, da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade Estadual Paulista e das Universidades Federais de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Publicações do Projeto Nurc: Castilho / Preti (orgs. 1986, orgs. 1987), Preti / Urbano (orgs. 1989, orgs. 1990), Castilho (org. 1989, 1990a), Callou (org. 1992), Callou / Lopes (orgs. 1993, orgs. 1994), Mota / Rollemberg (orgs. 1994), Hilgert (org. 1997), Marques (1996), Preti (org. 1993, org. 1998, org. 2000), Preti et al. (orgs. 1997), Sá et al. (orgs. 1996), Zapparoli / Camlong (2002). Aplicações da oralidade ao ensino: Travaglia (1996b), Ramos (1997), Castilho (1998a/2004).
- (3) Desde 1970, em Portugal, Proyecto do Português Fundamental, que investiga também a língua escrita. Principais figuras: João Malaca Casteleiro, Maria Fernanda do Nascimento, Maria Lúcia Garcia Marques e Maria Luísa Segura da Cruz. Veja Nascimento / Marques / Cruz (orgs. 1984-1987).
- (4) Desde 1974, nos Estados Unidos, Conversational Analysis, sob a liderança de Sacks, Jefferson e Schegloff. Em 1993, Sandra Thompson fez derivar desse movimento a sua Interactional Syntax, com uma vasta produção: Ono / Thompson (1994a, b).
- (5) Desde 1979, na França, Groupe Aixoís de Recherches en Syntaxe. Figura central: Claire Blanche-Benveniste. Veja Blanche-Benveniste (1987) e a revista *Le Français Parlé*.
- (6) Desde 1981, na Itália, Rossana Sornicola, com seu livro *Sul Parlato*. Seguiu-se o projeto *Lessico Italiano di Frequenza*, coordenado desde 1992 por Tullio de Mauro.
- (7) Desde 1982, no Brasil, Projeto Censo Linguístico do Rio de Janeiro, hoje Projeto de Estudos de Usos Linguísticos (Peul). Veja Naro (org. 1986), Oliveira e Silva / Scherre (orgs. 1996), Mollica (org. 1996), Macedo / Roncaratti / Mollica (orgs. 1996), Paiva (org. 1999), Paiva / Duarte (orgs. 2003), Roncaratti / Abraçado (orgs. 2003).
- (8) Desde 1985, no Brasil, Projeto Censo Linguístico do Sul (Varsul).
- (9) Desde 1988, no Brasil, A Linguagem Falada em Fortaleza. Veja Aragão / Soares (orgs. 1996).
- (10) Desde 1993, no Brasil, Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba: Hora / Pedrosa (orgs. 2001).
- (11) Desde 1993, em Moçambique, Projeto Panorama do Português Oral de Maputo. Veja Stroud / Gonçalves (orgs. 1977), Gonçalves (1996, 1998).
- (12) Desde 2002, no Brasil, Amostra Linguística do Interior Paulista (Alip), sob a coordenação de Sebastião Carlos Leite Gonçalves, da Universidade Estadual Paulista de São José do Rio Preto (SP).

Esse quadro mostra que Brasil e Portugal integraram-se desde cedo nessa nova fronteira do conhecimento linguístico.

4.4.1.2. Metodologia para os estudos da oralidade: a gravação e a transcrição

Para constituir a língua falada como um objeto de estudos científicos, teremos de desenvolver um percurso formado por dois momentos: a gravação e a transcrição.

Para gerar um documento da língua falada, selecionamos os falantes de acordo com critérios geográficos (ver seção 4.1 deste capítulo) e sociolinguísticos (ver seção 4.2), escolhemos o tipo de entrevista que queremos (monólogo informal/formal, diálogo informal/formal, conversa telefônica) e produzimos o documento.

Para analisar esses documentos, procederemos à sua transcrição, matéria a ser detalhada em 5.1.1 e 5.2.1.

Ao longo dos estudos sobre a oralidade, foram sendo identificadas as principais características dessa variedade. Isso nos traz à próxima seção.

4.4.1.3. Caracterização da língua falada

Uma caracterização da língua falada passa pelos seguintes pontos:

- (1) É um fato bastante óbvio que a língua falada resulta de um diálogo em presença, imediato, ou de um diálogo em ausência, como na conversação telefônica. Processos e produtos da oralidade são fortemente marcados por essa dialogicidade. Descrever a língua falada é, em grande medida, identificar os sinais da dialogicidade.
- (2) A língua falada documenta simultaneamente os dois momentos fundamentais da linguagem: o momento de planejamento, pré-verbal, de caráter cognitivo, e o momento de execução verbal, de caráter sociointeracional. Esses dois momentos são muito visíveis quando consultamos documentos da língua falada.
- (3) No domínio da Gramática, a reunião dessas propriedades configura a sintaxe colaborativa, examinada em 2.4.4 e, adiante, em 4.4.1.4.

Essas características mostram que a língua falada nos proporciona uma janela privilegiada para a inspeção de como funciona nossa mente quando falamos. O que se viu através dessas janelas? Uma verdadeira renovação das teorias sobre a linguagem.

Examinemos mais de perto essas três características.

1. Língua falada como diálogo em presença

A linguagem humana é fundamentalmente dialógica, mesmo em sua modalidade escrita. Uma diferença, entretanto, é que na língua falada os usuários estão em presença, e a construção do enunciado se ressent de maneira acentuada da interação que aí se desencadeia. Isso levou Givón (1979b: 223-231) a definir a língua falada como o “modo pragmático da fala”. Uma das óbvias consequências disso é que na língua escrita é necessário explicitar as coordenadas espaço-temporais em que se movem as personagens, ao passo que na língua falada tais coordenadas já estão dadas pela própria situação de fala. Tanto é assim que a leitura de uma transcrição da língua falada em que não constem os elementos situacionais causa, por vezes, a impressão de que o locutor é afásico!

Essas constatações banais apontam, entretanto, para processos dialógicos que geram consequências formais muito importantes, tais como a organização dos turnos e dos pares adjacentes, o sistema de reparação e correção, e a ampla utilização de diferentes classes gramaticais, denominadas coletivamente marcadores discursivos* (veja 5.1).

Fixando a atenção apenas nas estratégias de manutenção, passagem consentida e assalto ao turno, fica evidente que os interlocutores se esforçam para acompanhar e avaliar constantemente os rumos da conversação. Decorre daqui uma frequência maior de segmentos epilinguísticos (veja epilinguismo*) e de modalizadores do enunciado, procedimento em que os interlocutores ora enfatizam, ora atenuam o que vai sendo dito, através de expressões tais como *eu acho, eu sei, eu penso* etc., de advérbios modalizadores como *realmente, talvez, provavelmente* etc., e dos delimitadores *mais ou menos, um tipo de* etc. (veja 13.2.2.1.1).

Locutor e interlocutor assumem a coautoria do texto, que vai sendo gerado numa forma interacional, obrigando ambos a uma sorte de coprocessamento sintático (Blanche-Benveniste, 1986: 91). Uma das consequências é que o texto da língua falada é rico em descontinuações, e o interlocutor deve a todo momento preencher vazios.

2. Língua falada como planejamento e execução simultâneos

Já disse anteriormente que há duas fases constitutivas da linguagem: uma fase de planejamento, ou fase cognitiva, em que selecionamos o que vai ser dito e analisamos as condições da interação para a veiculação do que pretendemos dizer, e uma fase de execução, ou fase verbal, em que representamos no léxico e na gramática as ideias consideradas adequadas àquele ato de fala, dando-lhes

uma representação fonológica. Ambas as fases são simultâneas. A primeira delas tem sido designada por “diálogo interno”, ou conversa consigo mesmo. Uma vez engajada a conversação, procedemos constantemente a ajustes sociopragmáticos no planejamento anterior.

Na língua falada, essas fases de planejamento e execução ocorrem simultaneamente, no tempo real. Elas se dão numa situação discursiva plena, isto é, com todos os usuários em presença, o que interfere diretamente na organização e na execução dos atos de fala. Já na língua escrita, a “audiência” tem uma atuação muito discreta, com pouca probabilidade de interferir nessa organização. Nessa modalidade, como observa Pécora (1980: 80), “a primeira pessoa é obrigada a desdobrar-se na segunda”. Na língua falada, tudo “vai para o ar”, por assim dizer, fazendo dessa modalidade uma fonte preciosa para a identificação dos processos estruturantes da língua, examinados em 1.2. Na língua escrita, o leitor não tem acesso nem controle sobre as estratégias de preparação do texto, tais como o plano geral, as diferentes versões etc. Gostaria de insistir que na língua falada nada se apaga, nem mesmo a própria maquinaria da linguagem, permitindo uma inspeção privilegiada. Esse fato corriqueiro é um dos fundamentos da teoria multissistêmica exemplificada nesta gramática.

Os dois grandes processos da oralidade que acabo de definir criam o pano de fundo para a postulação da “sintaxe colaborativa”, que passo a examinar sumariamente.

4.4.1.4. Agenda para uma “sintaxe colaborativa”

Discuti em trabalhos anteriores o problema da língua falada e da descrição de sua sintaxe: Castilho (1994a, 1995a, 1995b, 1997c), propondo o que poderia ser considerado como uma agenda para a sintaxe colaborativa.

Vários pesquisadores identificaram o modo interacional de construir as estruturas. A sintaxe colaborativa não se configurou de imediato nas descrições sintáticas da língua falada. Ela foi tomando forma nas análises estruturalistas e nas análises funcionalistas. Mas foi a Análise da Conversação (veja 5.1) que abriu decididamente caminho aos temas da sintaxe colaborativa (Marcuschi, 1988/1991; Castilho, 1989d; Ono / Thompson, 1994a, 1994b).

O pioneiro Grupo de pesquisas sobre a oralidade, da universidade de Aix-en-Provence, procedeu a uma análise estruturalista da língua falada, defendendo uma separação estrita dos níveis e planos de análise: de um lado, a *morfossintaxe* e, de outro, a *macrossintaxe*.

A morfossintaxe é o “ponto de partida [...], mantendo intactos o léxico e o discurso [...]” (Blanche-Benveniste, ed. 1990: 6; veja também pp. 36 e 116). A sentença é a unidade da morfossintaxe. Sua descrição subordina-se à abordagem pronominal proposta por esse grupo. Trata-se de reduzir a sentença à sua estrutura esquelética, isto é, às possibilidades de combinação do verbo com os pronomes, no quadro da teoria da recção e da valência (Blanche-Benveniste et al., 1984: 45). Essa sintaxe “se ocupa das construções fundamentadas em categorias gramaticais, como o verbo, o substantivo e o adjetivo”. Nela, promove-se uma “exploração máxima da gramática antes do discurso, e da sintaxe antes do léxico”. Sobre a abordagem pronominal da sentença, veja 6.4 (Blanche-Benveniste et al., 1984: 47).

Um dos momentos mais promissores desta abordagem é a postulação do campo da macrossintaxe, em que se rejeita a sentença como a unidade única de análise da oralidade, avançando-se em direção ao domínio da macrossintaxe, assim definida:

[...] trata-se das relações que não poderemos descrever a partir da recção das categorias gramaticais; assim, uma relação de dependência ou de interdependência se exerce entre as partes a e b dos exemplos seguintes, entretanto, a não é regido por b, nem b é regido por a: “(a) quanto mais eu corro, (b) tanto mais eu me torno esportivo; (a) uns se divertem, (b) outros caçoam [...]” (Blanche-Benveniste et al., 1984: 55).

A unidade da macrossintaxe é o *nó*, que pode ser preenchido por unidades sintáticas (verbais, nominais, adjetivais, preposicionais), por elementos como *sim, não, de jeito nenhum, de acordo, pior, tuir-se no nó*, como em “*quanto mais eu corro, tanto mais eu me torno esportivo*”. O *nó* macrossintático pode ser acompanhado de *prefixos* e/ou de *sufixos*, aqui entendidos como constituintes que não dão surgimento ao *nó*, mas que o antecedem ou o seguem. Exemplo disso vem em Blanche-Benveniste et al. (1984: 115): em “*de qualquer jeito você não tem interesse em me pagar, pois isto vai te custar caro, viu?*”, em que as expressões grifadas correspondem, respectivamente, ao prefixo e ao sufixo do *nó*. O argumento aqui, de caráter distribucional, é que não se obtém uma construção sintaticamente aceitável reunindo o prefixo e o sufixo: “**de qualquer jeito pois isto vai te custar caro, viu?*” (Blanche-Benveniste et al., 1984: 113 e 116).

A “separação estrita dos níveis e dos planos de análise” poderá passar uma imagem demasiado estática da língua falada, obscurecendo os processos de gramaticalização, claramente revelados pela metodologia da transcrição biaxial proposta pelo mesmo grupo de Aix-en-Provence, cujas pesquisas têm repercutido em Portugal (Nascimento, 1993b-2005).

Propostas de unidades de análise da língua falada ocorreram também em outros centros de pesquisa. Sempre se reconheceu que essa variedade tem uma sintaxe “solta”, voltada para o discurso, em que ela se completa. Vem daí a rejeição da sentença como a unidade sintática da língua falada, postulando-se em seu lugar a *unidade comunicativa* (Halliday, 1973), as *fatias do enunciado* (Gumperz, 1982), as *unidades de ideia* (Kroll, 1941; Chafe, ed. 1980).

Sornicola (1982: 79), por exemplo, retomou as ideias de Bally (1952) para mostrar que a sintaxe ligada de que fala o mestre genebrino não é documentável na língua falada, em que os constituintes são analisados como “blocos informativos autônomos, sintaticamente independentes, e mantidos num conjunto por um princípio coesivo de natureza semântica” (Sornicola, 1982: 79). Não que as construções do colóquio fossem desconhecidas de Bally. Pelo contrário, ele e outros pesquisadores ligados ao idealismo linguístico foram sensíveis a esses fenômenos. Eles descreviam como casos de “impressionismo linguístico” as justaposições e as sobreposições de blocos informativos, tão diferentes da sintaxe da língua escrita. Sornicola reconhece, em consequência, que será necessário ultrapassar os limites da sentença como unidade de análise, para que possamos reconhecer a multiplicidade de relações entre um dado elemento da língua falada e seu contexto. Em seu texto, ela exemplifica algumas características da sintaxe da oralidade, tais como o anacoluto, o *que* polivalente e as elipses, além de outros fenômenos.

A chamada “sintaxe colaborativa” tem operado em pelo menos três áreas de pesquisa: (i) a elipse e o anacoluto; (ii) os segmentos epilinguísticos; e (iii) a repetição.

1. Elipse e anacoluto

No exemplo a seguir, dois conhecidos conversam sobre o serviço de ônibus da cidade. Como estão num ponto de parada, não há necessidade de lexicalizar esse tópico conversacional, já suprido pela situação e assinalados na transcrição por [Ø]. Transcritas e descontextualizadas, diferentes sentidos poderiam ser atribuídos a essas unidades discursivas* (veja 5.2.2), caso desconhecêssemos seu contexto:

(1)

- a) L1 – *mas como Ø tá demorando hoje... hein?*
L2 – *só:... e quando Ø chega... ainda vem todo sujo... fedorento...*
L1 – *isso sem falar no preço... que sobe todo mês... sem nenhuma vantagem prá gente...*
- b) L2 – *é o tal negócio... sei lá...[Ø] entende? (DID RJ 18)*

Como se vê, a categoria vazia tão popular nas estruturas morfológica, sintagmática e funcional da sentença figura também nas unidades discursivas, definidas em 5.2.4. Nas interações bastante espontâneas, e mais fortemente vinculadas à situação, o núcleo dessa unidade é vazio, como se vê em (1a), e o interlocutor o preenche numa forma colaborativa. Em (1b), o núcleo da unidade discursiva foi elidido, restando apenas os marcadores discursivos. Por outras palavras, a sentença ou as sentenças que desenvolveriam o tópico conversacional foram desativadas.

As transcrições da língua falada mostram uma enorme quantidade de descontinuações sintáticas, elidindo-se preposições em (2a), núcleos do sintagma nominal e categorias funcionais como o sujeito e o objeto em (2b):

- (2)
- a) *bom... a cozinha também Ø estilo moderno (= em estilo moderno). (DID SP 05)*
 - b) *e então entram essas máquinas grandes que limpam a terra tiram essas... Ø e Ø formam ei/leiras... leiras... são... é o seguinte... eles empurram Ø e vão empurrando toda esta... essas plantações que tem. (DID SP 93)*

Blanche-Benveniste (1987) mostrou que com frequência o locutor vai deixando para trás elementos linguísticos, produzindo anacolutos, que ela denominou *bribes*, ou “restos”. Os materiais do Projeto Nurc exemplificam esses segmentos anacolúuticos:

- (3)
- a) *cada um já fica mais ou menos responsável por si pelo menos... por si... fisicamente né? de higiene ... de... trocar roupa... todo esse negócio. (D2 SP 360)*
 - b) *partindo do princípio... digamos... que tanto eu como minha esposa temos curso superior... somos obrigados... digamos... a enfrentar os problemas... para solucionar os problemas profissionais... temos que atualizar... digamos... livros... então eu iria procurar comprar uma biblioteca. (DID SP 05)*

Em (3a) temos os sintagmas preposicionais *de higiene...* e *de... trocar roupa...* não governados pela predador *ficar responsável*; a expressão quantificada *todo esse negócio* resume o que não precisa ser dito, cobrando a colaboração do ouvinte. Em (3b), o sintagma nominal [*livros*] ocorre nas mesmas condições. Em ambos os exemplos, o interlocutor processa tais fragmentos a partir de uma instrução pragmática do tipo “o locutor abandonou o restante a dizer e eu devo completar seu enunciado a partir de dados contextuais”.

2. Segmentos epilinguísticos

Uma das características da língua falada que denunciam a simultaneidade do planejamento e da execução é a grande quantidade de segmentos epilinguísticos (veja epilinguismo*) que aí encontramos.

São epilinguísticos os segmentos em que o falante conversa sobre a língua, não sobre o assunto, verbalizando uma sorte de diálogo interior, em que ele discute a melhor forma de expor uma ideia, ou volta atrás, negando uma expressão já verbalizada, e assim por diante. Explicam-se dessa forma as negações *de dicto*, as paráfrases lexicais e determinados marcadores discursivos. Sobre as negações *de dicto*, veja 13.2.2.2.3.

As paráfrases lexicais ou definições por meio de estruturas equativas (veja 8.3.2.4) são outros tantos segmentos epilinguísticos através dos quais o falante abandona momentaneamente o universo do discurso e se concentra no universo da língua, fornecendo precisões ao seu interlocutor:

- (4) *o terreiro (...) é:: um:: como poderia chamar? um chão. (DID SP 18)*

Além da definição de *terreiro*, aparece nesse exemplo outro segmento epilinguístico, que é a interrogação “*como poderia chamar?*”. Expressões desse tipo, e ainda marcadores discursivos tais como *digamos assim*, *vamos dizer*, *por outras palavras*, *ou melhor*, *aliás*, de documentação abundante na língua falada, denunciam igualmente a confluência entre planejamento e execução:

- (5) *já há um processo... seria melhor dito já um processo de análise, já há um exame.* (EF POA 278)

3. Repetição de constituintes

A repetição* é outra característica da língua falada derivada do sistema discursivo de correções: Perini (1980), Marcuschi, (1983/2009, 1992, 1996, 2006b), Ramos (1984), Travaglia (1989a, 1989b), Dutra (1990), Koch (1990, 1992a), Braga (1990), Castro (1994), Neves / Braga (1996), Camacho (1996b), Castilho (1997c, 1998a/2004), Mariângela R. de Oliveira (1997, 1998), Camacho / Pezatti (1998). Os interlocutores reativam itens lexicais, repetindo-os, verbalizando com isso conteúdos referenciais, conativos e emotivos. Enquanto repetem, vão construindo a estrutura funcional da sentença. O estudo da repetição permite ao observador desvendar importantes mecanismos de constituição e funcionamento da linguagem.

Existe uma considerável literatura sobre a repetição na língua falada, em que foram considerados os sistemas léxico, discursivo, semântico e gramatical. Sua visibilidade é maior como um dos processos de organização do texto e das significações (veja 5.2.3). Já a abordagem gramatical da repetição aparece num universo mais reduzido de estudos; sobre o papel da repetição na constituição da sentença, veja 2.4.4.

4.4.1.5. A contribuição brasileira

Linguistas brasileiros reunidos entre 1988 e 2000 no Projeto de Gramática do Português Brasileiro Falado imprimiram uma direção bem distinta às suas análises, priorizando os processos em lugar dos produtos, o que os levou a formular um ambicioso plano de indagações cujas respostas abrangem as seguintes áreas:

- (i) A construção do texto: Jubran / Koch (orgs. 2006).
- (ii) A construção das palavras e das construções: Ilari / Neves (orgs. 2008).
- (iii) A construção da sentença: Kato / Nascimento (orgs. 2009).
- (iv) A construção da palavra: Rodrigues / Alves (orgs. no prelo).
- (v) A construção do som: Abaurre (org. no prelo).

Em todos esses domínios, os processos constitutivos, fundamentalmente interacionais, vieram antes, e a análise dos produtos, depois, invertendo o modo de fazer ciência até então vigente no campo da língua falada. Para uma caracterização das atividades desse projeto, será conveniente ler as apresentações aos oito volumes de ensaios que precederam a consolidação referida anteriormente: Castilho (org. 1990, org. 1993), Ilari (org. 1992), Castilho / Basílio (orgs. 1996), Kato (org. 1996), Koch (org., 1996), Neves (org. 1999), Abaurre / Rodrigues (orgs. 2002).

4.4.2. PORTUGUÊS ESCRITO

A compreensão da especificidade da língua falada e da língua escrita cindiu os pesquisadores em três direções:

- (1) Apenas a língua falada tem estatuto próprio, sendo a língua escrita uma transposição da primeira. Essa posição foi sustentada pelos estruturalistas, como Câmara Jr. (1972).
- (2) Língua falada e língua escrita são manifestações autônomas da linguagem. Situam-se aqui os adeptos da "dicotomia radical", como Olson / Torrance (1991/1995). Segundo esses autores, o surgimento da escrita teria constituído uma modalidade autônoma em relação à língua falada. Assim, na língua falada o sentido está no contexto, ao passo que na língua escrita o sentido está no texto. Ao sequenciar as letras que constituem as palavras,

e ao sequenciar as palavras que constituem o texto, vamos criando sentidos inteiramente dependentes desse *medium*. O mesmo não se dá na língua falada, em que o sentido é construído dialogicamente, e não pode ser inteiramente encontrado, por exemplo, nas transcrições dessa modalidade.

- (3) Língua falada e língua escrita se dispõem num *continuum* de usos, integrados por diversos pontos focais, rechaçando-se a posição anterior: Tannen (1982), Chafe (1987a, 1994), Berruto (1985a), Biber (1988), Marcuschi (1997).

Tendo essas considerações como pano de fundo, vejamos rapidamente o que se sabe sobre a língua escrita.

4.4.2.1. Caracterização da língua escrita: processos e produtos

Há pelo menos dois processos constitutivos da língua escrita: (1) ela é um diálogo que ocorre na ausência do interlocutor, (2) o planejamento e a execução ocorrem em momentos distintos.

Quanto ao processo (1), é claro que escrevemos para que alguém nos leia – ou, pelo menos, essa é a presunção. Mas a ausência física do leitor nos obriga a desenvolver várias estratégias. As expressões têm que ser mais explícitas, não há uma ancoragem na situação de fala, e com isso a língua escrita se torna dependente do próprio texto, o que se reflete em sua unidade, o parágrafo.

Para compensar a ausência do leitor, usamos o artifício de fazê-lo pular para dentro do texto em elaboração. Com ele conversamos, explícita ou implicitamente. No departamento das implicitudes, a pesquisa tem demonstrado que o falante-escritor se entrega a toda sorte de suposições sobre o interlocutor-leitor, tentando corresponder às expectativas projetadas sobre este. De algum modo, o leitor vai se tornando o sujeito da escrita, tornando-a constitutivamente biautoral. Nesse ponto, a língua falada e a língua escrita se encontram.

Quando ao processo (2), quem escreve tem tempo para preparar um sumário de seu texto, produzir uma primeira redação, voltar atrás para corrigir, e assim por diante. O planejamento e a execução não coincidem no tempo. Em consequência, o texto escrito é mais elaborado, porém dissimula o processamento linguístico, mais patente no texto falado. Dadas essas peculiaridades, o estudo gramatical das línguas com base exclusivamente em textos escritos produz um tipo de conhecimento linguístico forçosamente limitado.

Que produtos resultam dos processos da escrita sumariamente examinados anteriormente? Pelo menos os seguintes: (1) o parágrafo, (2) uma sintaxe especializada, (3) diversidades de escrita e gêneros discursivos. Vamos lá. Mas, antes, exerça seu poder analítico. Pegue um texto qualquer e se pergunte: o que faz deste texto um texto? O que acontece quando escrevemos, em comparação com o que acontece quando falamos? Que categorias de texto escrito eu poderia propor? Que diferenças entre elas há, do ponto de vista de sua produção? Mais uma vez, bom trabalho!

1. O parágrafo

Os dois processos mencionados anteriormente se encontram na elaboração do parágrafo, que é a unidade da língua escrita. No parágrafo não se pode omitir o tópico, e as ligações com o que precede e o que se segue devem ser cuidadosamente anotadas, com utilização de marcadores orientados para o leitor, tais como *primeiramente*, *em segundo lugar*, *em consequência*, *voltando ao ponto*, *isso nos leva à questão seguinte* etc.

A necessidade de indicar as seções do texto levou os escribas a separar seus parágrafos por meio do símbolo §. Olhe bem esse símbolo: são dois *ss* remontados, para abreviar a expressão latina *signum sectionis*: “símbolo do corte [do texto]”. Mais um conhecimento para você fazer sucesso no salão do barbeiro!

2. Uma sintaxe especializada

A tradição gramatical do Ocidente repousa sobre a língua escrita. Muito do que sabemos sobre a gramática das línguas naturais é, na verdade, uma descrição da língua escrita.

Os seguintes tópicos têm sido considerados na sintaxe da língua escrita, segundo Givón (1979b):

1. Preferência por estruturas sintáticas mais elaboradas, tais como as nominalizações e a subordinação (veja 11.2.1.3 e 9.2). O corolário disso é que a língua escrita foge aos anacolutos.
2. As construções de sujeito-predicado predominam sobre as de tópico-comentário, mesmo considerando-se o fato de que ambas podem ocorrer ao mesmo tempo na língua portuguesa (veja o capítulo "Estrutura funcional da sentença").
3. As sentenças declarativas predominam sobre as interrogativas e imperativas (veja 6.3).
4. Uso mais abundante da voz passiva (10.2.2.2.3).
5. Maior frequência de indicações fóricas, via utilização de expressões como *voltando ao que se disse anteriormente, esse ponto nos leva à questão seguinte* etc.

3. Diversidades de escrita e gêneros discursivos

A língua escrita está igualmente sujeita ao fenômeno da diversidade. Duas grandes variedades devem ser consideradas: a língua escrita corrente e a língua escrita literária. Diversos gêneros discursivos se relacionam com essas duas variedades.

3.1. Língua escrita corrente

A língua escrita corrente tem fins utilitários, de que decorrem seus gêneros:

- Manutenção de contatos familiares e de negócios: cartas familiares, correspondência oficial, correspondência comercial etc.
- Difusão de notícias e informações: linguagem jornalística.
- Garantia de direitos privados: escritura, testamento, carta de doação etc.
- Ordenamento do direito público: constituição, foral, leis, decretos etc.
- Documentos da administração pública (requerimentos, ofícios etc.) e da administração privada (relatórios, mapas etc.) Para um detalhamento maior, veja Barbosa (2007b).

A língua escrita corrente é mais conservadora, justamente porque sobre ela assentam os direitos do cidadão e os interesses do Estado.

3.2. Língua escrita literária

A língua escrita literária tem uma finalidade artística, sendo sustentada por projetos estéticos. Ela tende a ser mais inovadora, pois os escritores buscam continuamente interpretar seu tempo, expressando-se de modo individualizado. A língua literária não é o lugar da mesmice, e por isso mesmo é equivocado buscar nela a legitimação das estruturas gramaticais (Castilho, 2005). Melhor formulação para isso aparece em Ilari (2009b: 38), quando ele reconhece que "os poetas conhecem como ninguém as potencialidades de sua língua". O trabalho dos poetas é levar essas potencialidades aos limites extremos. Definitivamente, os produtores de literatura não escrevem para os gramáticos.

Não admira que as primeiras afirmações de independência linguística tenham partido dos autores da língua escrita literária, como se viu pela atenção que escritores românticos, como José de Alencar, e modernistas, como Mário de Andrade, deram às peculiaridades do português brasileiro. No perreio, ocorreu um movimento de reação, o dos parnasianos e simbolistas, que tentaram sem êxito repor o estilo literário lusitanizante.

Pinto (1986) identificou os seguintes eixos na língua literária brasileira:

- Da restrição à infiltração da oralidade.
- Da discriminação à aceitação dos regionalismos.

- Do estilo formal para o estilo coloquial, urbano, cotidiano.
- Da gramática do português europeu para a gramática do português brasileiro.

4.4.2.2. O *continuum* língua falada-língua escrita

A caracterização que acabo de fazer, bastante comum na literatura, tem a deficiência de situar a língua escrita e a língua falada em polos distintos. Ora, o exame da documentação oral ou escrita do PB não fundamenta essa polarização. As duas variedades se dispõem num *continuum*, indo da oralidade para a escrituralidade, percorrendo diferentes graus de formalidade.

A linha a seguir tenta captar esse *continuum*:

LÍNGUA FALADA LÍNGUA ESCRITA

←----->
 Conversa – Diálogo de peça teatral – Conferência, discurso – Notícia de jornal – Ensaio

Corrêa (2004: 78) comprovou o encontro entre o escrito e o falado nas produções escritas de vestibulandos, a partir de sua hipótese sobre a heterogeneidade natural da língua escrita:

Dito dessa forma, porém, pode-se ter uma falsa ideia sobre esses encontros. As mediações sócio-históricas que os regulam são as mesmas pelas quais simultaneamente se constituem o sujeito (e sua relação específica com a linguagem) e seu discurso. Observar o encontro entre o falado e o escrito, portanto, não é tomar essas práticas como dados autonomamente observáveis, mas apreendê-las pelas marcas que o sujeito assim constituído imprime em seu texto. Entre essas marcas, ele enumera: (1) a representação imaginária do vestibulando com respeito à sua escrita; (2) sua relação com o já falado/ouvido e já escrito/lido (seu modo de leitura); (3) movimento na direção de certos dados de ineditismo emergentes de sua individuação histórica (a partir de sua relação com o que imagina ser a gênese da escrita – supostamente a capacidade da escrita de representação integral do falado); (4) movimento na direção da reproduzibilidade de uma prática (sua relação com o que imagina ser o código escrito institucionalizado).

A partir desses eixos, algumas propriedades definidoras desse tipo de produção da escrita puderam ser propostas: (1) a propriedade da fragmentação, nos momentos de representação da gênese da escrita, e (2) a propriedade da integração/distanciamento, nos momentos de representação do código escrito institucionalizado. Escolhas lexicais mais formais, inclusão de traços prosódicos sem a pontuação adequada entre outros traços mostram que os vestibulandos têm uma percepção da escrita calcada em avaliações estereotipadas, que tomam como parâmetro um modelo abstrato de boa escrita.

Não considerarei aqui as questões da aquisição da escrita por crianças e da alfabetização de adultos, remetendo o leitor às sugestões de leitura a seguir.

LEITURAS SOBRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO FALADO

Sobre as fases de descrição da língua falada:

- Fase 1, prévia à utilização do gravador magnetofônico: Bally (1942, 1951, 1952), Beinbauer (1964).
- Fase 2, posterior à utilização do gravador magnetofônico: veja Quadro 4.5, neste capítulo.

Para a documentação do PB falado culto:

- São Paulo: Castilho / Preti (orgs. 1986, orgs. 1987), Preti / Urbano (orgs. 1989).
- Rio de Janeiro: Callou (org. 1992), Callou / Lopes (orgs. 1993), Paiva (org. 1999).
- Salvador: Mota / Rollemberg (orgs. 1994).
- Recife: Sá et al. (orgs. 1996, orgs. 2005).

- Fortaleza: Aragão / Soares (orgs. 1996).
- Porto Alegre: Hilgert (org. 1997).
- Rio de Janeiro: Paiva (org. 1999).
- Paraíba: Hora / Pedrosa (orgs. 2001).

Sobre a descrição do PB falado culto: Castilho (1970, org. 1989, org. 1990, org. 1993), Preti / Urbano (orgs. 1990), Ilari (org. 1992), Castilho / Basílio (orgs. 1996), Preti (org. 1993, org. 1998, org. 2000, org. 2003, org. 2005, org. 2006), Preti et al. (orgs. 1997), Kato (org. 1996), Koch (org. 1996), Marques (1996), Neves (org. 1999), Abaurre / Rodrigues (orgs. 2002), Zapparoli / Camlong (2002), Jubran / Koch (orgs. 2006), Ilari / Neves (orgs. 2008), Kato / Nascimento (orgs. 2009).

LEITURAS SOBRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO ESCRITO

Sobre as relações em língua falada e língua escrita, Nencioni (1983: 133) escreveu um erudito ensaio em que as duas modalidades são situadas no contexto da cultura ocidental. Veja ainda Stammerjohann (1977), Parisi / Castelfranchi (1977), Sornicola (1981: 5-44, 1982, 1994), Berruto (1985a), Benincà (1993), D'Achille (1990: 9-33), Voghera (1992), Oesterreicher (1996), Marcuschi (1997, 2001).

Para uma caracterização da língua escrita, veja a seção 3 de 15.2.5 e, ainda, Martins (1957), Garcia (1967/1982), Havelock (1982/1994), Gnerre (1985), Pinto (1986), Desbordes (1990/1995), Silva (1991), Olson / Torrance (1991/1995), Kato (org. 1992), Faraco (1992), Abaurre (1993, 2001), Ângela Rodrigues (1993), Val (1996), Sampson (1996), Marcuschi (1997), Verceze (1998), Kleiman (org. 1999), Preti (org. 2000, org. 2003, org. 2005), Urbano (2003), Barbosa (2002), Corrêa (2004).

Sobre a linguagem jornalística, veja Faria (1989, 2004), Faria / Zanchetta (2002), Antunes (1996).

4.5. VARIAÇÃO TEMÁTICA: PORTUGUÊS CORRENTE E PORTUGUÊS TÉCNICO

Outra característica da fala que leva à variação linguística é o modo como tratamos o assunto que está sendo desenvolvido. Podemos falar de assuntos do dia a dia, e teremos o *português corrente*. Podemos falar de assuntos especializados, e aí teremos o *português técnico*. Essas variedades distinguem a linguagem do cidadão comum da linguagem dos cientistas, dos clérigos, dos políticos etc.

Para dar só um exemplo: o paciente procura o médico e diz que está com *dor de cabeça*. O médico prescreve um remédio para *cefalalgia*. A dor é a mesma, mas *cefalalgia* é como ela é representada na linguagem técnica, ao passo que *dor de cabeça* é uma expressão usada correntemente. Muitas piadas são construídas sobre o jogo “linguagem corrente/linguagem técnica”, e você deve conhecer várias.

Veja outro exemplo no quadro a seguir.

Quadro 4.5 – Comparando a linguagem corrente com a linguagem técnica

CONTEXTO	
A pele é formada pelo epitélio e pelo tecido conjuntivo. As células de cada uma dessas partes dispõem de características próprias. As células epiteliais, por exemplo, são mais unidas, para evitar a perda de água e a invasão de bactérias.	
LINGUAGEM CORRENTE	LINGUAGEM TÉCNICA
<i>Em alguns casos de câncer de boca, as células da pele perdem funções próprias, ganhando funções típicas das células conjuntivas. Quando isso acontece, elas produzem proteínas específicas das células conjuntivas. Uma série de eventos acontecem então, tais como a perda de sua coesão e a invasão das células conjuntivas, (em busca dos vasos sanguíneos), promovendo o espalhamento do câncer pela boca.</i>	<i>A transição epitélio-mesenquimal é um processo-chave na invasão e metástase em carcinomas, sendo responsável pela ativação de genes mesenquimais como a Vimentina e pela inibição de genes epiteliais como as Citoqueratinas. Uma série de eventos segue a transição epitélio-mesenquimal, como a perda da adesão celular, a síntese de componentes exclusivos da matriz extracelular como a glicosaminoglicana Fibronectina e a síntese de proteases como a Estromelina-1.</i>
	Fonte: Rogério Moraes de Castilho, <i>Transição epitélio-mesenquimal em carcinomas epidermoides bucais</i> , São Paulo, Universidade de São Paulo, tese de doutoramento, 2003.

Como ocorre com as outras variedades do PB, também a linguagem técnica e a linguagem corrente se encontram em mais de um ponto, o que ocasiona a migração de termos técnicos para o uso corrente. Essa migração é mais visível quando a linguagem técnica ocorre numa atividade de importância social para uma comunidade de fala.

A marinharia foi muito importante em Portugal. Isso explica a generalização de expressões técnicas tais como:

- *Não meter prego sem estopa.* Na construção das naus, era preciso envolver os pregos com estopa, para evitar a entrada de água. Usa-se a expressão para ressaltar a necessidade de prudência.
- *Os negócios vão de vento em popa.* Uma nau singra mais rápido se recebe vento pela popa. Na expressão anterior, a nau foi substituída por *negócios*. Vento pela proa é o maior prejuízo.

No Brasil, não é preciso destacar a importância do futebol e do carnaval, cuja linguagem técnica forneceu as seguintes expressões correntes:

- *Vocês são um time unido, parabéns!* Pode-se dizer de qualquer grupo, mesmo não integrando um clube de futebol.
- *Coitado, ficou para escanteio a vida toda.* Chutar para escanteio é não conseguir que a bola entre no gol; diz-se de alguém que não atingiu seus objetivos, vistos metaforicamente como um gol. Essa palavra foi emprestada ao inglês *goal* (“alvo”).
- *Sabe aquele cara de mau hálito? Foi chegando e, para escapar, dei o maior chapéu. Sai fora!* A expressão *dar um chapéu* significa jogar a bola por cima do jogador adversário, escapando de sua tentativa de tomá-la.¹
- *Você ganhou no quesito paciência.* O termo *quesito* aparece na lista de exigências feitas a uma escola de samba durante um desfile de carnaval. Os juízes pontuam a escola a partir desses quesitos, para obter uma apreciação comparável depois do desfile e conferir o prêmio. Daqui ele se generalizou para outras situações que não o julgamento de uma escola carnavalesca.

¹ Agradeço a meu neto Renan Castilho Alves de Lima pelos exemplos da linguagem futebolística.